

revista

ESQUERDA

PETISTA

# AHORA DA CLASSE

Contra o ódio da  
burguesia, menos média  
e mais mudanças

#2 AGOSTO/2014

ISSN 2358-2413 02



O proletariado  
moderno

Wladimir Pomar

PÁGs. 31 a 36



Os principais  
desafios da CUT

Jandyra Uehara

PÁGs. 54 a 58



Contra a globalização  
neoliberal

João Felício

PÁGs. 65 a 68

# Confira as novas publicações da editora Página 13





## EXPEDIENTE

**ESQUERDA PETISTA** é uma publicação da Editora Página 13, sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência do Partido dos Trabalhadores.

### Direção Nacional da AE:

Adilson Nascimento dos Santos (MS), Adriana Miranda (DF), Adriano Oliveira (RS), Aila Marques (CE), Ana Afonso (RS), Ana Lúcia (SE), Ana Rita (ES), Beto Aguiar (RS), Bruno Elias (DF), Damarci Olivi (MS), Daniela Matos (MG), Denise Cerqueira Vieira (TO), Denize Silva de Oliveira (MS), Dionilso Marcon (RS), Edma Walker (SP), Eduardo Loureiro (GO), Emílio Font (ES), Expedito Solaney (PE), Fabiana Malheiros (ES), Fabiana Rocha (ES), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jandyra Uehara (SP), Janeth Anne de Almeida (SC), Joel Almeida (SE), Jonatas Moreth (DF), José Gilderlei (RN), Laudicéia Schuaba (ES), Leyse Souza Cruz (ES), Lício Lobo (SP), Lúcia Maria Barroso Vieira (SE), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Marco Aurélio Moreira Rocha (MG), Mario Candido (PR), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Pere Petit (PA), Rafael Tomyama (CE), Raquel Esteves (PE), Rosana Ramos (DF), Rafael Pops (DF), Rubens Alves (MS), Sílvia de Lemos Vasques (RS), Sonia Hypólito (DF), Teresinha Fernandes (MA), Ubiratan Félix (BA), Valter Pomar (SP).

### Comissão de ética nacional:

Eleandra Raquel Koch (RS), Rodrigo César (SP) e Wagner Lino (SP).

### Editor: Valter Pomar

(pomar.valter@gmail.com)

**Colaboraram nesta edição:** Adriana Miranda, Adriano Oliveira, João Zinclar (*in memoriam*), José Luiz Zasso, Sonia Fardin e Victoria Ferraro Lima Silva

**Diagramação e projeto gráfico:** Movimento Web&Artes Gráficas/ Cláudio Gonzalez

**Secretaria:** Edma Walker (edmawalker@gmail.com)

### Endereço para correspondência:

R. Silveira Martins, 147 conj. 11, São Paulo (SP), CEP 01019-000

EDITORA

Página **PT** 13

|   |  |           |           |  |
|---|--|-----------|-----------|--|
| <b>EDITORIAL</b>                            |    | <b>3</b>  |           |  |
| Observai os VIPs                            |  |           |           |  |
| <b>CONJUNTURA</b>                           |    | <b>6</b>  | <b>41</b> | <b>CLASSE TRABALHADORA</b>                     |
| A direita não nos faltará                   |  |           |           | Avanços e "desigualdades persistentes"         |
| <i>Rodrigo Viana</i>                        |  |           |           | <i>Elisa Guaraná de Castro</i>                 |
|   |    | <b>11</b> | <b>47</b> | Juventude no centro da "engrenagem"            |
| Os trabalhadores e a Constituinte           |  |           |           | <i>Eleandra Koch</i>                           |
| <i>Bruno Elias</i>                          |  |           |           |  |
|   |    | <b>15</b> | <b>51</b> | A cor da classe                                |
| A batalha do Rio Grande                     |  |           |           | <i>Fausto Antonio</i>                          |
| <i>Entrevista: Olívio Dutra</i>             |  |           |           |  |
|   |   | <b>18</b> | <b>54</b> | Desafios da CUT                                |
| Venezuela: o protagonismo dos trabalhadores |  |           |           | <i>Jandyra Uehara</i>                          |
| <i>Max Altman</i>                           |  |           |           |  |
|   |  | <b>22</b> | <b>59</b> | Cartografia das centrais sindicais brasileiras |
| O segundo semestre de 2014                  |  |           |           | <i>Leandro Eliel</i>                           |
| <i>Documento da DNAE</i>                    |  |           |           |  |
| <b>PROGRAMA</b>                             |  | <b>26</b> | <b>65</b> | Contra a globalização neoliberal               |
| "Neodesenvolvimentismo" em debate           |  |           |           | <i>João Antonio Felício</i>                    |
| <i>Queren Rodrigues</i>                     |  |           |           |  |
|   |  | <b>29</b> | <b>69</b> | Discutindo a relação                           |
| Polícia para quem?                          |  |           |           | <i>Iole Iliada</i>                             |
| <i>Ana Lúcia</i>                            |  |           |           |  |
| <b>CLASSE TRABALHADORA</b>                  |  | <b>31</b> | <b>72</b> | <b>PUBLICAÇÕES</b>                             |
| O proletariado moderno                      |  |           |           | Editando ideias                                |
| <i>Wladimir Pomar</i>                       |  |           |           | <i>Flamarion Maués</i>                         |
|   |  | <b>37</b> | <b>76</b> | <b>IMAGENS</b>                                 |
| Em busca do paraíso                         |  |           |           | Getúlio 2014                                   |
| <i>Marcelo dos Anjos Mascarenha</i>         |  |           |           | <i>Rodrigo Cesar</i>                           |
|   |  | <b>82</b> |           | Acervo João Zinclar                            |
|   |  |           |           | <i>Sônia Fardin</i>                            |

# Observai os VIPs



**I**niciamos repetindo o editorial da edição anterior: embora seja uma revista editada sob responsabilidade da Articulação de Esquerda, *Esquerda Petista* não é “porta-voz” da tendência. Cada autor é responsável pelo que escreve, e suas posições não precisam coincidir necessariamente com as posições da tendência. Até porque nossa revista é aberta a militantes que, sendo de esquerda, não são integrantes da AE.

*Esquerda Petista* busca circular na intelectualidade de esquerda em geral, especialmente aquela vinculada ao PT. Entendendo por intelectualidade os dirigentes que “formam a opinião” da classe trabalhadora.

Editorialmente, *Esquerda Petista* busca travar o debate de maior fôlego ideológico, teórico, programático e estratégico, sobre um conjunto de assuntos: o capitalismo do século 21, a crise internacional, a integração regional e nossa política externa; a análise do capitalismo e a luta pelo socialismo no Brasil, a luz das tentativas feitas ao longo do século 20; a discussão sobre programa e estratégia, incluindo rumos do desenvolvimento e meio-ambiente, políticas públicas universais e reformas estruturais; educação, cultura e comunicação na luta por hegemonia; os debates de fundo acerca da conjuntura e tática; o balanço dos governos encabeçados pelo PT, em âmbito nacional, estadual e municipal; as diferentes manifestações da luta de classes, incluindo eleições, movimentos e lutas sociais; as questões de gênero, raça e orientação sexual; a análise crítica do conteúdo da mídia (TV, rádio, internet, revistas teóricas e políticas, livros); resenhas de livros e outras publicações; e um acompanhamento do debate acerca do PT e do conjunto da esquerda brasileira.

Cumprindo o compromisso assumido, esta segunda edição de *Esquerda Petista* começa a circular durante a plenária estatutária da Central Única dos Trabalhadores. E tem como “eixo temático” exatamente a classe trabalhadora brasileira. Assunto urgente, pois há na esquerda quem insista no erro, chamando de “classe média” os setores da classe trabalhadora que, desde 2003, vem ampliando sua capacidade de consumo.

Aliás, entre os desafios imediatos da classe trabalhadora brasileira, está a reeleição de Dilma Rousseff presidenta da República.

Aos que lamentam a moderação deste e de governos anteriores, e aos que tem dúvidas sobre o que será um quarto mandato presidencial, sugerimos observar o que diz e principalmente o que faz a direita brasileira, o oligopólio da mídia, os governos imperialistas e o grande Capital. Esta gente nunca nos faltou, quando se tratava de indicar seu lado. O nosso lado, é o oposto deles, sempre.

O fechamento desta edição coincidiu com o falecimento de Plínio de Arruda Sampaio (1930-2014). *Esquerda Petista* se incorpora às homenagens feitas pelos familiares, amigos, companheiros de luta e adversários honestos.

*Os editores*

Ps. Entre os vários erros cometidos na primeira edição desta revista, há um já corrigido na versão digital que precisa ser mencionado aqui: a companheira Karen Lose é coautora do texto “Luta feminista e luta de classes”.

Ps2. A terceira edição de *Esquerda Petista* circulará após as eleições de 2014.



**GUERNICA, 1937**



IMAGEM

**GAZA, 2014**



**Qualquer semelhança não é mera coincidência.**

**O governo de Israel é criminoso.**

**Todo apoio ao povo palestino!!!**





# A direita não nos faltará

■ *Rodrigo Vianna*

Com seu discurso no Dia do Trabalhador, Dilma conseguiu tirar o debate do campo “moral” e “econômico”, trazendo a discussão para o “social” - **um terreno onde a oposição de direita só tem a perder**. Mas a aposta da oposição no “quanto pior, melhor” continua firme e forte.

**A** campanha de Dilma Rousseff à reeleição teve, até agora, dois momentos marcantes que indicam a possibilidade de uma nova conexão entre o PT e os setores organizados dos trabalhadores: um foi o discurso do 1º de Maio, em que a presidenta demarcou terreno com os tucanos e o PSB, recuperando bandeiras históricas de defesa da classe trabalhadora; e outro foi a reação (vinda do PT, mas também de setores da sociedade sem ligação partidária visível) aos xingamentos a que Dilma foi submetida na abertura da Copa do Mundo.

## As duas situações, notemos, foram proporcionadas pela oposição.

Acuada, desde o começo do ano, pelo bombardeio contra a Petrobrás e pelas críticas à gestão da economia, Dilma viu-se obrigada a reagir no 1º de Maio. Com aquele discurso em rede de rádio e TV, a presidenta saiu das cordas e reto-

mou a iniciativa política. E o fez porque a oposição de direita - por excesso de confiança, típico de quem conta com a velha mídia como caixa de ressonância para suas teses - perdeu a vergonha e passou a explicitar qual seria a política econômica de um eventual governo Aécio Neves.

O PSDB apresentou Armínio Fraga como interlocutor privilegiado com o chamado “mercado”. E foi ele quem avançou o sinal, trazendo de volta o velho programa liberal do governo FHC. Armínio (como uma espécie de ministro da Fazenda a sentar-se na cadeira antes da eleição) passou a dizer que era preciso “rever” a política de recuperação do salário mínimo. Outros economistas atuantes e mercadistas tentaram criar um clima de “fato consumado”: a política econômica conduzida por Guido Mantega desde a crise de 2008 - e que em certa medida contraria os cânones liberais - estaria definitivamente derrotada.

Apostar no mercado interno e investir na recuperação da capacidade de consumo da classe trabalhadora, dando

menos ênfase (supostamente) ao superávit primário, seria apostar num modelo “inflacionário” e “populista”.

Ali pelos fins de abril de 2014, preparava-se o terreno para se estabelecer um novo “consenso” sobre a política econômica. Dilma, naquele momento, tinha duas alternativas: encampar o discurso da oposição de direita, tentando mostrar-se “confiável” para o mercado ou enfrentar o debate. O discurso do 1º de Maio mostrou que Dilma escolheu a segunda saída. Em vez de uma saída mercadista, Dilma anunciou aumento de 10% dos valores do programa Bolsa Família.

Sinalizou, assim, que a escolha de seu governo é manter o desemprego baixo e o poder de compra dos trabalhadores, ainda que isso possa “sacrificar” o crescimento da economia. Sinalizou que seguirá jogando o peso do Estado como indutor de bem-estar social.

A reação da velha mídia conservadora - a apontar “populismo” e “demagogia” naquele discurso histórico - mostrou que Dilma havia acertado. E



acertou não só no conteúdo, mas também na forma (falando de forma clara, sem medo de desagradar o “mercado”). Acertou, ainda, no simbolismo: retomou a iniciativa política, num discurso do Dia do Trabalhador/a, apontando para a retomada do diálogo com setores organizados com os quais as relações vinham-se esgarçando. O aspecto simbólico foi tremendo.

Analistas da velha mídia observaram - com certo desgosto - que Dilma tinha conseguido tirar o debate do campo “moral” (“a corrupção na Petrobrás é o grande mal do Brasil”) e “econômico” (entendendo-se “econômico” como o discurso liberal que busca enclausurar o Brasil no modelo do FMI), trazendo a discussão para o “social” - um terreno onde a oposição de direita só tem a perder.

Notemos, mais uma vez, que o governo tomou essa atitude premido pelas circunstâncias. Como disse-me há alguns meses um militante petista, desanimado com a falta de apetite da direção do PT para o debate político: “a sorte do PT e da esquerda é que, no Brasil, a direita não costuma nos faltar”.

**Ao invés de capitular diante da pressão da direita, Dilma decidiu enfrentar o debate. Mas o governo tomou essa atitude premido pelas circunstâncias. Como disse-me há alguns meses um militante petista, desanimado com a falta de apetite da direção do PT para o debate político: “a sorte do PT e da esquerda é que, no Brasil, a direita não costuma nos faltar”**

### **A direita não nos faltou: colocou as cartas na mesa. E Dilma dobrou a aposta**

A popularidade da presidenta, ressalte-se, encontra-se arranhada. E não apenas graças ao bombardeio midiático que - intensificado em 2014 - serve claramente à oposição demo-tucana. Mas também por dificuldades concretas.

Há, sim, um clima difuso de pessimismo na economia. Os preços de alimentos vinham subindo no primeiro semestre, impactando o orçamento das famílias de mais baixa renda. Além disso, há uma tensão crescente nos grandes centros urbanos, onde os trabalhadores e a classe média perdem duas a três horas por dia em insuportáveis engarrafamentos de trânsito. Há um contraste brutal entre o mal-estar nas grandes cidades, e o relativo otimismo nas pequenas e médias cidades.

Esses são fatos. Como é fato também que Dilma paga o preço mais alto pelo desgaste de todo o sistema político brasileiro - explicitado pelas manifestações de junho de 2013.



⇒ Por causa desses fatores, também, a popularidade e as intenções de voto em Dilma caíram. Mas o 1º de Maio parece ter funcionado como fogo de barragem, interrompendo a queda. Oferecendo um norte, um discurso mais consistente a seus apoiadores, Dilma tem-se mantido com algo entre 35% e 40% das intenções de voto, a depender do instituto de pesquisas.

Depois dessa primeira “virada” de Dilma, a oposição - sob coordenação de seus parceiros midiáticos (*Veja/Globo/Folha*, entre outros) - passou a apostar na agenda do “caos na Copa”. O discurso dos “gastos excessivos” com estádios - martelado durante meses - “pegou” em amplos setores. O governo não realizou campanhas de esclarecimento. Não tocou o debate. Ao contrário, fugiu dele. Criou-se, assim, o cenário perfeito para que, na abertura da Copa, Dilma fosse xingada e vaiada de forma grosseira pela ala *vip* dos torcedores que compareceram à Arena Corinthians.

Mais uma vez, a direita não nos faltou. Aécio, Eduardo e os comentaristas/blogueiros do esgoto midiático comemoraram os xingamentos e as vaias. Chegaram a dizer que Dilma colhia o que havia plantado. Mas essa avaliação não durou 48 horas. Aos poucos, a direita percebeu que a atitude abjeta da ala *vip* tinha transformado a candidata petista numa vítima.

A direita deixou a nu seu elitismo, e sua aposta desbragada no “quanto pior, melhor”. A direita demarcou território. Dilma, Lula e milhares de cidadãos (inclusive jornalistas da imprensa esportiva convencional - como José Trajano e Juca Kfourri) condenaram a atitude desrespeitosa, atribuída à “elite branca” de São Paulo. Aécio e os tucanos, com Eduardo e o PSB, então recuaram. Mas era tarde. Tinham recebido na testa o carimbo de candidatos elitistas.

Criou-se tal corrente contra os xingamentos que até o poeta Augusto de Campos (autor do clássico “Viva a Vaia”) revoltou-se contra o uso - pela *Folha de S.*

*Paulo* - do referido poema numa reportagem que, no entendimento dele, legitimava os ataques à presidenta. O poeta escreveu como resposta: “Viva Dilma, vaia aos vips”. Uma resposta concretista aos desafios concretos que se colocam nessa eleição de 2014.

A direita da ala *vip* lançou Aécio e o PSDB numa armadilha. Os tucanos aderiram aos xingamentos, imaginando que se criaria assim uma “onda” contra Dilma nos estádios. Com certeza, isso agradou os *pit bulls* da *Veja* e seu público aloprado. Mas a oposição perdeu pontos (e votos) ao centro.

Além disso, o sucesso da Copa dentro de campo (ainda que não da Seleção), e o fato de tudo no país estar funcionando (aerportos, estádios, comunicações) neutralizaram a “operação vaia”.

Como sabemos, a direita brasileira fez de tudo para desfazer o clima positivo - que mostra o quanto de exagero havia nas avaliações embaladas pelo “Imagina na Copa”. Mas o sucesso da competição, dentro e fora do campo (em que pese o caráter absolutamente legítimo das críticas à Fifa e à Seleção), bloqueou o discurso do “vira-latismo”. Isso significa que Dilma enfrentará a eleição em situação menos complicada do que se desenhava no primeiro semestre. Mais que isso: as circunstâncias concretas empurraram a campanha de Dilma alguns graus à esquerda.

A presidenta - a essa altura - assumiu não apenas o discurso de defesa da classe trabalhadora (explicitado no emblemático 1º de Maio de 2014), mas também as propostas de reforma política (com a convocação de Constituinte) e de regulação da mídia. Não é à toa que o PMDB criou dificuldades para fechar o apoio à reeleição. Temer e o PMDB são, cada vez mais, fiadores (junto à burguesia e à tal “elite branca”) da “moderação” num eventual segundo governo Dilma.

Essa será uma eleição dura não apenas pelo bombardeio midiático e pela atávica demora do governo em reagir a ele. Não será dura apenas pelas dificul-







A presidenta assumiu não apenas o discurso de defesa da classe trabalhadora (explicitado no emblemático 1º de Maio de 2014), mas também as propostas de reforma política e de regulação da mídia. Não é à toa que o PMDB criou dificuldades para fechar o apoio à reeleição.

**Temer e o PMDB são, cada vez mais, fiadores (junto à burguesia) da “moderação” num eventual segundo governo**

dades concretas da economia. Nem pela campanha violenta de criminalização da política, que faz com que o PT tenha sua imagem desgastada entre setores populares beneficiados pelas políticas sociais dos governos petistas. Será uma eleição difícil para Dilma, também, porque as disputas concretas tornam o apoio do centro ao PT mais fluído e incerto.

Dilma manobra lentamente para a esquerda, não se rende completamente ao rentismo (apesar das subidas dos juros), torna-se a candidatura inimiga do “mercado” (a Bolsa de Valores sobe quando Dilma cai). Pra completar, a direita entra em colapso nervoso com o projeto de participação política nos conselhos, coordenado pelo ministro Gilberto Carvalho. Na campanha, o PSDB terá coragem de falar contra a participação popular institu-

cional? Se o fizer, empurrará Dilma para uma aliança ainda mais sólida com os setores organizados da classe trabalhadora. Isso tudo parece apontar para um segundo mandato (um pouco) mais à esquerda.

### **Mas no caminho há várias dificuldades**

Primeiro, é preciso ganhar a eleição. E engana-se quem embarca na tese de que Aécio Neves é um *playboy* que não sabe o que faz. Subestimar os adversários é um erro que costuma ser fatal. Aécio pode até ser um *playboy* que gosta da noite carioca. Mas isso não o diminui como operador político que tem demonstrado capacidade para aproveitar bem as brechas que se criam. Aécio Neves montou palanques fortes em Minas Gerais, São Paulo, Bahia e agora também no Rio de Janeiro (costurou a seu favor as contradições do PMDB de Sérgio Cabral com o PT fluminense - criando uma chapa onde cabem o PMDB de Pezão/Cabral, o PSDB e o DEM de Cesar Maia como candidato ao senado). Mais que isso, fechou nacionalmente o apoio do PTB (que estava com Dilma), e de pelo menos 30% ou 40% do PMDB nos estados.

Parte do centro (e, claro, da direita midiática e partidária) teme um segundo governo Dilma mais à esquerda, com hegemonia mais acentuada do PT. Por isso, setores do PMDB e de outros partidos de centro-direita desgarram-se da base dilmista.

Aécio é habilidoso para colher os insatisfeitos. E sabe também ser truculento - calando jornalistas em Minas, intimidando blogueiros e ativistas digitais Brasil a fora. Com palanques fortes nos estados (o senador mineiro terá palanques muito mais consistentes do que Serra em 2010), e explorando o desgaste e as contradições do governo federal, Aécio é candidato para alcançar - pelo menos - 25% dos votos no primeiro turno.

Eduardo Campos não tem palanques fortes, mas pode colher - mais à

frente - votos dos insatisfeitos com a polarização entre PSDB e PT. Eduardo deve conquistar - pelo menos - 10% dos votos.

Dilma terá mais tempo na TV e terá Lula. Mas terá contra si o desgaste do sistema político como um todo. Dilma pode cair mais com o bombardeio que ainda virá. Mas com a campanha na TV, deve-se estabilizar em torno dos 35% ou 37%.

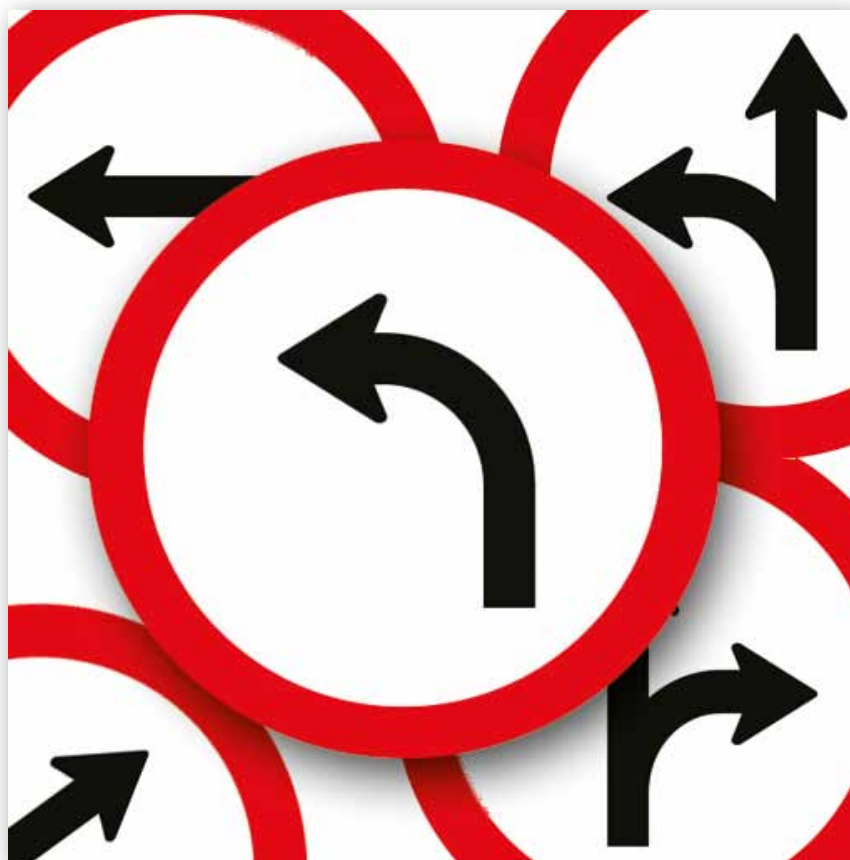
Há, no entanto, um quadro de pequenas candidaturas (PSOL, PSTU, PSC, PCB, PV) que podem arrebanhar de 5% a 7% dos votos. Por tudo isso, o provável é que a eleição vá ao segundo turno.

Claro está que o aparato midiático vai operar até a véspera da eleição, pra desgastar a presidenta. Essa será uma campanha em que o papel da mídia ficará ainda mais explícito. Dilma, Lula e o PT parecem - finalmente - dispostos a encampar esse debate que durante anos Brizola travou sozinho no Brasil.

O clima, por isso tudo, passada a Copa, é de extrema tensão. Joga-se, no Brasil, parte de um jogo muito mais importante - em que a direita e os EUA tentam retomar a América Latina. O mais provável é que Dilma siga caminhando para a esquerda, perdendo parte do eleitorado de centro, gerando uma eleição bastante polarizada.

Ainda assim, é fundamental que o PT e Dilma mantenham a capacidade de dialogar com forças de centro. A história do Brasil mostra que quando o centro se bandeia em bloco para a direita acontecem as grandes crises institucionais. A mais dramática delas foi o golpe de 64, que só ocorreu depois que o PSD abandonou Jango unindo-se aos golpistas da UDN.

Um segundo mandato mais à esquerda depende de muita clareza. O PT e os setores organizados dos trabalhadores não terão força pra governar sozinhos. Se Dilma ganhar - e tudo indica que ganhe, depois de enfrentar uma eleição dura, em dois turnos - terá que fazer um governo de coalizão. O PMDB terá que ser ouvido. E a melhor forma de negociar bem, e fa-



zer o país avançar, é organizar um bloco de esquerda mais coeso, e que escape à lógica puramente parlamentar.

Negociação não precisa significar capitulação. Com apoio nos movimentos sociais organizados, o bloco político de esquerda pode disputar/negociar com o centro (PMDB e outros) numa posição de mais força. Foi o que se deu com a aprovação do Marco Civil da Internet: a mobilização social fez com que a esquerda entrasse na negociação num patamar mais alto, e com força para obter uma vitória significativa, mesmo sem contar com maioria no Parlamento.

Há, também, a possibilidade de um cenário que seria trágico para o PT: vitória apertada de Dilma, com um discurso mais à esquerda; e, depois do início de um segundo mandato, o retorno ao centro - com a adesão do governo ao modelo de estabilização liberal. Isso jogaria gasolina nas ruas, e faria o PT - a médio prazo - perder a hegemonia que ainda

mantém entre os movimentos sociais e os sindicatos.

### O PT e seu governo não devem temer as ruas

O diálogo permanente com os trabalhadores organizados e também com as novas forças que emergiram das manifestações de 2013 é a única forma de avançar mais. Essa articulação pode canalizar as insatisfações crescentes para uma agenda de esquerda, que passe pela Reforma Política (com uma Constituinte exclusiva), pela Regulação da Mídia, e pela derrota do rentismo.

A direita não nos faltará durante a campanha. E não nos faltará em 2015. Quando um eventual segundo governo Dilma terá que enfrentar uma oposição ainda mais virulenta.

■ **RODRIGO VIANNA** é jornalista e autor do blog *Escrevinhador*



# Os trabalhadores e a CONSTITUINTE

■ *Bruno Elias*

É fundamental o **engajamento do movimento sindical** no enraizamento da bandeira da Constituinte e da reforma política nos locais de trabalho e nas lutas dos trabalhadores

O momento político é marcado pela continuidade da crise internacional, pela ofensiva da direita na América Latina, por uma polarizada disputa nas eleições nacionais e por novas demandas e reivindicações populares.

Nesse contexto, ampliar as lutas políticas e sociais será decisivo para derrotar a oposição de direita e reeleger Dilma para um segundo mandato superior, que aprofunde as conquistas dos últimos anos e dispute um novo ciclo de mudanças e reformas democráticas e populares, como a reforma do sistema político, a democratização da mídia, a reforma tributária, a reforma agrária e urbana e a universalização das políticas sociais e de novos direitos.

Diante disso, a realização do plebiscito popular entre os dias 1º e 7 de setembro por uma Constituinte exclusiva e soberana do sistema político deve ser priorizada pelos movimentos sociais, centrais sindicais e partidos de esquerda. No ple-

biscito popular, a população responderá a seguinte pergunta: “Você concorda com a convocação de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do sistema político?”.

A constituinte do sistema político deve alcançar medidas mais profundas de democratização do Estado e da comunicação, de ampliação dos canais de participação e democracia direta, de financiamento público da atividade política, de fortalecimento dos partidos e aumento da representação dos trabalhadores e dos setores populares na política.

Além disso, a reforma do sistema político também contribui para desbloquear outras reformas estruturais e pontos da Pauta da Classe Trabalhadora defendida pelo movimento sindical, a exemplo da redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salários, o enfrentamento à terceirização e precarização do trabalho e o fim do fator previdenciário.

Como apontamos a seguir, a luta por uma constituinte livre e soberana e por uma reforma política popular é uma pauta histórica do movimento de trabalhadores. Dentre as motivos, destacamos



os limites impostos pela atual sistema político na representação dos trabalhadores e na tramitação de proposta de interesse dos setores populares no Congresso Nacional.

## Constituinte de 1987/88

O atual sistema político é resultado do arranjo imposto pela transição conservadora da ditadura militar para a “Nova República”. Distorções herdadas do “entulho autoritário” e de medidas como o Pacote de Abril de 1977, que incluíam desde eleição indireta de senadores “biônicos” para parte do Senado até distorções na composição das bancadas que representavam os estados menos populosos da federação e no tempo gratuito para propaganda, seriam assimiladas pelo “centrão” conservador que dirigiu os trabalhos da Constituinte de 1987/1988.

Na elaboração da nova carta constitucional, os movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora denunciaram, desde o primeiro momento, o caráter conservador do Congresso Constituinte. Já em 1985, na sua primeira Plenária Nacio-

Arquivo Agência Brasil



Passados mais de 25 anos da elaboração da Constituição, o sistema político permaneceu em linhas gerais com o mesmo desenho ali definido

nal, a CUT atacava a proposta do governo Sarney, de dar poderes constituintes ao Congresso ao invés de convocar uma Assembléia Constituinte Livre e Soberana.

*“O presidente sem povo quer impor uma Constituinte sem povo, desprezando a democracia e as reivindicações populares. Daí a derrota nas eleições municipais dos candidatos da “Nova República” nas principais capitais brasileiras. Por isso a retomada da luta pelas Diretas Já.”* (1ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT, dezembro de 1985)

Em 1986, no 2º Congresso da CUT, a central convocava os trabalhadores a construir uma ampla “campanha nacional de lutas”, que tinha como uma das principais bandeiras a “Participação Popular na Constituinte”. Apontando a Greve Geral como o principal instrumento de luta da classe trabalhadora naquele mo-

mento político, o 2º Congresso também indicava entre os objetivos da campanha o de “criar condições políticas mais favoráveis para a luta em defesa dos interesses da classe trabalhadora na Constituinte”.

*“A CUT (...) tudo fará para que o processo constituinte seja alavanca de mobilização, organização e conscientização dos trabalhadores. Neste sentido, ao mesmo tempo em que denuncia o caráter antidemocrático e anti-soberano da constituinte atual, promove as mais variadas e amplas campanhas em torno das questões mais importantes da Constituinte; obriga os diferentes partidos e candidatos a se pronunciarem acerca das principais reivindicações dos trabalhadores de forma a desmascarar os falsos aliados dos trabalhadores.”* (RESOLUÇÕES DO 2º CONGRESSO NACIONAL DA CUT, julho/agosto de 1986)  
Ao fazer o balanço da atuação da

central no período, o 3º Congresso Nacional da CUT (1988) destaca a “a deflagração, sob nossa iniciativa, da grande greve de 12 de dezembro de 1986, que se transformou na maior Greve Geral na história do país” e a importância da mobilização dos trabalhadores na coleta de assinaturas para as emendas populares, nos protestos e caravanas ao Congresso Constituinte para a garantia de alguns dos direitos sociais conquistados na nova constituição.

Em que pesem estas conquistas, o 3º Concut denuncia o caráter global da nova Constituição, indicando apoio ao voto contra o texto global da carta.

*“A avaliação dos resultados da Constituinte deixa claro que muitas reivindicações não foram alcançadas. Vários direitos não estão inscritos. As Diretas Já foram derrotadas e Sarney garantiu seus cinco anos. A estrutura sindical, embora registre algumas modificações,*



*não assegura a ampla liberdade de organização que a classe trabalhadora brasileira exige. Sobretudo, a nova Carta se ergue contra a reforma agrária – marcando inclusive um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra redigido pelos militares – e define as Forças Armadas como fiadoras e guardiãs da Constituição, colocando, portanto, a sociedade brasileira sob tutela militar, num permanente convite ao golpe, cuja realização está, de antemão, juridicamente legitimada. Mas é impossível não reconhecer que houve conquistas no novo texto constitucional.”*  
(RESOLUÇÕES DO 3º CONGRESSO NACIONAL DA CUT, setembro de 1988)

## Constituinte para mudar o sistema político

A partir deste rápido panorama das posições da CUT no processo de elaboração da Constituição de 1988, percebemos a importância da mobilização popular para garantir alterações constitucionais de interesse dos trabalhadores e os limites do último processo constituinte do país.

Passados mais de 25 anos da elaboração da constituição, o sistema político permaneceu em linhas gerais com o mesmo desenho ali definido. Em 1993, é realizado um plebiscito sobre o sistema e

**A leitura de que o atual Congresso, por reunir em sua maioria beneficiados pelo atual sistema político, não fará uma reforma política popular, passou a impulsionar a proposta de uma constituinte exclusiva para a reforma política**

forma de governo que reafirma o presidencialismo e a república. Novas leis seguiram regulamentando o modelo, bem como diversas propostas de reforma política despontaram no debate público.

A partir dos governos Lula e Dilma, outras tentativas de reforma política seriam novamente frustradas. A leitura de que o atual Congresso, por reunir em sua maioria beneficiados pelo atual sistema político, não fará uma reforma política popular, passou a impulsionar a proposta de uma constituinte exclusiva para a reforma política.

A partir das manifestações de junho de 2013, a proposta é retomada em um primeiro momento pela presidenta Dilma e depois de forte reação do Congresso, da mídia e do judiciário, os movimentos sociais, centrais sindicais e outras entidades assumem a pauta e a realização de um plebiscito popular sobre o tema como prioridade.

*“As manifestações de junho também recolocaram no centro do debate nacional a necessidade de uma mudança profunda no atual sistema político brasileiro através de uma reforma política, defendida há muito tempo pela CUT.*

*Compreendendo que o atual Congresso não fará esta reforma, nem as outras (reforma agrária, reforma tributária, democratização dos meios de comunicação) necessárias para transformar o Brasil num país mais democrático e justo, a CUT organizou junto com movimentos sociais a campanha pelo Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político.”* (TEXTO BASE da 14ª Plenária da CUT)

No mesmo período, a CUT sistematizaria, em carta enviada à presidenta Dilma Rousseff, um conjunto de pontos que a Central considera fundamentais numa reforma política:

1. Fim do financiamento privado das campanhas eleitorais, que macula indelevelmente o processo eleitoral, e que é fonte importante de corrupção;
2. Voto proporcional em lista partidária, com alternância de sexo, definida em convenções partidárias democráticas e transparentes, a partir de critérios públicos;
3. Fidelidade partidária e programática;
4. Diminuição do número de assinaturas para projetos de Iniciativa Popular e mecanismos de facilitação de coleta;
5. Tramitação diferenciada e prioritária dos projetos de lei de Iniciativa Popular;





A ampliação da mobilização social, combinando luta de massas, uma grande votação durante o plebiscito popular pela Constituinte e a eleição de um maior número de parlamentares comprometidos com esta pauta, poderá **reposicionar o tema da reforma política no próximo período como pauta prioritária para a classe trabalhadora** e ampliar as possibilidades de sua realização



6. *Inclusão de mecanismos para a democratização do Poder Judiciário e impedimento de judicialização de conflitos;*

7. *Combate à corrupção, tornando-a crime inafiançável;*

8. *Fim da imunidade parlamentar para crimes penais e de corrupção;*

9. *Fim do Senado;*

10. *Proporcionalidade de representação dos Estados da Federação;*

11. *Eliminação de cláusulas de barreira;*

12. *Institucionalização do caráter deliberativo das Conferências de políticas públicas e dos Conselhos Nacionais;*

13. *Estabelecimento de limite mínimo de 18 anos de idade para concorrer a cargos eletivos, permitindo uma saudável e necessária renovação geracional.*

Além desses importantes eixos de mudança do sistema político, a reforma política também é fundamental para ampliar a representação dos trabalhadores na política e para o avanço da pauta da classe trabalhadora num Congresso Nacional fortemente marcado pelos interesses empresariais e não raro contra os direitos dos trabalhadores.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), em pesquisa qualitativa com os deputados e senadores, apontou o perfil dos eleitos em 2010. De acordo com o levantamento, a maior bancada seria a dos empresá-

rios. Reunindo ao todo 273 parlamentares (246 deputados e 27 senadores), a bancada empresarial representa 45% do Congresso Nacional. A bancada sindical, por sua vez, contaria com 72 representantes, sendo que 64 são deputados e 8 senadores.

Em tal correlação de forças, a pauta da classe trabalhadora enfrenta muitas dificuldades para avançar. Não é à toa que parte desta pauta considerada essencial pelo movimento sindical, é bloqueada pela bancada do Capital no Congresso, como a redução da jornada de trabalho sem redução de salários (PEC 231/1995), a retirada definitiva do PL 4330/2004 de terceirização e o fim do fator previdenciário (PL 3.299/2008).

Para alterar esta situação, é fundamental o engajamento do movimento sindical no enraizamento da bandeira da Constituinte e da reforma política nos locais de trabalho e nas lutas dos trabalhadores.

A ampliação da mobilização social, combinando luta de massas, uma grande votação durante o plebiscito popular pela Constituinte e a eleição de um maior número de parlamentares comprometidos com esta pauta, poderá reposicionar o tema da reforma política no próximo período como pauta prioritária para a classe trabalhadora e ampliar as possibilidades de sua realização.

**BRUNO ELIAS** é da executiva nacional do PT





# A BATALHA DO RIO GRANDE

■ *Entrevista: Olívio Dutra*

Como candidato ao Senado, Olívio Dutra diz que vai trabalhar para mostrar as diferenças marcantes entre o projeto do campo democrático e popular para o Brasil e o que os adversários defendem

**N**osso propósito inicial era fazer uma entrevista com Olívio Dutra sindicalista, sobre os tempos heroicos do movimento, antes do golpe e durante a Ditadura. E fizemos!

Mas a entrevista tornou-se maior do que nossas expectativas e fomos incapazes de fazer os cortes necessários.

Como definitivamente temos mais sorte que juízo, dias antes da entrevista à *Esquerda Petista*, Olívio Dutra concedeu ou-

tra, desta vez ao jornal *Página 13*, com foco na sua candidatura ao Senado pelo estado do Rio Grande do Sul. Isto tornou possível uma solução radical: publicaremos nesta edição um pequeno trecho desta entrevista concedida ao dirigente nacional do PT

Adriano Oliveira e inicialmente destinada ao jornal *Página 13*. E publicaremos a versão integral das duas entrevistas no [www.pagina13.org.br](http://www.pagina13.org.br)

Nelas, transcritas por José Luis Zasso e editadas por Adriana Miranda, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, diz que é candidato ao Senado Federal porque tem responsabilidade com o projeto coletivo e que vai trabalhar para mostrar as diferenças marcantes entre o projeto do campo democrático e popular para o Brasil e o que os adversários defendem. “Quero cotejar ideias, argumentos e projetos”, adianta.

Olívio considera fundamental continuar avançando, aprofundar as transformações sociais, realizar reformas estruturantes (política, tributária e agrária), o controle democrático dos meios de comunicação e a revisão do pacto federativo. Diz, também, porque é importante reeleger a presidenta Dilma Rousseff e o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro.

Sua candidatura foi festejada e a entrada na disputa recebida com grande entusiasmo pela militância petista e dos partidos que integram a Unidade Popular pelo Rio Grande do Sul. “Bueno’, vale conferir:

**Por quais razões aceitou o convite para disputar o Senado nestas eleições?**

Sou candidato por que tenho responsabilidade com o projeto coletivo, que está fazendo bem para o Brasil e para o Rio Grande e que precisa ser reeleito para fazer mais, fazer o que não pode fazer ainda, mexer mais nas estruturas do Estado brasileiro, que são estruturas que fazem do Estado uma cidadela dos poderosos, econômica e financeiramente. Tenho compromisso em aprofundar esse projeto nas duas pontas, federal e estadual e independente de ter cargo ou mandato, sempre estive em campanha por este projeto.

**“Sou candidato por que tenho responsabilidade com o projeto coletivo, que está fazendo bem para o Brasil e para o Rio Grande e que precisa ser reeleito para fazer mais”**

Foto: José Luiz Zasso



**Quais as principais bandeiras que pretende defender à nível nacional?**

A estrutura do Estado brasileiro, a estrutura tributária, as reformas agrária, urbana e política, não a reforma eleitoral, mas a política, tudo isso tem a ver com o Senado. Queremos fazer essas ideias serem debatidas não só dentro do Senado, mas com a sociedade e que venham a tomar corpo em medidas, em leis. Enfim, alterações da estrutura do Estado brasileiro, que nos dois mandatos do presidente Lula e no mandato da presidente Dilma, governos que fizeram acontecer coisas que nos temos que celebrar e comemorar com o povo brasileiro, ganhos enormes para qualificar a vida de milhões de brasileiros, mas em que não pudemos mexer, ainda, nas estruturas profundamente injustas de um país que tem poucos cada vez mais ricos e muitos pobres, aliás, temos 17 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza, e a própria companheira Dilma diz “um país rico, é um país sem pobreza”, então nós ainda não somos ricos, e temos que ser ricos não só no ponto de vista econômico, material, mas ricos na capacidade das pessoas, do povo brasileiro, da alma brasileira, se sentirem uma nação e conviver bem consigo, com os outros, com a natureza rica, bonita desse País, e se relacionar bem no concerto dos países daqui da América Latina. Acho que um mandato de senador tem possibilidades interessantes, grandes, tem desafios. Vou pelear para isso, um senador em defesa do projeto que queremos reeleger. Serei um senador reforçando esse projeto de transformação estratégica.

**Como pretende trabalhar a polarização com a candidatura do jornalista Lasier Martins, também candidato a senador e antítese do nosso projeto?**

Vou afirmar o projeto do qual eu faço parte, não por acaso e nem agora,



Foto: José Luiz Zasso



não cheguei nesse projeto por cima. Vim ajudando a construí-lo e os adversários, em particular, este que tu está te referindo, terão que se assumir. Sempre entendi que o trabalhismo social é a visão que não é a visão do estado mínimo, do estado sob controle privado, visão diferente a do adversário que você fala, que defende o estado mínimo, o Estado terceirizado, a presença crescente do interesse privado, para fazer bons negócios para o enriquecimento de alguns. Bueno, vamos discutir questões sérias como o papel do Estado, o Estado sobre controle público e não sobre controle privado para funcionar bem e melhor e não para alguns e para poucos, mas se não para todos, para a maioria. Vamos discutir a questão da comunicação, o controle democrático, efetivamente democrático de setor tão importante, que em democracias já consolidadas não se permite que estruturas poderosas econômicas e materialmente como a que temos aqui no Brasil e da qual fez parte esse adversário a que te referes como grande porta-voz desses grupos.

### **Como avalia as alianças? O acordo nacional está muito amplo ou é o arco estadual que está muito estreito?**

Sempre me pergunto! Será que o Lula, no primeiro mandato, tinha condições de governar e fazer passar coisas importantes e necessárias com a composição do Congresso, sem maioria, decorrente da própria eleição que o elegeu? Será que se o Lula não tivesse feito às alianças que fez, poderíamos ter avançado? Acho que teria avançado, mas certamente num ritmo mais lento e talvez até com mais complicações da conjuntura política. Então, acho que era legítimo esperarmos na segunda eleição, no segundo mandato, que tivéssemos pelo voto da cidadania brasileira, ampliado no Congresso o campo democrático-popular, criado outra correlação de forças, mas isso não aconteceu. O

segundo mandato do Lula de novo teve que compor um governo do centro para direita, porque a correlação de força no Congresso não se alterou para melhor. Vivemos essa situação de novo com a eleição da Dilma, no seu primeiro mandato. É essa estrutura que precisamos mudar com a reforma política. No Rio Grande do Sul, o Tarso também, eleito, convidou forças que estiveram num outro campo durante a campanha. Essas forças ficam conosco até um tempo. Aí quando chega outro embate, elas se transferem pra cá ou pra lá segundo as conveniências políticas. Nesta estrutura atual não se mexe no que interessa para a população, não sacode, acomoda interesses, estimula vaidades, profissionalismo na política, essas coisas todas. Como disse precisamos da reforma política para mudar isto e a reforma política só poderá vir com uma Constituinte exclusiva. Então, não sou de dizer: não, nós não temos que fazer nenhuma composição, não me agrada as composições que fizemos, nem no primeiro e nem no segundo mandato do Lula e nem agora com a Dilma e nem aqui com o Tarso, mas é isso, o que é possível. Também tem que se perguntar se será sempre assim, se temos que aceitar isso como da natureza da política. Não aceito isso como da natureza da política, não me conformo, mas temos que conviver com essas realidades e buscar superá-las. Isso significa os partidos do campo democrático-popular serem escolas políticas de formação permanente, de formação de quadros, discutir a política não como uma disputa de cargos, empregos para as pessoas nas máquinas partidárias, nos cargos obtidos no Executivo e nos Legislativos, mas escolas políticas para debater a política como a construção do bem comum com o protagonismo das pessoas, discutir a realidade brasileira, as enormes desigualdades que esse País tem e mantém, mesmo com as políticas sociais avançadas que podemos e estamos implementando. ■

“O segundo mandato do Lula de novo teve que compor um governo do centro para direita, porque a correlação de força no Congresso não se alterou para melhor. Vivemos essa situação de novo com a eleição da Dilma, no seu primeiro mandato. É essa estrutura que precisamos mudar com a reforma política”

# Venezuela: o protagonismo dos trabalhadores

■ *Max Altman*



Persistem complexos desafios no campo da economia que se não forem enfrentados e resolvidos podem corroer o apoio popular e fraturar sua base política de sustentação e pôr por terra **o sonho de um regime socialista democrático e progressista**

**P**assados quase cinco meses do início das manifestações de rua programadas por setores golpistas da direita venezuelana, a derrota dos planos golpistas é notória. O presidente Nicolas Maduro resistiu bravamente, contra-atacou, chamou a oposição ao diálogo, recebeu o respaldo da Unasul e atuou firmemente levando os autores de ações criminosas a responder na Justiça. E fundamentalmente manteve unida sua base social e o respaldo das Forças Armadas.

Contudo persistem complexos desafios no campo da economia que se não forem enfrentados e resolvidos podem corroer o apoio popular e fraturar sua base política de sustentação e pôr por terra o sonho de um regime socialista democrático e progressista.

## **1. Transformar a economia rentista e importadora em economia produtiva e exportadora**

Numa sociedade rentista, os atores econômicos e sociais se acostumaram em obter ingressos que não são fruto de seu trabalho. Desde que apareceu o petróleo na Venezuela ficou mais fácil devorar a renda, comprando em todo o mundo o que se poderia produzir internamente com trabalho produtivo. É a chamada “maldição do petróleo”. A transformação produtiva na Venezuela tem dois eixos fundamentais: a) criação de novas relações de poder por meio do desenvolvimento de inovadoras formas de pro-

priedade social, popular e comunal; b) transformação do capitalismo rentista e importador numa nova economia socialista diversificada, capaz de produzir os bens destinados a satisfazer as necessidades essenciais da população, diversificar a oferta exportável e reduzir a dependência do ingresso petrolífero.

## **2. Superar o modelo extrativista-rentista.**

A Venezuela é um país com forte raiz extrativista e por isso depende da captação de renda e não do esforço produtivo. O extrativismo é um modelo de acumulação baseado na obtenção de uma renda pela exploração de recursos naturais e energéticos. É um modelo depredador do ambiente uma vez que esgota as jazidas e os extrai num ritmo superior à taxa de reposição. Trata-se de um modelo de atividade isolada do resto da economia e pouco impacto sobre o desenvolvimento endógeno, em que coexistem sistemas de alta e baixa produtividade, pobre densidade de indústrias por mil habitantes, pouca diversificação e integração industrial.

## **3. Construir novo modelo produtivo sob controle dos trabalhadores e da comunidade**

Ao analisar a estrutura da População Economicamente Ativa, salta à vista o incremento da força laboral ocupada no setor público. Este é um emprego inflacionário, com sua remuneração, bônus e benefícios e permanente injeção de recursos, se não tem em contrapartida



uma abundante produção de bens e serviços que permita manter o necessário equilíbrio entre oferta e demanda. Trata-se não de dar emprego e sim de gerar trabalho produtivo, dentro de um modelo em mãos dos trabalhadores e das comunas, sem mediações burocráticas. A “semeadura do petróleo” não deve ser vista apenas como obras de infraestrutura. O investimento nessa área é necessário mas não suficiente. Uma porcentagem crescente da renda petroléira deve ser investida em emprego produtivo, alimentação, educação, saúde, habitação. Outra porcentagem significativa, em distintos fundos de compensação macroeconómica, desenvolvimento nacional e patrimonial.

#### **4. Derrotar a escassez, o açambarcamento e a especulação**

O crescimento do PIB ao longo de trimestres anteriores não se traduziu em qualidade produtiva. Ao contrário, o aporte ao PIB de setores estratégicos como agricultura e indústria, retrocedeu. Para atingir metas de segurança alimentar e soberania produtiva, a agricultura deveria aportar pelo menos 12 por cento e aporta apenas 4,5 por cento ao PIB. Uma economia industrializada aporta pelo menos 20 por cento e na Venezuela é de apenas 14 por cento. Os elevados e persistentes índices de escassez se devem a um problema estrutural que tem a ver com o desmantelamento do aparelho produtivo. Isto fica evidenciado mesmo nas redes públicas de abastecimento, que, é claro, não foram criadas para açambarcar nem especular. A ancoragem cambiária, ao golpear a produção nacional, acaba causando escassez, uma vez que o subsídio ao dólar se traduz num subsídio às importações em detrimento da produção interna. Como esta produção cai de maneira sustentada, cresce a demanda de divisas para importar e conjurar a escassez ou meramente especular



#### **5. Impulsionar a industrialização socialista**

A manufatura tem grande efeito multiplicador sobre os demais setores econômicos. Demanda matérias primas à agricultura, mineração etc. Oferece bens para o desenvolvimento de outros setores. Além do mais requer serviços de apoio, água, eletricidade, telecomunicações, financiamento, infraestrutura, redes de distribuição e comercialização. A industrialização socialista é um processo chamado a substituir a exploração do trabalho alheio, o uso intensivo de matérias primas e energia, a depredação do ambiente por um novo tipo de industrialização baseado em distintas formas de propriedade social, na justa remuneração do trabalho e no investimento social dos excedentes, e no uso de conhecimentos científicos e tecnologia, tudo para aprofundar a reativação, reconversão e reindustrialização do aparelho produtivo, como condição básica para alcançar a soberania econômica.

#### **6. Industrializar os hidrocarbonetos**

Se bem que está presente a soberania nacional sobre o petróleo, é importante estabelecer uma política de industriali-

zação dos hidrocarbonetos, uma vez que o país continua exportando óleo cru e gás líquido e importando derivados com valor agregado. Se se estabelecer uma meta de alcançar uma indústria por mil habitantes, num lapso de 10 anos pode se ter 28 mil estabelecimentos industriais, muito mais que os 7 mil atuais. Com isto se substitui boa parte das exportações e se diversifica a oferta exportável, em especial a derivada da industrialização dos hidrocarbonetos, em que o país possui vantagens comparativas.

#### **7. Harmonizar políticas macroeconômicas e setoriais**

Harmonizar a política fiscal, cambiária, monetária e financeira com a política agrícola, industrial e tecnológica impede anular os incentivos governamentais destinados a impulsionar a transformação produtiva. A construção do novo modelo produtivo exige a intervenção do Estado para orientar um processo que não pode ficar à mercê do mercado. O governo bolivariano pode combinar diferentes incentivos fiscais, aduaneiros, financeiros, cambiais, fornecimento de matérias primas etc., com o fim de elevar drasticamente

a atual proporção de 0,25 a 1 estabelecimento industrial por 100 mil habitantes.

### 8. Corrigir a sobrevalorização e abandonar a ancoragem cambial

O preço do dólar se manteve fixo por varios anos, apesar de que o país tenha registrado inflação superior a de seus sócios comerciais. Com isso, os productos importados se tornam muito mais baratos que os nacionais. Quando a sobrevalorização se tornou insustentável, o governo teve de adotar maxidesvalorizações. No entanto, a taxa de câmbio continua sobrevalorizada e a crescente demanda por divisas baratas prossegue. Corrigir esta problemática requer uma política cambial dinâmica e flexível, com ajustes periódicos no preço oficial do dólar.

### 9. Desenvolver uma eficaz estratégia antiinflacionária

O controle de preços mostrou seus limites. Controla-se o preço final todavia aumentam-se os salários e mantém-se liberados os preços das matérias primas, insumos e maquinárias. Até nas cooperativas de economia social os custos de

produção superam o preço controlado e se desestimula a produção. Como ninguém produz para perder, surgem focos de açambarcamento que agravam a escassez. A chave do éxito está em reativar o aparelho produtivo, reindustrializar a economia e dinamizar os canais de distribuição e comercialização para derrotar a especulação e a escassez.

### 10. Não monetizar o déficit fiscal

Se o governo com déficit necessita de financiamento, costuma emitir obrigações para serem adquiridas por inversionistas nacionais ou estrangeiros ou pela banca. Como os bancos centrais podem imprimir dinheiro ou emitir bônus ou outras obrigações, é uma tentação para o governo buscar financiamento no instituto emissor e aí se dá a monetização do déficit fiscal. Atualmente o déficit do setor público, inclusive Pdvsa, empresas básicas e nacionalizadas, está na ordem de 15 por cento do PIB. Se o financiamento do déficit fiscal por parte do Banco Central da Venezuela (BCV) se converter em prática reiterada e crescente, as consequências serão nefastas. A expansão da liquidez monetária sem respaldo no aumento de

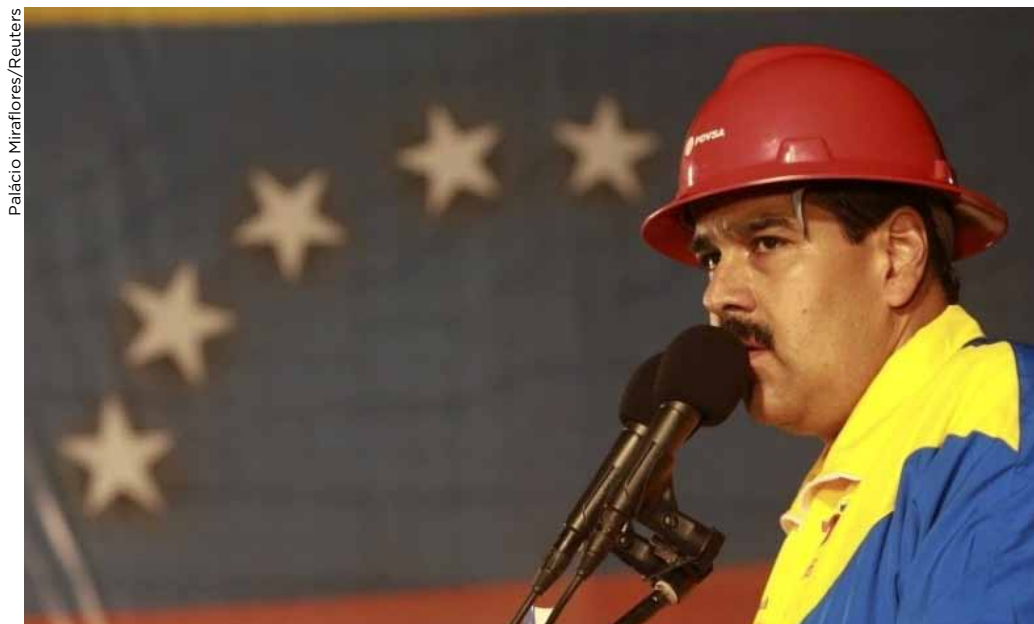
bens e serviços resulta na deterioração do poder de compra da moeda, o que agudiza a inflação. A realidade é que o BCV está se transformando no grande financiador do déficit fiscal. No encerramento de 2013, a dívida líquida da Pdvsa com o BCV superou 165 bilhões de bolívares justo quando o petróleo alcançava seu maior preço.

### 11. Eliminar o imposto inflacionário

A monetização do déficit provocou um crescimento da liquidez monetária em torno de 65 por cento interanual. Esta é uma das causas propagadoras da inflação. Trata-se de um imposto inflacionário que recai com maior peso para quem vive de salário. O uso das reservas internacionais e o financiamento do gasto público com emissão de dinheiro estão começando a gerar efeitos inflacionários não desejados. É preciso recordar que em todos os países em que ocorreu um desajuste fiscal, as consequências inflacionárias se tornaram inevitáveis, afetando o poder aquisitivo do salário do trabalhador.

### 12. Colocar a gasolina a preço minimamente justo

É preferível obter ingressos fiscais levando o preço da gasolina a um preço compatível com o preço internacional. Não obstante, o governo está preso a um rígido tabu em torno do preço do combustível. Em 1989, o aumento do combustível foi o detonante do Caracazo, mas não a causa. Hoje a situação é muito diferente, não há qualquer risco de um novo Caracazo. Consciente que há enorme desperdício com gasolina tão barata, o povo respaldaria o ajuste de seu preço, desde que boa parte dos ingresos adicionais se reorientem para o investimento social e a modernização do transporte público. Encher um tanque de 60 litros na Venezuela sai por menos de 1 dólar. Uma garrafa de água custa 20 vezes mais que um litro de gasolina. Comparando-se o preço interno com o internacional, o subsídio anual



NICOLAS MADURO: presidente manteve unida sua base social e o respaldo das Forças Armadas



## Recai em grande parte nos ombros dos setores mais avançados e conscientes da classe operária a consolidação do processo revolucionário bolivariano pois é dela fundamentalmente a revolução socialista bolivariana

supera os 15 bilhões de dólares, superior às transferências da Pdvsa aos programas sociais de 14 bilhões.

### 13. Reduzir o peso da dívida externa.

A dívida pública externa engloba a da administração central, da Pdvsa, dos empréstimos da China, Rússia e Brasil, bem como os pagamentos pendentes da expropriação das empresas estrangeiras. Essa dívida se situava em cerca de 28 bilhões de dólares em 1998, subindo pouco para 30 bilhões em 2007. A partir daí aumentou dramaticamente, chegando no final de 2013 a 106 bilhões de dólares. Há de se destacar o custo da dívida. Se a Venezuela paga 10% de juros e os Estados Unidos 2%, isto significa que a dívida está resultando muito cara para o país. É contrário ao interesse nacional um endividamento a taxas superiores a 12 por cento.

### 14. Fortalecer as reservas internacionais

Reservas internacionais são os recursos em divisas que um país tem para garantir as importações e o serviço da dívida externa em caso de déficit em conta corrente ou limitações de financiamento externo. Financiar o déficit fiscal por via de transferências de reservas internacionais ao Tesouro tem como consequência uma pressão sobre a liquidez monetária, o que acelerará a pressão altista sobre os preços. É preciso encontrar um nível adequado dessas reservas, em função dos compromissos de dívida e de importação.

A fonte de divisas, quase única, que permite pagar a dívida externa é, na Venezuela, o petróleo. Eventual recessão da economia mundial pode afetar o preço do petróleo e conseqüentemente sua capacidade de pagamento.

### 15.O papel protagonista dos trabalhadores

Para priorizar a produção nacional e alavancar o trânsito de uma economia rentista e importadora para um novo modelo produtivo, além das medidas citadas anteriormente, é urgente e necessário um debate honesto sobre a produtividade do trabalho.

Sidor, a principal indústria siderúrgica da Venezuela, é um exemplo do que se impõe superar para evitar a escassez de barras e perfis de aço, que hoje prejudica a fabricação de vivendas e a boa marcha da indústria nacional. Em 2013 foi produzida apenas 1,4 milhão de tonelada de aço em comparação com os 4,3 milhões alcançados em 2007, quando a Sidor abastecia integralmente o mercado interno. A queda nas receitas gera atrasos nos pagamentos, inclusive de salários, criando ainda mais dificuldades para reativar a produção.

Sidor não é um caso isolado: já ocorreu antes com a estatal Alcasa e se repete uma e outra vez em não poucas empresas expropriadas: queda da produção, desabastecimento e escassez, criando um mal-estar social útil para os que pretendem gerar uma crise de governabilidade que termine com o derrocamento do presidente Maduro.

Para derrotar a queda de produção, que gera desabastecimento e escassez, é necessário entre outras medidas fortalecer a produtividade. O que passa por tratar temas como o absentismo, a falta de disciplina e de uma “moral de trabalho”, indispensável para uma classe que pretende governar e mudar sua sociedade.

As disposições da Lei do Trabalho e os decretos de inamovibilidade laboral tem de ser de estrito cumprimento por parte das empresas. Mas estes dispositivos não podem servir de desculpa para quem, embora formalmente integrante da classe trabalhadora venezuelana, não contribui com seu trabalho para a produção da riqueza nacional e, desta forma, para a sobrevivência da revolução bolivariana.

É preciso, entre outras medidas, evoluir da inamovibilidade absoluta hoje existente, para um esquema de estabilidade numérica que, ao permitir as substituições que estejam plenamente justificadas, ajude não somente a manter o mesmo número de trabalhadores como inclusive permita aumentar o pessoal.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de desemprego subiu em janeiro para 9,5 por cento. Num momento em que a desaceleração da atividade econômica pode levar esse indicador a mais de 10 por cento, urge retomar todas as estratégias possíveis para recuperar o nível de emprego produtivo.

Recai em grande parte nos ombros dos setores mais avançados e conscientes da classe operária a consolidação do processo revolucionário bolivariano pois é dela fundamentalmente a revolução socialista bolivariana. Nesta fase histórica, o papel protagonista dos trabalhadores e de suas lideranças e a manutenção de sua unidade, passa necessariamente pela solução dos principais problemas da economia.

■ MAX ALTMAN é colaborador da Secretaria de Relações Internacionais do PT

# O segundo semestre de 2014

■ *Documento da DNAE*

A Direção Nacional da tendência petista Articulação de Esquerda, reunida no dia 20 de junho de 2014, debateu **a conjuntura, as eleições 2014, as tarefas do Partido** dos Trabalhadores e da militância da Articulação de Esquerda

# N

o dia 21 de junho ocorreu a convenção que lançou oficialmente a candidatura da presidenta Dilma Rousseff à reeleição. Durante a Convenção, assistimos aos discursos de Rui Falcão, Lula e Dilma Rousseff, que confirmaram aspectos importantes das conclusões a que chegamos na reunião da Direção Nacional da AE.

Levando em consideração a repercussão da Convenção e o que foi debatido dia 20 de junho, a Direção Nacional da Articulação de Esquerda divulga a seguinte orientação militante:

- 1.** A militância da AE deve jogar todos os seus esforços, no próximo período, na reeleição de Dilma Rousseff presidenta.
- 2.** Cabe a cada direção estadual, coordenação setorial, organização de base e a cada militante individual decidir como combinar esta prioridade com nossas demais tarefas, entre as quais destacamos: a plenária estatutária da CUT (28/7 a 1/8), a Jornada de Formação no Ceará (28/7 a 3/8), a organização do Plebiscito Popular (2 a 7/9) e a campanha de nossas candidaturas.
- 3.** As eleições de 2014 ocorrem num contexto marcado por três grandes variáveis:



a) o aprofundamento da crise internacional e, por decorrência, maior pressão das potências imperialistas sobre a América Latina e o Brasil;

b) o acirramento da disputa entre as duas vias de desenvolvimento do Brasil, com o grande empresariado e parcela dos “setores médios”, a oposição de direita e o oligopólio da mídia deixando claro sua aversão radical a toda e qualquer medida vinculada a soberania nacional, a integração latino-americana e caribenha, a ampliação das liberdades democráticas, ao bem estar social e a igualdade;

c) a ampliação da parcela da população e do eleitorado oriundo da classe trabalhadora que mantém reservas ou até mesmo desconfiança frente ao petismo e frente ao lulismo;

**4.** Frente a este novo cenário, cresce a necessidade de que o Partido dos Trabalhadores dê um salto na sua capacidade organizativa, política, teórica, cultural e estratégica.

**5.** Parcelas importantes e crescentes da base social, eleitoral e militante do Partido reclamam da direção que seja capaz



disto. Mas o grupo majoritário na direção nacional do PT não revelou, até o momento, disposição e/ou capacidade para mudar os rumos e os métodos de atuação, mudança essencial para enfrentar a nova situação estratégica aberta pelos realinhamentos no empresariado e na classe trabalhadora.

**6.** A variável central da conjuntura é a radicalização da direita. Um exemplo disto é a postura adotada frente à Copa do Mundo. As oposições (tanto a de direita quanto a de esquerda) buscaram politizar ao extremo o tema, tendo adotado em alguns casos o slogan “não vai ter Copa” e de fato torcendo pelo fracasso do certame e da seleção brasileira em campo, deixando ao PT e ao governo a defesa dos “interesses nacionais”.

**7.** Por qual motivo as oposições agiram assim? Para além de análises e opções táticas, há uma razão estratégica de fundo: depois de quase 12 anos de presidência petista, houve mudanças importantes no país e por isto mesmo parcelas crescentes da população estão insatisfeitas.

**8.** De um lado, o grande empresariado e os “setores médios tradicionais” (assalariados de alta renda, assim como setores da pequena burguesia) estão insatisfeitos com as mudanças ocorridas, querem evitar seu aprofundamento e querem recuperar o espaço perdido.

**9.** De outro lado, amplos setores da população trabalhadora e parcelas dos “setores médios” estão também insatisfeitos, não com o sentido das mudanças, mas sim com a timidez das mudanças realizadas e querem ganhar mais e mais rápido.

**10.** Este desejo por mais mudanças é visível, com maior ou menor clareza, nas jornadas de junho de 2013, nas greves de diversas categorias e também na mobilização dos sem-teto.

**11.** A “oposição de esquerda” gostaria de aproveitar este cenário. Mas a radicalização da direita, internacional e nacional, contra o PT vem fechando os espaços para a “oposição de esquerda”, que mesmo contra sua vontade tende a converter-se em linha auxiliar da direita, do grande capital e do imperialismo. É preciso explicar isto pacientemente, mas com palavras claras, para os militantes de outros partidos e organizações que insistem neste caminho; e é preciso disputar sua base social, que inclui setores da classe trabalhadora que na ausência de uma alternativa de esquerda podem cair na desmoralização ou inclusive girarem à direita.

**12.** A oposição de direita também conhece o desejo popular por mais mudanças e sabe que só ganhará as eleições presidenciais se conseguir aparecer, para a maioria do eleitorado, como a portadora de mudanças. Acontece que existe uma contradição antagônica entre a mudança desejada pelo povo e a mudança desejada pela oposição de direita.

**13.** As mudanças desejadas pelo povo, nós traduzimos em mais Estado, mais desenvolvimento, mais políticas públicas, mais emprego, mais salário, mais democracia.

**14.** Já a mudança desejada pela oposição de direita implica em desemprego, redução de salários, menos direitos, menos políticas sociais e democracia: é uma mudança para pior.

**15.** Por isto, a oposição de direita não pode assumir abertamente seu programa, não pode dizer que tipo de mudança deseja para o país. Dizer que vão gerar desemprego, reduzir salários e investimentos sociais seria a derrota antecipada.

**16.** Sem poder falar do futuro que pretendem construir e sem poder falar do seu próprio passado - quando implementaram no Brasil o programa neoliberal - o

que resta para a oposição de direita é criticar “tudo isto que está aí”, combinando a denúncia de problemas (reais ou não), a manipulação midiática e a sabotagem ativa, para criar um ambiente de crise, deterioração e caos.

**17.** Por isto o oligopólio da mídia anda tão crítico quanto à realidade brasileira. Por isto falaram que “não vai ter Copa”, por isto torceram abertamente para que ocorresse algum desastre que prejudicasse a competição, por isto tentaram (ainda que sem sucesso) “capitalizar” os xingamentos à presidenta no jogo de abertura, pois tudo isto reforça o ambiente negativo do qual se nutrem as candidaturas da oposição de direita.

**18.** Agora, que a Copa já está em curso, a oposição tenta se reposicionar. Seja por razões comerciais, seja por razões políticas, o consórcio entre os partidos de oposição e o oligopólio da mídia não pode assumir abertamente sua torcida pela derrota do Brasil. Mas não faz autocrítica e, tendo oportunidade, voltará à posição original, de torcer pela derrota e pelo desastre.

**19.** A radicalização da direita abrange todos os cenários e temas. A violenta reação contra o decreto acerca da participação social, acusando o PT de “bolchevismo” e a participação de “soviética”, é de um didatismo total: a direita brasileira considera qualquer reforma uma revolução; e, por isso, contra qualquer reforma ela uiva por um golpe preventivo (a “contrarrevolução”).

**20.** Frente a este cenário, a maioria da direção do nosso Partido age como se ainda fosse possível adotar a tática de 2002.

**21.** Nunca apoiamos aquela tática, mas reconhecemos que em 2002 a tática de centro-esquerda era eleitoralmente “lucrativa”. Hoje é diferente: as alianças com setores da direita, as expectativas na postura do grande empresariado, a tibieza frente ao oligopólio da mídia, a mode-

ração programática geram rendimentos eleitorais decrescentes.

**22.** Portanto, para além do erro estratégico contido nas atitudes citadas no ponto anterior, há um erro tático: este caminho não é adequado para vencer as eleições de 2014, nem nacionalmente, nem nos estados.

**23.** A radicalização da direita (e não apenas da oposição de direita) e a ofensiva do grande capital não dão margem para a reprodução da tática adotada em 2002.

**24.** Aliás, já em 2006 nossa tática foi distinta daquela adotada em 2002, graças ao que obtivemos em 2006 uma vitória eleitoral, política e ideológica. Já a tentativa de reproduzir, em 2010, a tática de 2002, resultou numa vitória eleitoral, mas num ambiente de defensiva política e ideológica.

**25.** Não se trata apenas de escolher a melhor tática para ganhar a eleição de 2014. Se trata, também, de escolher uma tática que tenha melhores repercussões estratégicas.

**26.** Lula fez um segundo mandato superior ao primeiro. Graças a isso, não apenas o povo melhorou de vida, mas também Dilma foi eleita em 2010. Analogamente, se a esquerda quiser continuar governando o país a partir de 1º de janeiro de 2019, é indispensável que o segundo governo Dilma seja superior ao primeiro.

**27.** Mesmo que Dilma vença as eleições presidenciais de 2014, a oposição de direita não vai deixar de existir. Pelo contrário, vai continuar com suas duas táticas: por um lado preparando-se para as eleições presidenciais de 2018, por outro lado trabalhando para impor a política deles ao segundo governo Dilma. Isto fica claro no discurso sobre a suposta inevitabilidade de um “ajuste” em 2015, ganhe quem ganhar.



Não se trata apenas de escolher a melhor tática para ganhar a eleição de 2014. Se trata, também, de escolher uma tática que tenha melhores repercussões estratégicas.

**28.** De nossa parte, não basta vencer as eleições presidenciais. O segundo mandato Dilma só terá a força necessária para fazer mudanças estruturais no país, se conseguir combinar vitória na eleição presidencial, ampliação da presença institucional da esquerda (no parlamento nacional, nos parlamentos e governos estaduais), aliança com os movimentos sociais e partidos de esquerda, com democratização da comunicação social e uma reforma política ampla, feita através de uma Constituinte Exclusiva.

**29.** Por isto, consideramos fundamental o engajamento do Partido na luta pela reforma, pela constituinte e na realização do plebiscito popular.

**30.** Neste sentido, reiteramos nossa defesa da impugnação da candidatura de Candido Vaccarezza a deputado federal pelo estado de São Paulo. De forma geral, o Partido deve ser duro com personagens deste jaez, que como André Vargas e Luiz Moura, integram a quinta coluna da direita no interior de nossas fileiras.

**31.** Na luta política contra o PT, a oposição de direita usa e abusa das insuficiências e contradições do governo e do próprio Partido. Por exemplo, a incompreensão acerca do papel do grande capital.

**32.** Como já dissemos várias vezes, o grande capital não é “ingrato” nem “desinformado”, apenas sabe que certas intenções que manifestamos, certas opções que fizemos e os êxitos que acumulamos, são incompatíveis com o padrão de acumulação hegemônico no grande empresariado brasileiro.

**33.** Dizendo de outra maneira, o atual padrão de acumulação do grande capital necessita da perversa combinação de desemprego e salários baixos, com preços e juros altos.

**34.** Desta incompreensão acerca da postura do grande capital, decorre a incorreta insistência numa política de alianças do PT com setores da direita política e social.

**35.** Em nossa opinião, para manter o eleitorado de esquerda e disputar o eleitorado de centro, precisamos demarcar claramente com as posições da direita, apontando o que eles fizeram, o que nós fizemos e principalmente dizendo o que faremos no próximo mandato.

**36.** Outra incompreensão existente no nosso Partido diz respeito ao papel, que reputamos positivo e indispensável, dos movimentos e das lutas sociais, para nossas vitórias eleitorais e principalmente para o êxito dos nossos governos.

**37.** Entre as incompreensões destacamos, ainda, a que leva setores do PT e do governo a não compreenderem a urgência inadiável da reforma política e da democratização da comunicação; bem como aquela que insiste em chamar de “classe média” os setores da classe trabalhadora que, graças a nossas políticas, ampliaram sua capacidade de consumo.



**38.** Para ganhar as eleições de 2014, precisamos não apenas manter conosco o “núcleo duro” do nosso eleitorado, mas conquistar os setores populares que mantêm ou desenvolveram desconfianças, dúvidas e insatisfações frente a nós.

**39.** Para isto, não basta falar do presente nem do passado. É preciso falar do futuro.

**40.** Em primeiro lugar, porque o atendimento das necessidades básicas de expressivas parcelas de setores antes marginalizados fez surgir demandas reprimidas que antes não tinham sequer a oportunidade de se apresentar.

**41.** Em segundo lugar, porque o difuso desejo de mudanças indica que a maioria da população quer novas perspectivas para si e para o país.

**42.** Em terceiro lugar, porque diferentemente das gerações anteriores, que ao comparar o passado com o presente veem um copo meio cheio, as novas gerações, que tem toda uma vida pela frente, enxergam um copo meio vazio e estão preocupadas em enchê-lo por completo. Tudo isso exige falar sobre o que será feito nos próximos anos para atender estes anseios.

**43.** Em quarto lugar, e principalmente, porque para ter os recursos necessários para atender as novas demandas, é preciso realizar reformas estruturais, que só serão politicamente viáveis se tivermos força para isto, e construir esta força inclui ganhar a eleição e o apoio do povo às reformas estruturais.

**44.** Por tudo isto, insistimos mais uma vez: nesta eleição de 2014, o Partido dos Trabalhadores tem como objetivo não apenas vencer as eleições presidenciais, elegendo a presidenta Dilma Rousseff para um segundo mandato presidencial, mas também vencer criando as condições

para um segundo mandato superior, melhor, mais avançado do que o atual.

**45.** Apesar de ter estabelecido este objetivo (vencer criando as condições para um segundo mandato Dilma superior), o Partido dos Trabalhadores ainda não conseguiu transformar este objetivo em diretrizes programáticas claras. Isto fica claro da leitura das resoluções do 14º encontro nacional do PT. Fica claro, também, tanto nas coincidências quanto nas discrepâncias dos discursos feitos por Rui Falcão, Lula e Dilma Rousseff na Convenção de 21 de junho.

**46.** Em nossa opinião, o programa de governo 2015-2018 deveria partir do reconhecimento efetivo, não apenas retórico, de que continua posta a tarefa de superar a herança maldita proveniente da ditadura, do desenvolvimentismo conservador e da devastação neoliberal.

**47.** Esta herança possui três dimensões principais: o domínio imperial norte-americano, a ditadura do capital financeiro e monopolista sobre a economia, e a lógica do Estado mínimo.

**48.** Superar estas três dimensões da herança maldita é uma tarefa simultaneamente nacional e internacional, motivo pelo qual devemos defender e aprofundar a soberania nacional, acelerar e radicalizar a integração latino-americana e caribenha, com uma política externa que confronte os interesses dos Estados Unidos e seus aliados.

**49.** As quase três décadas perdidas (metade dos anos 1970, anos 1980 e 1990) produziram uma tragédia que começou a ser debelada, nas duas gestões do presidente Lula e na primeira gestão da presidenta Dilma.

**50.** Mas para continuar democratizando o país, ampliando o bem-estar social e trilhando um caminho democrático-popu-

lar de desenvolvimento, será necessário combinar ampliação da democratização política e políticas públicas universalizantes do bem estar-social, com um padrão de desenvolvimento ancorado em reformas estruturais: a reforma tributária, a reforma do setor financeiro, a reforma urbana, a reforma agrária, a universalização das políticas sociais, a reforma política e a democratização da comunicação.

**51.** Ou seja, precisaremos libertar a economia e a sociedade brasileira de um padrão de desenvolvimento econômico que prevaleceu não apenas durante o neoliberalismo, mas ao longo de muitas décadas. Se não conseguirmos fazer isto, se não conseguirmos mudar o padrão de desenvolvimento, sofreremos uma derrota estratégica, não importa qual seja o resultado das eleições.

**52.** Os militantes da Articulação de Esquerda, especialmente os nossos candidatos e candidatas, devem fazer uma campanha eleitoral que combine a defesa das candidaturas petistas, com a defesa das reformas estruturais indispensáveis a um segundo mandato superior.

**53.** Aos 50 anos do golpe militar, o conjunto da esquerda brasileira deve estar consciente de que as eleições de 2014 ocorrem num ambiente marcado pelo confronto entre, de um lado, a direita (social, política, “midiática”), cada vez mais feroz e histórica; e, de outro lado, as forças políticas que defendem a versão moderna das “reformas de base”. Este confronto — muito mais que um jogo, uma Copa ou uma Olimpíada — é que decidirá o futuro do Brasil. E que, por tabela, incidirá fortemente no futuro da América Latina e do Caribe.

Direção Nacional da tendência petista  
Articulação de Esquerda

Brasília, 21 de junho de 2014

# “NEODESENVOLVIMENTISMO” em debate

■ *Queren Rodrigues*

O neodesenvolvimentismo compartilha com a Cepal o diagnóstico sobre o caráter tardio do desenvolvimento capitalista brasileiro e o efeito virtuoso da indústria sobre os demais setores da economia

A partir dos anos 2000 houve uma retomada do crescimento econômico com distribuição de renda, mudança que os tucanos atribuíram às suas postas “conquistas do governo FHC” e ao contexto internacional favorável; e que nós petistas atribuímos principalmente às iniciativas dos governos Lula e Dilma.

Qual o caráter destas iniciativas? A “oposição de esquerda”, coincidindo com os tucanos, considera que os governos encabeçados pelo PT seriam social-liberais ou até mesmo neoliberais. Já para outros setores, os governos Lula e Dilma seriam “neodesenvolvimentistas”.

Na academia, o debate sobre o desenvolvimentismo e o neodesenvolvimentismo vem sendo conduzido principalmente por economistas vinculados a Unicamp e a UFRJ: Luciano Coutinho, Cardoso de Mello, Maria da Conceição Tavares, Ricardo Carneiro, Luiz Gonzaga Belluzzo, Carlos Lessa, Márcio Pochmann, Wilson Cano, João Sicsú e José Luis Fiori, para citar alguns.

De outras universidades, destacam-se Maria de Lourdes Mollo (UnB), Tania Bacelar (UFPE), Pedro C. Dutra Fonseca (UFRG), André Singer (USP, este cientista político) e Bresser-Pereira (FGV), visto por alguns como o principal responsável pela retomada do debate de políticas de desenvolvimento em contraposição ao neoliberalismo e também figura central na articulação da Rede Desenvolvimentista, uma referência na área.

A maior desses intelectuais adota uma base teórica keynesiana e pós-keynesiana.

O termo “desenvolvimentista” remete ao clássico pensamento da escola da Cepal, a partir da obra seminal de Raúl Prebisch (1949) e os posteriores trabalhos do paraibano Celso Furtado. Ambos irão criticar a teoria, vigente à época, das vantagens comparativas, segundo a qual cada país deveria especializar-se no setor (agrícola ou industrial) em que produz de maneira mais eficiente, trocando suas mercadorias posteriormente no comércio internacional. Outra ideia à qual os autores se contrapõem é a

de que o subdesenvolvimento seria uma condição anterior ao desenvolvimento.

A escola cepalina introduz as ideias que caracterizarão a análise desenvolvimentista brasileira, como a do subdesenvolvimento como um fenômeno qualitativamente distinto do desenvolvimento e caracterizado pela inserção dos países periféricos na economia internacional de forma desigual, como fornecedores de insumos e produtos agrícolas de valor agregado muito abaixo dos produtos industriais obtidos dos países centrais.

Segundo o “pensamento cepalino”, a orientação das economias subdesenvolvidas para o mercado externo e as trocas desiguais entre os países acabava restringindo a capacidade de importação dessas economias, gerando a “deterioração dos termos de troca” e reduzindo o progresso técnico, já que os ganhos de produtividade na indústria são muito maiores que na atividade primária.

Para os autores vinculados ao pensamento da Cepal, a superação dos limites do subdesenvolvimento estaria na industrialização promovida pelo Estado (via substituição de importações), de onde se





obteria aumento da produtividade e dos salários, progresso técnico impulsionando outros setores e contribuindo para a inibição da restrição externa.

O neodesenvolvimentismo compartilha com a Cepal o diagnóstico sobre o caráter tardio do desenvolvimento capitalista brasileiro, o efeito virtuoso da indústria sobre os demais setores da economia, a necessidade da intervenção estatal como condição para reduzir a pobreza e desigualdade sociais, bem como para possibilitar uma inserção soberana do Brasil no mercado internacional.

O prefixo “neo” tem o propósito de ressaltar as diferenças da nova corrente em relação ao “velho” desenvolvimentismo. As diferenças seriam inúmeras, variando de acordo com as múltiplas abordagens neodesenvolvimentistas (dando margem inclusive para que alguns questionem essa reciclagem do termo crescimento do prefixo neo).

A diferença principal estaria na força e intensidade da intervenção estatal, mais fraca no neodesenvolvimentismo, principalmente com relação ao protecionismo da indústria nacional, defendendo-se uma economia mais “aberta”.

**De maneira geral, o neodesenvolvimentismo é menos um corpo teórico robusto e mais uma contraposição às ideias liberais ortodoxas (ou neoliberais), que hegemonizaram o Brasil nos dois governos FHC**

De maneira geral, o neodesenvolvimentismo é menos um corpo teórico robusto e mais uma contraposição às ideias liberais ortodoxas (ou neoliberais), que hegemonizaram o Brasil nos dois governos FHC, a partir das orientações do chamado Consenso de Washington: disciplina fiscal, reordenamento das prioridades da despesa pública, reforma tributária, liberalização das taxas de juros, taxa de câmbio competitiva, abertura comercial,

liberalização do Investimento Direto Estrangeiro, privatização, desregulação, garantias do direito de propriedade.

Os neodesenvolvimentistas podem ser divididos em duas linhas principais: o novo-desenvolvimentismo e o social-desenvolvimentismo.

A linha novo-desenvolvimentista defende que tanto o Estado como o Mercado de um país devem ser fortes e que seu sistema financeiro deve ser “funcional”.

A defesa do mercado forte se justifica pela força inovadora que possui a concorrência, desde que regulada para não se tornar “selvagem”. O Estado deve ser forte adotando políticas anticíclicas e expansionistas (investimento e emprego). Além disso, o estímulo à competitividade na indústria e necessidade de melhorar a inserção internacional do país justificariam a adoção, por parte do Estado, de políticas industriais e de comércio exterior. Já o sistema financeiro deve ser regulado de forma a funcionar como fonte de financiamento e não para a atividade especulativa.

Para os adeptos do novo-desenvolvimentismo, sem crescimento econômico as políticas sociais correm o risco de tornarem-se apenas assistencialismo; por exemplo, a formação educacional dos trabalhadores precisa de um mercado para a inserção posterior dos mesmos.

Ao invés do tripé ortodoxo - “taxa de juros elevada, taxa de câmbio sobrepreciada, e Estado mínimo” -, o tripé novo-desenvolvimentista é, segundo Bresser-Pereira, “taxa de juros baixa, taxa de câmbio de equilíbrio, que torna competitivas as empresas industriais que usam tecnologia moderna, e papel estratégico para o Estado”.

Já a linha social-desenvolvimentista propõe uma inversão de prioridades relativamente ao “velho” e ao novo-desenvolvimentismo, definindo o social como eixo do desenvolvimento. Dois pontos seriam fundamentais na estratégia social-desenvolvimentista: a valoriza-

ção do salário do trabalhador com melhoria na distribuição de renda e a ampliação da infraestrutura econômica e social.

Os limites do neodesenvolvimentismo (em qualquer de suas linhas), enquanto política e enquanto matriz teórica, ficaram evidentes à medida que as transformações implementadas nos governos Lula e Dilma perderam o fôlego, evidenciando a necessidade das chamadas reformas estruturais (política, tributária, agrária etc.).

Esta “revisão” teórica e ideológica já vinha sendo demandada, aliás, pela crise internacional do capitalismo contemporâneo. Mesmo assim, a hegemonia do pensamento pró-capitalista de matriz keynesiana permanece longe de ser suplantada.

Uma ilustração interessante disso é o sucesso estrondoso do livro lançado recentemente pelo economista francês Thomas Piketty. Despontando como um dos livros mais vendidos (coisa difícil para livros de economia), nele Piketty retoma o debate sobre a concentração da riqueza. Mas suas propostas práticas - apesar dos protestos dos mais “direitosos”, principalmente nos EUA - são bastante conservadoras. Como ele afirma em entrevista à revista *Veja*: “Acredito no capitalismo, não apenas com origem de eficácia e crescimento, mas também como elemento de liberdade individual”.

Acontece que o “desenvolvimentismo”, em qualquer de suas variantes, debate o papel do Estado na economia... capitalista. Ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Para os marxistas, é necessário ir além e debater de que forma esse desenvolvimento se relaciona com a superação da sociedade de classes.

Há um longo debate entre diferentes concepções de Estado nas inúmeras linhas marxistas de pensamento, cabendo destacar particularmente duas vertentes expressivas.

Uma: Nico Poulantzas defende a relativa autonomia do Estado com relação



Thomas Piketty

às classes, a partir de vários argumentos, dentre eles o fato da “relação entre Estado e sociedade não se confundir com a relação de exploração, embora possa beneficiá-la e protegê-la”. Portanto, as políticas estatais poderiam beneficiar os trabalhadores mesmo que para garantir o funcionamento do próprio sistema. Além disso, o Estado em si poderia ser expressão de uma composição de classe heterogênea.

Outra: Ralph Miliband, por sua vez, defende que tal autonomia, mesmo relativa, não existe, uma vez que o capital busca e exerce seu poder através da monopolização do poder político e econômico. Nesse caso, a estratégia de retração do Estado pode ter poder desestabilizador interessante para a mudança. Em outras palavras, dá margem a ideia do “quanto pior melhor”.

Fica claro que a discussão sobre utilizar as políticas de desenvolvimento como parte de uma estratégia de esquerda encontra um ambiente muito mais profícuo entre os adeptos de concepções próximas à primeira vertente: a melhoria nas condições de vida do trabalhador, além de desejável por si mesma, contribui para uma condição mais favorável da organização desses trabalhadores.

Maria de Lourdes Mollo, por exemplo, aponta três ações estatais que podem colaborar para o fortalecimento da classe trabalhadora e sua emancipação:

A primeira é o aumento da democracia participativa, com a criação de canais institucionais de escuta da sociedade como forma de pressão e participação nas decisões. Um bom exemplo, recente, é a “Política Nacional de Participação Social” decretada pela presidenta e que vem sendo questionada no Congresso.

Em segundo lugar a disponibilidade de bens e serviços de uso solidário e/ou coletivo, contribuindo para a construção de interesses sociais compartilhados, em um contexto um pouco mais igualitário. Isso, além de ampliar a base social capaz de pressionar por qualidade mais elevada desses bens e serviços, pode produzir uma mudança favorável na própria consciência social.

O terceiro tipo são ações que visem se contrapor à lógica concorrencial capitalista (vista como benéfica por um motivo ou outro tanto por neoliberais como keynesianos), incentivando uma lógica cooperativa, contrapondo-se ao processo de alienação e desenvolvendo no trabalhador as capacidades de auto-gestão e emancipação necessárias à nova sociedade.

No limite, a existência da propriedade privada, cerne do sistema, e a distribuição da riqueza (diferentemente da distribuição da renda) são mantidas intactas ou experimentam avanços irrisórios. Mesmo assim, políticas desenvolvimentistas orientadas pelo menos em parte para a classe trabalhadora podem ser encaradas como estratégicas no fortalecimento da luta dos trabalhadores, contribuindo com as condições objetivas e subjetivas para a transformação social.

Na próxima edição de *Esquerda Petista*, voltaremos a este debate, buscando contribuir para uma visão marxista sobre o desenvolvimento.

**■ QUEREN RODRIGUES é militante petista e mestrande no Programa de Pós-graduação em Economia da UNICAMP**



# POLÍCIA para quem?

■ Ana Lúcia

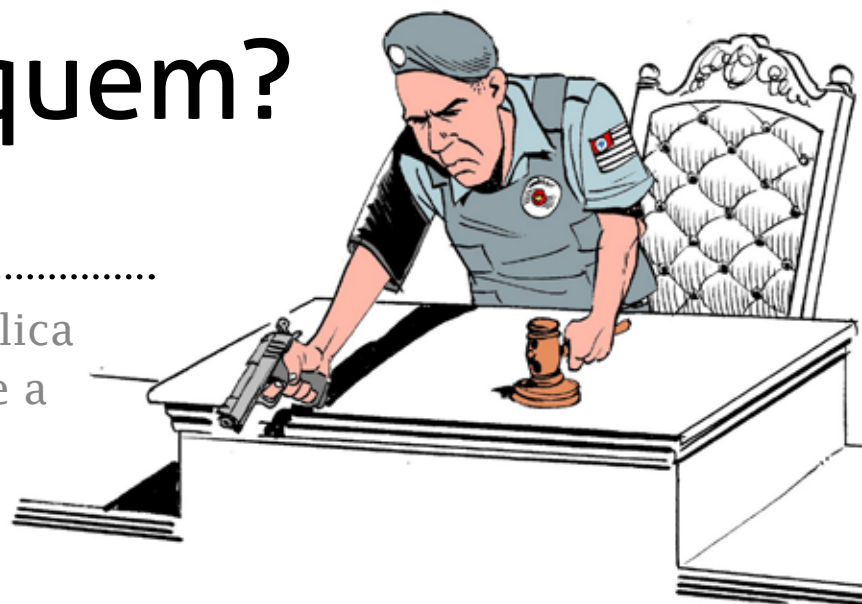
O debate sobre a segurança pública deve incluir a desmilitarização e a unificação das polícias

**A**ssistimos a um verdadeiro extermínio da juventude pobre e negra moradora da periferia.

Os jovens de determinada cor e classe social são vítima constante de ações policiais. Parte do mesmo contexto, assistimos ações que buscam promover “justiça com as próprias mãos”. Linchamentos e espancamentos de supostos “criminosos”, em alguns casos encorajados por certa “jornalista”, expressam não apenas um racismo latente e muito presente em nossa sociedade, herança da colonização, mas também que setores da população estão insatisfeitos com o próprio Estado.

Por outro lado, parte da juventude que habita as regiões periféricas das capitais, ou mesmo os jovens que a polícia considera com “estereótipo de criminosos”, não acreditam e não confiam mais na instituição policial, isso porque eles são vítimas das ações autoritárias e truculentas dos policiais. Muitos recorrem ao crime e enxergam como exemplo organizações criminosas, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) no estado de São Paulo, que aparece como contradição de certa “ordem” imposta na sociedade.

No caso do estado de São Paulo, há também uma guerra entre a polícia e o crime organizado, principalmente depois do massacre do Carandiru (1992),



evento que está nas origens do PCC. Para que surgisse esta organização, havia condições anteriores ao massacre, especialmente a constante violação dos direitos humanos dentro dos presídios. Mas é o massacre do Carandiru que catalisa o processo, consolidado posteriormente, já nos governos tucanos, com os acordos firmados entre a organização e o governo estadual, enquanto representante do Estado.

A violência cometida pelo Estado, através da instituição Polícia Militar, é ensaiada na violência que os próprios policiais militares sofrem nos quartéis. E as violências cometidas pelos criminosos muitas vezes são reação às violências cometidas contra eles pelo Estado, muitas vezes, sob a figura da polícia. Tudo isto como parte de uma sociedade em que a violência cotidiana é causa e efeito de uma brutal desigualdade social.

Toda a construção da sociedade brasileira é atravessada pela desigualdade, diretamente econômica, étnica, de gênero, geracional, política. As classes dominantes, desde o senhor de escravos da colônia ao grande empresário dos dias de hoje, criam e sustentam hierarquias, demarcam diferenças e espaços que expressam e sustentam esta profunda desigualdade, resumida na exploração do trabalho em suas diferentes formas, desde o escravo até o assalariado.

Uma sociedade baseada em tamanha exploração exige mais dominação violenta que consentimento. Por isto a necessidade de instituições responsáveis por manter a ordem, não apenas em casos extremos (como o exército), mas no cotidiano. E é assim que a polícia aparece: como um instrumento direto, cotidiano, de dominação de classe sobre os pobres e os movimentos sociais.

Acervo Instituto João Zinclar



Para os que acreditam no Estado como instituição responsável pelo bem estar e, portanto, comprometido com a criação de condições de trabalho aos cidadãos, nada mais normal que também esperar do Estado a **garantia dos direitos políticos, civis e sociais**

Nossas heranças coloniais continuam a soar diariamente nos ouvidos, principalmente da população mais pobre. Uma República fundada na *Ordem e progresso* do positivismo do século XIX nos faz questionar: *Ordem e Progresso* para quem?

Já tivemos uma polícia que mantinha a “ordem” da elite agrária, reprimindo o movimento abolicionista, os camponeses e os setores médios que pediam reformas; depois uma polícia que se abateu sobre a classe trabalhadora que pedia participação nos frutos do desenvolvimento capitalista e sobre os que buscavam a redemocratização do país; e hoje temos uma instituição herdada da ditadura militar, quando o perfil da polícia foi resignificado e fortemente endurecido; mas sempre presente a lógica da exclusão, da desigualdade, do racismo e da repressão.

A atuação da polícia no Brasil de hoje é semelhante à de ontem: manter a ordem. Mas não a ordem e a segurança para a população como um todo, e sim servir aos interesses de uma pequena parcela da população. Lembremos que as ações truculentas e a constante violação dos direitos humanos não são cometidas em todos os espaços sociais, mas naqueles reservados à população mais pobre, à classe trabalhadora.

A Polícia Militar recebe treinamento semelhante ao das Forças Armadas, isto é, para atuar em situações de guerra, onde o inimigo deve ser exterminado. Isto é totalmente diferente de fazer a segurança. Nesse sentido, o próprio modo como

os policiais militares são formados (ou deveríamos dizer: adestrados?) leva-os a praticar ações truculentas e reproduzir as violências que outros setores do Estado pretendem ou alegam combater. Não à toa, muitos policiais militares também defendem a bandeira da desmilitarização, uma vez que eles são vítimas de ações autoritárias das hierarquias presentes dentro das corporações.

Devido àquele treinamento, é muito comum vermos policiais desrespeitando as liberdades individuais, em nome da “autoridade”, principalmente na abordagem da juventude, que não pode mais circular livremente e muitas vezes não tem o direito à defesa. Para muitos policiais a ordem é “atirar primeiro e perguntar depois”.

Ao invés de garantir os direitos civis e a própria democracia - somos todos iguais, ninguém é culpado até prova em contrário, ao acusador cabe o ônus da prova, direito de ir e vir etc. -, a polícia age seletivamente, abordando o sujeito que tem o “perfil do criminoso em potencial” (estereótipo), ou seja, o pobre. Há um processo de criminalização da pobreza, que envolve parte da população, que é educada a acreditar que o pobre é um criminoso em potencial.

Muitas ações truculentas da PM recebem respaldo moral por parte da população, levada pelo oligopólio da mídia, a acreditar que o problema da violência será solucionado por meio de aparatos de segurança e por maior policiamento. A indústria do medo oculta a relação entre

a desigualdade e a violência. O problema social é tratado como caso de polícia e isto ajuda na reprodução da desigualdade.

Para os que acreditam no Estado como instituição responsável pelo bem estar e, portanto, comprometido com a criação de condições de trabalho aos cidadãos, nada mais normal que esperar do Estado a garantia do acesso à cidadania plena, isto é, aos direitos políticos, civis e sociais. Mas o que se nota, mesmo depois da chamada redemocratização, é que a cidadania plena é exclusiva a uma pequena parcela da população, não respeitando nem mesmo os cânones do chamado Estado democrático de direito. Aliás, democracia para quem?

O país é formal e oficialmente “democrático de direito”, constitucionalmente há uma igualdade entre os cidadãos, mas essa é uma realidade que não passa do papel.

Por tudo isto, não basta desmilitarizar. Mas sem dúvida é necessário desmilitarizar, e também unificar as polícias. É imprescindível o debate sobre segurança pública, até porque a truculência, corrupção e ineficácia das políticas convergem para um movimento de privatização da segurança.

Repensar a polícia (que numa sociedade de classes atua como instrumento para proteger uma classe de outras) é parte do repensar do próprio modelo de sociedade desigual e excludente.

■ ANA LÍDIA é professora e militante do PT-SP



# O proletariado MODERNO

■ *Wladimir Pomar*



Como todas as classes sociais, a classe trabalhadora assalariada é um produto histórico

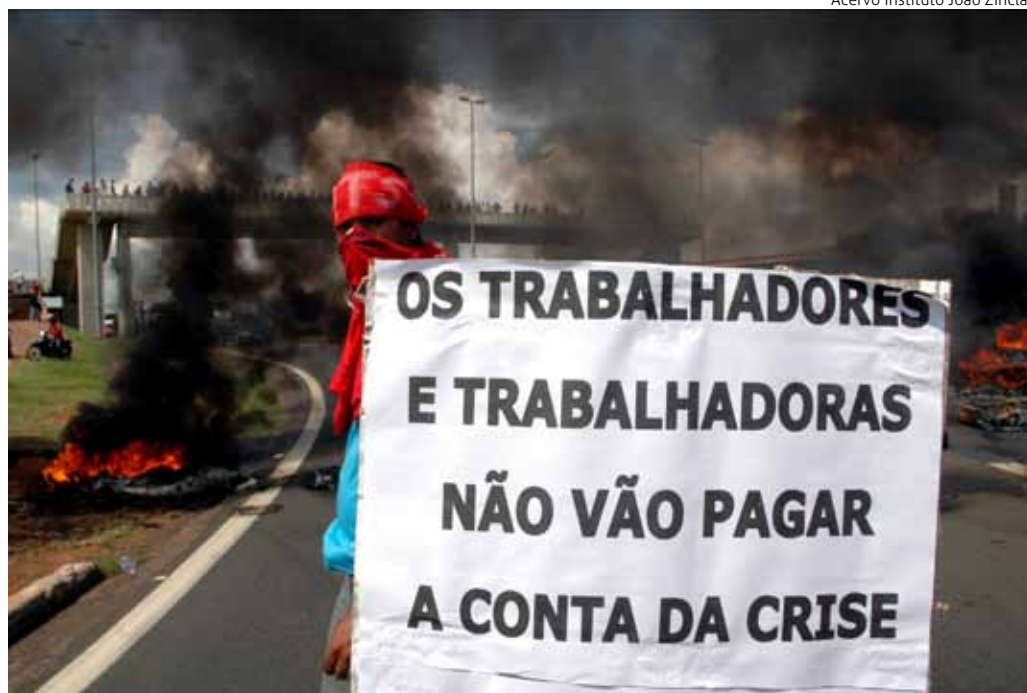
**A** rigor, na sociedade capitalista não existe apenas uma classe trabalhadora. Subsiste, ao lado da classe chamada trabalhadora assalariada, operária, ou proletariado, outra classe, a pequena-burguesia, urbana e rural, que também trabalha. Ambas trabalham, operam meios de produção, circulação e distribuição, e são produtoras de mercadorias, ou bens de uso.

O que distingue a classe trabalhadora assalariada, operária, ou proletariado, da pequena-burguesia, é que esta é proprietária de meios de produção, embora em pequena escala. Trabalha enquanto não tem capital suficiente para comprar força de trabalho no mercado. O proletariado é desprovido da propriedade desses meios. Trabalha porque sua força física e mental é a única coisa que lhe resta para sobreviver. É obrigado a vender sua força de trabalho em troca de um salário.

Como todas as classes sociais, a classe trabalhadora assalariada é um produto histórico. Surgiu pela primeira vez como uma excrecência de Estados escravistas, como o chinês (entre os séculos 8 e 2 a.c.) e o romano (entre os séculos

Fotos: Acervo Instituto João Zinclar





2 a.c. e 14 d.c.). Para suas guerras, esses Estados organizaram manufaturas de instrumentos bélicos necessários a seus exércitos. Para realizarem tal produção, empregavam homens livres pobres, os plebeus. Em troca, pagavam-lhes um soldo, ou salário.

Chamavam-nos proletários. Isto é, cidadãos (homens livres) pobres, úteis pela prole que geravam e cujo sustento dependia do ofício que exerciam na fabricação de armas para os exércitos. Essa excrecência proletária se manteve nos Estados feudais que sucederam os Estados escravistas, tão conflituosos quanto estes. E só começou a mudar, do século 10 em diante, em virtude do desenvolvimento do comércio regional e mundial. O aumento da produção agrícola, pecuária e manufatureira, em especial na Holanda, Índia e China, criou excedentes, impôs o aumento da troca comercial interna e externa, e estimulou novas guerras de conquista territorial.

A revolução agrária inglesa, que expulsou milhões de camponeses de suas terras, instituiu o arrendamento a dinheiro, e transformou as terras de plantio em

pastagens para ovelhas, foi realizada tendo em vista produzir e exportar lã para as manufaturas da Holanda. As especiarias e o ouro da Índia, assim como a seda, o chá, a porcelana e a laca chinesas transformaram-se em sonho de consumo das monarquias feudais europeias, que concentravam riquezas crescentes.

Mas a muralha otomana, impedindo o comércio terrestre da Europa com a Ásia, intensificou o comércio marítimo da China e da Índia com os árabes, através do Índico. E levou os portugueses e os espanhóis a se aventurarem em mares desconhecidos. Os primeiros descortinaram as riquezas da África Subsaariana e chegaram ao Índico e à Ásia pelo sul. Os segundos chegaram às terras e riquezas da América, pelo oeste. E os dois foram logo acompanhados de frotas holandesas, francesas e inglesas por toda parte.

A expansão marítima europeia e a exploração e saque de especiarias, manufaturas, prata e ouro na América, África, Ásia e Oceania, assim como o tráfico de escravos da África para as plantações americanas, transformaram alguns Estados feudais europeus em arcas da fortuna.

Em alguns, a fortuna entesourada levou à inflação e a crises, como na Espanha e Portugal. Na Inglaterra, fez com que os comerciantes instalassem manufaturas e utilizassem a massa de vagabundos que assolava as cidades do reino para praticar o mesmo sistema de produção e assalariamento utilizado séculos antes pelo Estado romano em suas fábricas de armas.

Assim, na Inglaterra, ao invés da acumulação de riqueza criar inflação e crise, ela serviu para criar um novo modo de produzir. A riqueza acumulada se transformou primeiro em dinheiro, que comprou matérias primas, máquinas e outros meios de produção, circulação e distribuição, assim como força de trabalho através do assalariamento. Essa força de trabalho de homens livres, sem outra propriedade que sua própria força física e mental, foi utilizada para a produção de mercadorias. Depois, ao se apropriar dos produtos fabricados pelos trabalhadores, e realizar a venda desses produtos no mercado, o capital aparecia como novo capital, acumulado, ou valorizado.

O antigo sistema de compra e venda exclusivamente comercial foi transformado numa nova forma de acumulação ampliada da riqueza. A excrecência de homens livres assalariados em meio à escavidão e ao feudalismo transformou-se em virtude para esse novo modo de produção. Este valorizava o capital por meios exclusivamente econômicos, como frisaram os primeiros estudiosos burgueses do capital, no século 17. A fonte de criação do valor residia no trabalho. Mas o segredo dessa valorização, a mais-valia criada no processo de compra e venda da força de trabalho, só foi descoberto no século 19, por Marx.

Desse modo, e também através de lutas sociais intensas, esse novo modo de produção casou capital com força de trabalho assalariado. Com isso, criou duas classes umbilicalmente associadas e opostas: a burguesia e a classe operária, ou a classe proletária, ou a classe dos trabalhadores assalariados. Não é apenas uma



classe que trabalha. É uma classe-expropriada-da-propriedade-de-meios-de-produção-que-vive-da-venda-de-sua-força-de-trabalho-em-troca-de-um-salário.

Surgido nas condições particulares da história inglesa, o novo modo de produção capitalista se mostrou, desde o início, superior aos demais na geração do desenvolvimento tecnológico e na reprodução ampliada das riquezas. Para se desenvolver nos demais países do mundo, o capitalismo impôs duas condições. A primeira, um determinado nível de acumulação de capitais. A segunda, uma revolução ou reforma agrícola, libertadora da força de trabalho servil nos campos e sua transformação em força humana livre para o trabalho assalariado a serviço do capital. Isto é, numa classe-expropriada-da-propriedade-de-meios-de-produção-para-viver-da-venda-de-sua-força-de-trabalho-em-troca-de-um-salário.

No desenvolvimento histórico do capitalismo, por ser um modo de produção, circulação e distribuição, a burguesia é constituída por diferentes frações e subfrações, o mesmo ocorrendo com a classe proletária. No início, tendo como marca a primeira revolução industrial, a burguesia industrial era mais forte do que suas frações agrária, comercial, financeira e de serviços. E a fração industrial da classe operária também era mais forte do que suas frações agrária, comercial, financeira e de serviços.

Todas as frações da classe trabalhadora assalariada tinham e têm em comum o fato de que seus membros são expropriados-da-propriedade-de-meios-de-produção-e-só-podem-viver-da-venda-de-sua-força-de-trabalho-em-troca-de-um-salário. Mas sua fração industrial possuía, e ainda possui, uma vantagem objetiva sobre as demais: ela opera os equipamentos mais modernos do processo produtivo e, em geral, se encontra concentrada e organizada em unidades fabris cujos processos de funcionamento facilitam a interdependência e a união de esforços.

Não foi por acaso, assim, que a fração industrial da classe proletária foi, durante muito tempo, o principal grupo de combate do conjunto da classe no enfrentamento da exploração capitalista e nas tentativas de superação do capitalismo. Os séculos 19 e 20 foram marcados principalmente pelas lutas da fração industrial da classe operária, a exemplo dos movimentos ludistas e cartistas, das insurreições mineiras e dos tecelões, da organização sindical e de partidos social-democratas, e das revoluções que sacudiram a Europa no final da primeira guerra mundial.

No Brasil, várias outras classes realizaram insurreições que sacudiram o império e a república. Porém, os movimentos produzidos pela classe trabalhadora assalariada se deveram principalmente à

sua fração industrial. Basta citar as grandes greves de 1917, 1953, 1957, 1963, 1968, e de 1978 a 1981. Esse desempenho levou alguns estudiosos a restringir o conceito de classe operária à fração industrial dessa classe. Para alguns, os assalariados agrícolas, do comércio e dos serviços não fariam parte dessa classe. Seriam parcelas de uma classe trabalhadora genérica, na qual estariam incluídos todos-que-vivessem-do-trabalho.

Desse modo, na análise de classes foi abandonado o critério da propriedade privada dos meios de produção como fator distintivo. Dessa classe trabalhadora genérica, por esse novo critério, fariam parte os camponeses, os artesãos, os pequenos proprietários manufatureiros e outras categorias proprietárias que utilizassem a própria força física e mental no trabalho produtivo. Em virtude disso, ficou difícil fazer uma análise objetiva dos acontecimentos que modificaram profundamente a composição de classes da sociedade brasileira após 1964.

Entre 1956 e meados dos anos 1970, a classe-expropriada-da-propriedade-de-meios-de-produção-que-vivia-da-venda-de-sua-força-de-trabalho-em-troca-de-um-salário crescera consideravelmente. Primeiro, em virtude das demandas de força de trabalho promovidas pelos investimentos externos na indústria, comércio e serviços. Depois, para atender a tais demandas, pelo pro-



Todas as frações da classe trabalhadora assalariada tinham e têm em comum o fato de que seus membros são **expropriados-da-propriedade-de-meios-de-produção-e-só-podem-viver-da-venda-de-sua-força-de-trabalho-em-troca-de-um-salário**

cesso de modernização conservadora dos latifúndios. Algumas dezenas de milhões de camponeses, antes amarrados aos latifundiários pela servidão das dívidas, foram expulsos das terras e migraram para buscar emprego nas indústrias, no comércio e nos serviços do sudeste, ou para as posses ou a peonagem das novas fronteiras agrícolas.

A rigor, formaram-se novas frações industriais, comerciais e de serviços da classe operária nos núcleos fabris das regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba. E nas fronteiras agrícolas de Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Pará surgiram os peões assalariados que trabalhavam nas derrubadas de matas e no plantio de pastagens. Todas essas novas frações da classe operária eram de gerações diferentes da classe-expropriada-da-propriedade-de-meios-de-produção-que-vivia-da-venda-de-sua-força-de-trabalho-em-troca-de-um-salário nos anos 1950-60. No início, mesmo archoado, o salário era uma promoção. Não tinham a consciência da exploração capitalista, nem conhecimento das lutas das gerações operárias anteriores contra tal exploração.

A fração fabril da classe operária, constituída nos anos 1970, tendo por origem parte do campesinato migrante, só evoluiu em sua consciência e ganhou consistência organizativa para mostrar sua força social e política no final da década, através das grandes greves de 1978 a 1981, da formação da CUT e da fundação do PT. Mas ela foi abalada com o aguçamento da crise de desenvolvimento capitalista, iniciada em 1973 e piorada durante os anos 1980. Assim como as demais frações da classe operária, a fração industrial se viu envolvida e prejudicada pela estagnação econômica.

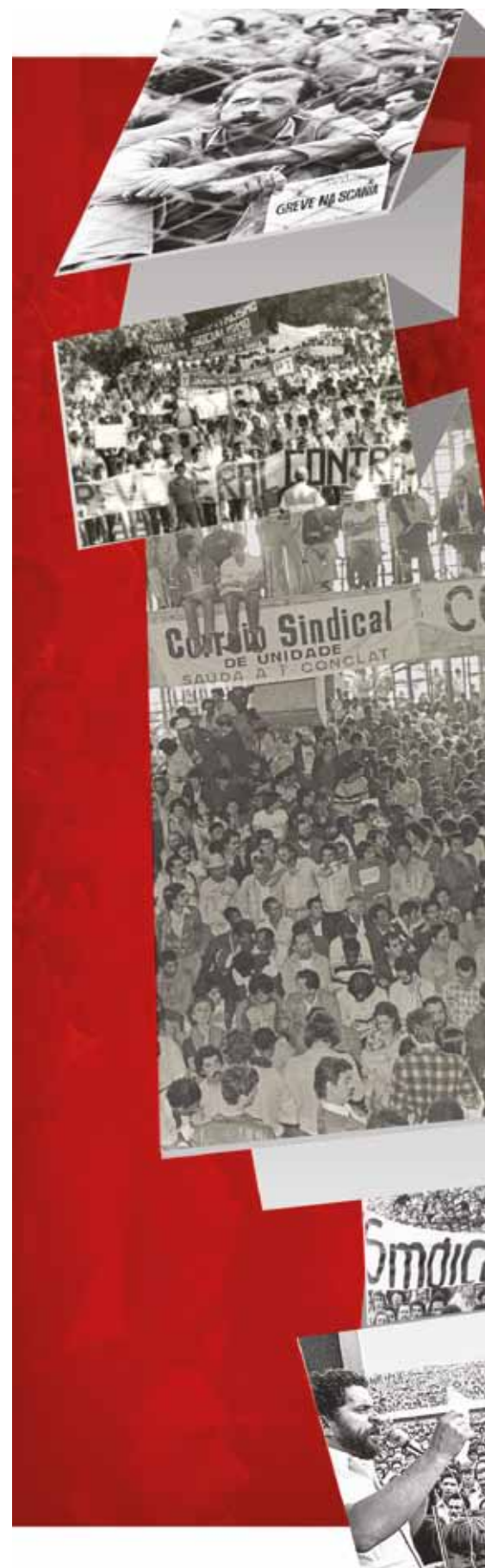
Tal estagnação também atingiu desastrosamente a transformação de muitos dos milhões de camponeses expulsos das terras agrícolas em trabalhadores assalariados urbanos. Situação que se agravou nos anos 1990, com a devastação neoliberal. Os milhões de camponeses que tiveram

amputada uma parte de sua dupla condição de geradores de proles e vendedores de força de trabalho foram ainda mais prejudicados pela destruição dos parques industriais e da economia do país. A devastação neoliberal não só impediu que eles e suas proles pudessem vender sua força de trabalho, como jogaram no desemprego e na exclusão vários milhões de proletários industriais, agrícolas, comerciais e de serviços, na verdade conformando uma classe excluída.

A política neoliberal produziu no Brasil, um país capitalista ainda subdesenvolvido, e nos Estados Unidos e na Europa, países capitalistas avançados, tanto desindustrialização, quanto desemprego e fragmentação da fração industrial da classe operária. Essa coincidência levou muitos analistas a suporem um fenômeno idêntico e a deduzir que, também no Brasil, a classe operária industrial estava com seus dias contados.

Não levaram em conta que, nos países capitalistas de alto desenvolvimento tecnológico e excedentes de capitais, o neoliberalismo promovia a exportação de capitais, tanto na forma financeira quanto na de plantas industriais segmentadas ou completas. Portanto, desindustrializava e intensificava o desemprego em seus países, mas industrializava e aumentava o emprego nos países receptores de capitais. A justificativa neoliberal era que em seus países estava sendo criada uma sociedade pós-industrial, na qual os serviços substituiriam o trabalho industrial. A fração industrial da classe operária seria transformada em fração de serviços. Mas isso jamais ocorreu. O que cresceu nos países capitalistas avançados foi a fração desempregada do proletariado, que nos Estados Unidos já atinge mais de 50 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza.

Em muitos dos países capitalistas subdesenvolvidos, sob a mesma promessa dos serviços substituírem a indústria, o neoliberalismo forçou a privatização das estatais e a compra de empresas privadas por capitais estrangeiros, fechou plantas con-



**A fração fabril da classe operária, constituída nos anos 1970, tendo por origem parte do campesinato migrante, só evoluiu em sua consciência e ganhou consistência organizativa para mostrar sua força social e política no final da década, através das grandes greves de 1978 a 1981, da formação da CUT e da fundação do PT**

correntes e destruiu, desnacionalizou os parques industriais e a infraestrutura pública. A desindustrialização, desemprego e fragmentação de todas as frações da classe trabalhadora assalariada foram idênticos, mas seu conteúdo foi bem diverso.

Nos países capitalistas tecnologicamente avançados, o antigo padrão salarial reduzia a competitividade do capital e sua capacidade de elevar a lucratividade. Para evitar o colapso dessa lucratividade os capitais necessitavam explorar força de trabalho mais barata, arrancando mais-valia mais alta. O capital se centralizou ainda mais e a exportação de capitais se tornou vital. Porém, nos países capitalistas tecnologicamente pouco avançados, ou subdesenvolvidos, a industrialização ainda podia seguir seu curso de desenvolvimento, elevando o emprego das diversas frações da classe operária. Bastaria, por um lado, não capitular às exigências do neoliberalismo e, por outro, aproveitar de forma soberana os excedentes de capitais que os países capitalistas avançados se viam obrigados a exportar para industrializar o país.

Durante os anos 1970-80, muita gente não prestou atenção ao que faziam vários países asiáticos, que importavam capitais dos países desenvolvidos para acelerar sua industrialização. Com isso, aumentavam a participação das diversas frações da classe operária, principalmente de sua fração industrial, no conjunto da população. No Brasil, não foram poucos os analistas, inclusive de esquerda, que decretaram o fim da classe operária e de seu papel histórico. Muitos deles ainda hoje procuram ignorar que existem, apenas na China e na Índia, mais de 500 milhões de trabalhadores assalariados industriais. O que é muito mais do que o número máximo de trabalhadores industriais da Europa e dos Estados Unidos no ápice de sua industrialização, nos anos 1950 e 1960. Globalmente, hoje existe mais de um bilhão de trabalhadores industriais, especialmente na Ásia e na África. Isso, à custa da redução da população rural, principalmente através da modernização e da elevação da produtividade agrícola.

Frente a essas confusões analíticas, a partir de 2003, quando o Brasil se colocou a necessidade de superar o neoliberalismo e, ao mesmo tempo, o velho nacional-desenvolvimentismo, tal necessidade se confrontou não só com barreiras objetivas, mas também subjetivas. Objetivamente, nos 25 anos em que o país viveu engolfado pela crise da economia do “milagre” ditatorial e do neoliberalismo tucano, o país se transformara num caos urbano. Nas cidades passaram a viver mais de 84% da população, com brutais carências de emprego, transporte urbano, saneamento, saúde, educação, segurança e outros fatores de bem-estar social.

Esse caos urbano convive com forças produtivas num baixo estágio de desenvolvimento científico e tecnológico, com um agronegócio predador e poluidor dos recursos naturais, com uma infraestrutura sucateada e defasada, e com grande parte de sua força de trabalho constituída de duas a três gerações abandonadas à própria sorte. É verdade que, também objetivamente, ainda há segmentos de trabalhadores camponeses, artesãos, manufatureiros e de pequenos negócios comerciais e de serviços. Embora isso venha se modificando pela crescente expansão das relações mercantis capitalistas, esses segmentos permanecem. Mas não são frações da classe-expropriada-da-propriedade-de-meios-de-produção-que-vive-da-venda-de-sua-força-de-trabalho-em-troca-de-um-salário. São frações da pequena-burguesia, uma classe social específica, que por ser intermediária entre a burguesia e a classe trabalhadora assalariada, alguns analistas classificam como classes médias, ou classe média, o que encobre sua real natureza de ser trabalhadora, mas também proprietária de meios de produção.

Subjetivamente, a necessidade de desenvolvimento do Brasil se viu frente a frente com uma visão distorcida do papel de suas forças produtivas, e sobre as possibilidades de ingressar num processo que não só desenvolva tais forças produtivas, mas também realize o desenvolvimento social em todos os seus aspectos. Ou seja, um de-



envolvimento das forças produtivas que, mesmo contando com a participação ativa da propriedade privada, também aumente paulatinamente a participação da propriedade social sobre os meios de produção, circulação e distribuição.

Em qualquer dos casos, isso inclui a retomada da industrialização e o consequente aumento da fração industrial da classe trabalhadora assalariada. Isto, tendo em conta que, nas condições atuais do mundo, a industrialização de qualquer país subdesenvolvido será obrigada a combinar elementos das várias revoluções tecnológicas realizadas pela humanidade. Um processo muito mais complexo do que aqueles vividos, por exemplo, pelos anteriores surtos brasileiros de industrialização.

O Brasil se confronta com o fato de que grande parte do seu atual exército industrial de reserva, sua classe excluída, assim como boa parte de sua classe trabalhadora assalariada, ainda é pouco qualificada. O que tem levado muitos a supor que a educação e a qualificação resolverão todos os problemas. Não percebem que educação sem industrialização e geração de empregos é uma contradição insolúvel. Sem que o país gere valor e acumule capitais ele será incapaz de gerar os recursos necessários para investir em educação e em outros serviços públicos. É por isso que o crescimento dos serviços não pode substituir a industrialização.

No Brasil, ainda há condições objetivas para essa industrialização. Na pior das hipóteses, ela poderá se dar num projeto de desenvolvimento puramente capitalista. Nessa hipótese, a classe proprietária dos meios de produção será apenas a burguesia, enquanto a classe operária apenas venderá sua força física e mental no mercado de trabalho e viverá alienada dos resultados do trabalho que produz. No entanto, as condições objetivas do Brasil farão com que a burguesia não possa prescindir da contratação de grandes contingentes proletários, incluindo uma maior participação de sua fração indus-

trial. O que criará as condições para que a atual geração proletária ganhe consciência e força social e política.


Em outras palavras, um país em desenvolvimento como o Brasil, diferentemente do que ocorre nos países tecnologicamente avançados, o capitalismo e o desenvolvimento das forças produtivas ainda não podem prescindir da classe operária, nem de sua fração industrial. Ainda terá que conviver por um bom tempo com máquinas e equipamentos das revoluções tecnológicas anteriores antes que as máquinas programadas e os robôs possam substituir os trabalhadores assalariados. E nada impede que a atual geração da classe operária, formada a partir da classe excluída originária da urbanização caótica, também mostre a que veio, a exemplo da geração dos anos 1970-80.

É verdade que, à medida que a industrialização capitalista avançar na substituição tecnológica, o proletariado tende a ser extinto. Porém, sem o contrário proletário que o alimenta e ceva, o capital tende a perder sua capacidade de gerar valor e lucratividade, tornando-se um absurdo civilizatório. Ao extinguir-se, a classe operária tende a extinguir tanto o capital quanto as classes que o caracterizam. Ou seja, tende a cumprir seu papel histórico. Para o bem, se assumir a hegemonia do processo de mudanças e superar o capitalismo. Para o mal, se não conseguir alcançar tal hegemonia.

■ WLADIMIR POMAR é colaborador da Fundação Perseu Abramo. Este texto foi concluído em 25 de abril de 2014

**Página 13**  
UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

**Mais uma publicação da editora Página 13**



**Palavra de Mano**  
Adriano Bueno  
Preço: R\$ 20,00 (já inclusas despesas de envio)  
2012, 142pg

A publicação visa lançar luz sobre o processo de formação do rap brasileiro como um gênero discursivo, apresentando o discurso das gangues de rua e do movimento negro como suas raízes sócio-históricas fundamentais. Constata-se, em primeiro lugar, como a fala da gangue marcou profundamente o rap de Los Angeles e a fala do movimento negro, por sua vez, definiu o rap de Nova Iorque, apontando como o grupo de rap brasileiro Racionais MC's formulou uma síntese destes gêneros.

Num segundo momento, verifica-se como o signo verbal do rap – a palavra – refletiu: a luta política travada pelos rappers do ponto de vista de classe, raça e até mesmo gênero, em menor grau.

Por fim, conclui-se apontando como Djs e Mcs manipularam os signos para comporem novas estratégias militantes para a superação do racismo, o que resultou na legitimação social de expressões anteriormente estigmatizadas, ligadas à cultura da periferia dos grandes centros urbanos brasileiros.

Adquira o seu exemplar em  
[www.pagina13.org.br/loja/](http://www.pagina13.org.br/loja/)

# Em busca do paraíso



Bom Jesus da Lapa - BA

■ *Marcelo dos Anjos Mascarenha*

“A religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração.” (Karl Marx, na *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito* de Hegel)

Os evangélicos aplicaram a clássica fórmula de **“organização, agitação e propaganda”** para difundir concepções e valores em grande parte conservadores, enquanto as forças progressistas nada ou pouco fizeram nesse mesmo sentido.



O presente artigo não pretende ser uma reflexão marxista sobre o fenômeno religioso. A intenção aqui, bem mais modesta, é apenas apresentar, panoramicamente, um retrato das várias vertentes da religiosidade brasileira, sua variação no decorrer dos anos e levantar hipóteses de possíveis explicações para tais fatos, por entendermos que este é um aspecto da realidade concreta que precisa ser estudado e compreendido por quem pretende influenciar e dirigir os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros no processo de construção de uma sociedade de novo tipo.

Na História do Brasil a religiosidade nunca foi uma questão de importância menor. Seja enquanto conjunto de ideias (as religiões propriamente ditas), seja en-

quanto instituições (as igrejas), ela está presente “para o bem e para o mal” em inúmeros momentos: na colonização, nas revoltas populares (Canudos, Malês, confederação do Equador, Contestado), no apoio ao golpe militar de 64, no combate à ditadura ali inaugurada, na redemocratização, por exemplo. No início do século XXI, a relevância desse debate permanece, haja vista a constante influência das questões religiosas no debate político e jurídico nacional, não obstante a consagração da laicidade do Estado desde a Constituição de 1891.

Logo abaixo segue um quadro com a composição da população brasileira por religião, de acordo com o censo populacional de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE.

Na tabela abaixo separamos as religiões presentes no Brasil em seis grupos: 1. Os cristãos católicos (apostólicos

romanos, apostólicos brasileiros e ortodoxos), em azul; 2. Os cristãos evangélicos (históricos, pentecostais e não-determinados), em verde; 3. As religiões orientais (judeus, budistas, muçulmanos, messiânicos e outros), em amarelo; 4. As religiões de resistência<sup>1</sup> (afro-brasileiras e indígenas), em vermelho; 5. Outras religiosidades (cristãos diversos, espíritas, espiritualistas, esotéricos, sincretistas, etc), em roxo; 6. Sem religião (ateus, agnósticos e deístas), em cinza.

Fica claro, portanto, que o Brasil é marcado pela diversidade religiosa. Muito disso se deve à convivência entre brancos católicos europeus (ibéricos, principalmente), negros africanos e índios nativos na colonização e à posterior afluência ao país de grandes populações imigrantes (alemães, italianos, eslavos, japoneses, chineses, coreanos, sírio-libaneses, v.g), formando colônias que buscaram preservar sua cultura e religiosidade natal. Essa diversidade religiosa, porém, em momento algum chegou a ameaçar a absoluta hegemonia do cristianismo na sociedade brasileira. Este aspecto, aliás, sofreu pouca alteração nos últimos trinta anos, conforme demonstra a série histórica de pesquisas do IBGE (ver tabela 2).

### Três movimentos

Olhando-se os dados no período estudado, três movimentos merecem destaque: a) a expressiva redução do rebanho católico, de 89,2% (1980) para 64,6% (2010) da população, acabando com o “*monopólio espiritual*” da Igreja Católica; b) concomitantemente, o significativo crescimento do público evangélico, quando salta de 9% (1991) para 14,8% (em 2000) e 22,1% (em 2010); c) o aumento dos que se declaram sem religião (deístas, ateus, agnósticos), que chega agora a 8% da população.

Começamos pelo último ponto. O número de pessoas que se declaram sem religião encontra-se em constante cres-

**Tabela 1 Religiões do Brasil: Censo 2010**

| RELIGIÃO                                       | Nº                 | %             |
|--|--------------------|---------------|
| Católica Apostólica Romana                     | 123.280.172        | 64,63         |
| Católica Apostólica Brasileira                 | 560.781            | 0,29          |
| Católica Ortodoxa                              | 131.571            | 0,07          |
| Evangélicas Históricas                         | 7.686.827          | 4,03          |
| Evangélicas de origem pentecostal              | 25.370.484         | 13,30         |
| Evangélicas não determinadas                   | 10.837.846         | 5,68          |
| Judaísmo                                       | 107.329            | 0,06          |
| Budismo  | 243.966            | 0,13          |
| Islamismo                                      | 35.167             | 0,02          |
| Igreja messiânica mundial                      | 103.716            | 0,05          |
| Religiões orientais diversas                   | 67.585             | 0,04          |
| Afro-brasileiras (candomblé, umbanda e outras) | 588.797            | 0,31          |
| Tradições indígenas                            | 63.082             | 0,03          |
| Cristãos diversos                              | 1.461.495          | 0,77          |
| Espíritas/espiritualistas/esotéricos           | 3.984.628          | 2,09          |
| Religiosidades diversas                        | 11.306             | 0,01          |
| Não determinadas/múltiplo pertencimento        | 643.598            | 0,34          |
| Sem declaração/mal definida                    | 239.929            | 0,13          |
| Sem religião/Ateus/Agnósticos/Deístas          | 15.335.510         | 8,04          |
| <b>TOTAL</b>                                   | <b>190.755.799</b> | <b>100,00</b> |



Tabela 2

## Religiões do Brasil: Principais grupos, de 1980 a 2010

| RELIGIÃO                            | 1980               |            | 1991               |            | 2000               |            | 2010               |            |
|-------------------------------------|--------------------|------------|--------------------|------------|--------------------|------------|--------------------|------------|
|                                     | Nº                 | %          | Nº                 | %          | Nº                 | %          | Nº                 | %          |
| <b>Católicos</b>                    | 105.860.063        | 89,0       | 122.366.690        | 83,3       | 124.980.132        | 73,6       | 123.972.524        | 65,0       |
| <b>Evangélicos Históricos</b>       | 4.022.330          | 3,4        | 4.388.311          | 3,0        | 6.939.765          | 4,1        | 7.686.827          | 4,0        |
| <b>Evangélicos Pentecostais</b>     | 3.863.320          | 3,2        | 8.179.666          | 5,6        | 17.617.307         | 10,4       | 25.370.484         | 13,3       |
| <b>Evangélicos não determinados</b> | ---                | ---        | 589.459            | 0,4        | 581.383            | 0,3        | 9.218.129          | 4,8        |
| <b>Outras</b>                       | 3.310.980          | 2,8        | 4.345.432          | 3,0        | 7.261.866          | 4,3        | 9.172.325          | 4,8        |
| <b>Sem religião</b>                 | 1.953.085          | 1,6        | 6.946.237          | 4,7        | 12.492.403         | 7,4        | 15.335.510         | 8,0        |
| <b>TOTAL</b>                        | <b>119.009.778</b> | <b>100</b> | <b>146.815.795</b> | <b>100</b> | <b>169.872.856</b> | <b>100</b> | <b>190.755.799</b> | <b>100</b> |

Fonte: IBGE, Censos demográficos

cimento no Brasil: 2 milhões em 1980, 7 milhões em 1991, 12,5 milhões em 2000 e 15,3 milhões em 2010. Esta categoria hoje ocupa o terceiro lugar no país, situando-se após os católicos e os evangélicos pentecostais, e resulta da soma de três subcategorias: agnóstico (124 mil), ateu (615 mil) e sem religião (14,6 milhões). Nesta última categoria encontra-se o indivíduo que se declara sem religião, mas não se classifica como ateu ou agnóstico, podendo acreditar em Deus, sem participar, no entanto, das instituições religiosas e sem se sentir pertencendo a uma comunidade confessional.

No que concerne ao cristianismo, que abrange cerca de 90% da população brasileira, temos dois grandes grupos: os Católicos e os Evangélicos. Os Católicos se subdividem em três ramos: os apostólicos romanos, diretamente vinculados à Roma e ao Papa, que representam a grande maioria dos fiéis (64,63% da população); os apostólicos brasileiros, fruto de uma dissidência havida em 1945, e que possui atualmente 48 bispos, 38 dioceses e mais de meio milhão de seguidores; e os ortodoxos, também conhecido como católicos orientais, que surgiram após o Grande Cisma de 1054 e são subordinados ao Patriarca de Constantinopla, religião que chegou ao Brasil pela mão dos imigrantes árabes (cerca de 130 mil fiéis).

Apesar da unidade da Igreja Católica Apostólica Romana-ICAR enquanto instituição, com suas estruturas de poder eclesiástico, é perfeitamente possível identificar na “comunidade de fiéis” diversas *tendências* e grupos que se articulam e operam dentro dela. O professor Flávio Sofiati<sup>2</sup>, Doutor e pesquisador em Sociologia da Religião, a partir da classificação feita por Michel Löwy<sup>3</sup>, sugere que na ICAR brasileira podem ser definidos claramente quatro *tendências*: **1. Os tradicionalistas**: “um grupo muito pequeno de fundamentalistas que defendem idéias ultrarreacionárias e às vezes até semifascistas” (Opus Dei; Tradição, Família e Propriedade-TFP; e Arautos do Evangelho); **2. Os reformistas**: composta pelos moderados, “pronta para defender os direitos humanos e apoiar certas demandas sociais dos pobres” (onde predominam as congregações que trabalham com educação como, por exemplo, os salesianos, jesuítas, lassalistas, redentoristas e maristas); **3. Os radicais**: uma “minoría pequena mas influente”, simpatizante da Teologia da Libertação e solidária aos movimentos sociais (CEB’s, Cáritas, Pastorais Sociais, Pastorais das Juventudes); **4. Os modernizadores-conservadores**: “uma poderosa corrente conservadora extremamente hostil à Teologia da Libertação e organicamente associada às classes dominantes”, de inspiração neopentecostal (Movimento de Renovação Carismática Católica-RCC).

Nas últimas décadas os rumos da ICAR brasileira têm sido definidos a partir de uma disputa entre progressistas (reformistas e radicais) e conservadores (tradicionalistas e modernizadores-conservadores). Os papados de João Paulo II e Bento XVI (este principalmente) interferiram constantemente em favor dos conservadores, fortalecendo suas posições. Este movimento, embora não tenha sido revertido, ao menos foi interrompido com a ascensão do Papa Francisco ao bispado de Roma. Ao mesmo tempo, a ICAR assistiu nos últimos trinta anos a uma redução do seu rebanho no Brasil. Essa redução vinha se observando em termos percentuais, mas de 2000 a 2010, pela primeira vez houve uma queda nos números absolutos de mais de um milhão de fiéis.

Os evangélicos formam o segundo maior grupo religioso no Brasil, dentro do qual se tem três importantes ramos: os históricos, os pentecostais e os não determinados<sup>4</sup>. Chamamos de evangélicas históricas ou de missão aquelas que se originaram do protestantismo de imigração (a partir do incentivo da monarquia brasileira às imigrações europeias no século XIX) e do protestantismo de missão (estabelecido com a chegada de missionários norte-americanos, em meados do século XX, para difundirem sua fé entre os brasileiros). Dentre as várias confis-

sões deste ramo, tem-se uma igreja predominante, a dos batistas (3,7 milhões), seguida de três outras de importância equivalente (a dos adventistas, com 1,5 milhões, dos luteranos, com 1 milhão e presbiterianos com 920 mil) e outras de menor expressão (como metodistas e congregacionais). Embora sua participação percentual se desloque entre 3 e 4% da população, de 1980 a 2010 o número de fiéis saiu de cerca de 4 milhões para mais de 7,5 milhões, o que é um aumento significativo.

Mas sem dúvida alguma, o elemento novo da diversificação religiosa que vem acontecendo no Brasil desde 1980 é a significativa expansão dos evangélicos pentecostais e não determinados. Os Evangélicos Pentecostais podem ser classificados com base nos momentos históricos de sua implantação no Brasil em três grupos: o pentecostalismo clássico, que chegou a partir de 1910 (Assembléia de Deus e Congregação Cristã); o pentecostalismo de cura, que chega em 1950 (Brasil para Cristo, Evangelho Quadrangular, Casa da Bênção e Deus é Amor); e os neopentecostais, no fim dos anos 70 (Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, Renascer em Cristo, Maranata, Nova Vida, etc).

O número de pessoas que se reconhecem pertencentes a uma das religiões do grupo pentecostal avultou-se extraordinariamente da seguinte forma: 3,9 milhões em 1980, 8,2 milhões em 1991, 17,6 milhões em 2000 e 25,4 milhões em 2010. Igualmente surpreendente foi a elevada expansão do número de evangélicos não determinados, que passou de 580 mil, em 2000, para 9,2 milhões, em 2010. É muito provável que esse grupo que aqui designamos como evangélicos não determinados seja em sua grande maioria pentecostais que não sabem exatamente a denominação do seu grupo religioso, vez que há muitos grupos que surgem da fragmentação das principais igrejas. Outro dado importante a se registrar é que,

conforme o censo de 2010, as religiões evangélicas de origem pentecostal são as que têm a maior proporção de fiéis com renda per capita inferior a um salário mínimo: 63,7% do total. Em seguida vem a Igreja Católica, com 59,2% de seus fiéis com renda inferior a esse patamar.

Segundo explica o Prof. Dr. Ricardo Mariano, o avanço do pentecostalismo “*não é expressivo apenas nos planos religioso e demográfico. Estende-se pelos campos midiático, político partidário, assistencial, editorial e de produtos religiosos. Seus adeptos não se restringem mais somente aos estratos pobres da população, encontrando-se também nas classes médias, incluindo empresários, profissionais liberais, atletas e artistas. Ao lado e por meio disso, o pentecostalismo vem conquistando crescente visibilidade pública, legitimidade e reconhecimento social e deitando e aprofundando raízes nos mais diversos estratos e áreas da sociedade brasileira*”<sup>5</sup>

Em nossa opinião esse avanço se deve, principalmente, a quatro fatores. Primeiro, porque as confissões pentecostais não estão submetidas à rigidez hierárquica, severidade doutrinária e excessiva formalidade que vigoram na Igreja Católica e, em menor escala, entre os Evangélicos Históricos, habilitando-se assim a se expandir mais rapidamente em forma de rede, fruto inclusive de cisões as mais diversas. Segundo, porque em um ambiente de crescimento econômico e avanço dos indicadores sociais, os evangélicos construíram uma explicação (racional e emocional) para a realidade, consolidada na “Teologia da Prosperidade”, segundo a qual a melhoria da qualidade de vida dos seus fiéis é fruto da sua adesão individual aos seus preceitos e suas “verdades” religiosas, conquistando assim “corações e mentes”. Terceiro, porque eles apostaram na nucleação, organizando-se nos lugares mais remotos em pequenos grupos que se encontram frequentemente para refletir, celebrar e propagar seu culto, em uma estratégia muito semelhante àquela utilizada pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica nas décadas de 70

e 80. Quarto, porque investiram pesadamente em comunicação de massas, com rádios, redes de tevê, programas e jornais diários próprios, beneficiados inclusive pela imunidade tributária garantida constitucionalmente.

Ironicamente, na década em que um partido de esquerda está à frente do governo central brasileiro, os evangélicos aplicaram a clássica fórmula de “organização, agitação e propaganda” para difundir concepções e valores em grande parte conservadores, enquanto as forças progressistas nada ou pouco fizeram nesse mesmo sentido.

**MARCELO MASCARENHA é Procurador do Município de Teresina e militante do PT**

### NOTAS

- 1 Chamamos de religião de resistência aquelas que, sem pretensão de tornarem-se hegemônicas e sem ações de expansão, representam a religiosidade de cunho tradicional, transmitida oralmente, em pequenas comunidades com profunda identidade étnica. É uma religiosidade que resiste, apesar da intensa campanha de desvirtuamento implementada pelas religiões majoritárias (especialmente as evangélicas), no caso das religiões de matriz africana, e dos constantes ataques feitos às comunidades indígenas, suas terras e sua cultura. Mesmo neste cenário desfavorável, as religiões de resistência mantêm um grande número de adeptos no país (651.879 pessoas)
- 2 Religião e Juventude: os novos carismáticos. São Paulo: FAPESP, 2011, p 115-123
- 3 A guerra dos deuses: religião e política na América Latina. Petrópolis-RJ: Vozes.
- 4 Aqui chamamos de não determinados as igrejas menores, originadas da dissidência dos grandes grupos ou sem nenhuma vinculação com eles.
- 5 Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal (Publicado na edição nº 52 da revista Estudos Avançados da USP)

# Avanços e “desigualdades persistentes”

■ *Elisa Guaraná de Castro*

O avanço da sindicalização das mulheres nos últimos anos pode ser um reconhecimento desse importante espaço de luta. Mas, para que esses avanços de fato se confirmem, é fundamental observarmos qual o espaço real das mulheres, hoje, nas direções dos sindicatos e da própria CUT

“Assim, a divisão sexual do trabalho seria mais do que uma expressão da estratégia de capital de ‘dividir para reinar’ (Milkman, 1982), ou de maximizar seus lucros. Permanece, no entanto, a questão de por que a sexualização de um setor ou de uma tarefa implica relações de trabalhos assimétricas. Qual a origem dessa assimetria?” (Elizabeth Lobo - *A Classe Operária Tem Dois Sexos. Trabalho, Dominação e Resistência*)

**O**s desafios para o sindicalismo do século XXI são enormes. E maiores, talvez, em um contexto de avanço da democracia brasileira, no seu terceiro mandato de um governo popular e que enfrentou de forma direta a pobreza, em especial a pobreza vivida pelas mulheres. Em que medida a difícil realidade para a mulher no mercado de trabalho sofreu mudanças? Quais os desafios para que as mulheres avancem para além do reconhecimento de seus direitos e possam participar politicamente e de forma igualitária nos sindicatos e nos cargos de direção, com divisão de tarefas em casa e no cuidado dos filhos? Quais os desafios para o sindicalismo ampliar a participação das mulheres e renovar as suas direções fortalecendo o papel das mulheres e das jovens? Essas questões estão imbricadas. As desigualdades sociais e econômicas vividas pelas mulheres brasileiras, que ainda persistem são fruto de discriminação e relações de dominação históricas,

Acervo Instituto João Zinclar





que se refletem nos processos organizativos da classe trabalhadora. Sem dúvida temos avanços importantes, como veremos, mas, como disse de forma brilhante Elizabeth Lobo, em 1991, essas relações desiguais ainda persistem e se reproduzem<sup>1</sup>. O avanço da autonomia econômica e política da mulher é chave.

Para contribuirmos para que o enfrentamento desses desafios, apresentaremos alguns dados sócio-demográficos sobre a condição de trabalho e renda da mulher brasileira, comparando os últimos 10 anos. Em especial daremos destaque aos dados de sindicalização. E ainda, às condições de vida, trabalho e das jovens. Sabemos que há diferenças importantes na condição de vida, trabalho e como veremos de sindicalização de acordo com raça/cor e local de moradia (rural e urbano).

### Resgatando a história recente dos movimentos sociais de mulheres no Brasil

A década de 1980 e o início dos anos 1990 foi um período especialmente importante para os movimentos sociais no Brasil. Após 20 anos de ditadura militar, os movimentos sociais recuperaram sua visibilidade e possibilidade de atuarem de forma legalizada no Brasil. Novas organizações surgem nesse período. Em 1983 a Central Única dos Trabalhadores (CUT) é fundada. Em 1984 surge o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). É nesse contexto do movimento de luta pela democracia, como recorda Caroline Bordalo (2007a), que em 1986 é realizado o primeiro Encontro Nacional de Mulheres, organizado por diversos movimentos sociais. Em 1989, apenas seis anos após a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), surge a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras dessa central. No movimento sindical rural, em 1990 é formada a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação

Cláudio Gonzalez



**O estímulo à participação das mulheres no espaço sindical precisava romper com o duplo processo de dominação, a aceitação por parte dos homens da presença das mulheres no sindicato, com acesso à tomada de decisão, e o de convencer as próprias mulheres da importância dessa participação**

Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Atualmente existem no Brasil inúmeros movimentos feministas, organizações de mulheres urbanas e rurais, de diferentes movimentos sociais, de movimentos sindicais e do movimento camponês.

A história dos movimentos sociais no Brasil, embora reconheça a importância de algumas mulheres que se tornaram lideranças importantes, é contada como uma história de homens. Este fato é explicável pela reprodução da divisão sexual do trabalho que distancia as mulheres dos espaços públicos e minimiza sua participação na história política, tornando-a quase invisível.

O resgate da configuração social do surgimento das organizações de mulheres em um período ainda de intensa repressão política no Brasil deve ser lido como um processo que forja elementos de ruptura com a reprodução da dominação dos homens sobre as mulheres. Bordalo (2007b) resgata um elemento central para compreendermos o surgimento dos movimentos de mulheres concomitante com a reorganização dos trabalhadores urbanos e principalmente no meio rural. A autora observa como o movimento sindical até a década de 1980 era vetado às mulheres. Ou seja, havia uma tradição e, em alguns casos, determinação normativa, de que apenas os homens podiam se sindicalizar. No caso do movimento sindical rural essa normativa era ainda mais rígida. O princípio que regia a sindicalização masculina era a tradição, principalmente no meio rural, de que somente os homens eram contratados de acordo com as leis trabalhistas. Ou seja, as mulheres embora sempre presentes como trabalhadoras rurais, não tinham seus direitos reconhecidos e eram percebidas como ajudantes dos seus maridos no Brasil. Esse tratamento ainda é recorrente e se estende aos filhos.

Com a instituição de um Fundo de Assistência a Previdência Rural (FUNRURAL) a demanda pela legalização e reco-

Arquivo



nhecimento do trabalho das mulheres no meio rural se intensificou, contudo a intensa repressão aos movimentos sociais durante a ditadura militar teria dificultado a ampliação e visibilidade de suas lutas<sup>2</sup>.

Citando Paola Cappelini (1994)<sup>3</sup>, Bordalo apresenta o argumento de que a atmosfera de reorganização dos movimentos sociais no Brasil pós-ditadura militar teria favorecido a demanda das mulheres por espaço de participação nos sindicatos e nos espaços de direção. Com efeito, houve intensa organização em diversos estados das mulheres trabalhadoras rurais que demandavam o direito a sindicalização e, portanto, o acesso a direitos trabalhistas já conquistados pelos homens, bem como a defesa de reivindicações específicas das mulheres, como o direito a licença maternidade.

Mas, o estímulo à participação das mulheres no espaço sindical precisava romper com o duplo processo de dominação, a aceitação por parte dos homens da presença das mulheres no sindicato, com acesso à tomada de decisão, e o de convencer as próprias mulheres da importância dessa participação. Bordalo (2007a:11) mostra como as primeiras reuniões de mulheres trabalhadoras aconteceram nas suas casas, isso porque o sindicato era considerado um espaço de homens. O segundo passo foi assegurar que essa participação fosse representativa e que isso resultasse em acesso aos

espaços de tomada de decisão, isto é, em ocupação de cargos na direção do movimento sindical. Isto começa a ocorrer com a formação de Comissões de Mulheres nos sindicatos e nas centrais e com a adoção da cota de 30% de mulheres nas instâncias de direção dos sindicatos.

A intensa participação de mulheres na história das lutas sociais brasileira, contudo não se refletiu, até a década de 1990, em uma aceitação da sua participação nos espaços de representação e direção dos movimentos sociais. A reversão desse quadro aconteceu através de diversas estratégias, que acionaram mecanismos de política afirmativa, como a política de cota, utilizada pelos movimentos sindicais urbanos e rurais; os processos de disputa por espaço de decisão no cotidiano; o fortalecimento de dias nacionais de luta, como o dia 8 de Março; a articulação em atos nacionais como a Marcha das Margaridas<sup>4</sup>, dentre outros. Outras formas de organização surgiram mais recentemente no cenário político, como a Marcha Mundial das Mulheres<sup>5</sup> e o Movimento das Mulheres Camponesas<sup>6</sup> que são exclusivamente de mulheres e autônomos em relação aos movimentos sociais sindicais e camponeses que já existiam. Em outros países da América Latina observamos movimentações similares. Um movimento que se destaca é o ANAMURI<sup>7</sup>, que se inicia nos anos 2000.

Apesar dos importantes avanços nos processos de visibilidade da autua-

ção das mulheres, o espaço conquistado em espaços de direção ainda é aquém da participação histórica das mulheres nos movimentos sociais, e, ainda, fortemente controlado. Há uma percepção consolidada hoje sobre a importância de ampliar a participação das mulheres nos espaços de decisão na política, na família e nas comunidades locais, visando a igualdade entre homens e mulheres na tomada de decisão. No entanto, o processo cotidiano de disputa por essa mudança ainda é de muita tensão.

A participação de forma mais ativa em movimentos sociais, bem como o processo de tornarem-se lideranças, pode gerar resistências familiares, de sua comunidade local e mesmo de outras lideranças políticas. E ainda soma, em pleno século XXI mais uma jornada à já extenuante jornada diária das mulheres. Sabemos que ainda hoje o trabalho doméstico é em grande medida assumido por mulheres, em todas as fases da vida. Para aquelas que estudam soma-se mais um turno de atividades. Por fim, para aquelas que participam politicamente e no movimento sindical/movimentos sociais pode-se chegar a uma quádrupla jornada. Ou seja, a decisão de uma mulher se tornar militante de um movimento sindical ainda é cercado por limites que envolvem controle social e a reprodução de processos de dominação dos homens sobre as mulheres.

## A persistência das desigualdades

Elizabeth Lobo foi pioneira em demonstrar que apesar de importantes avanços no mundo do trabalho e nas conquistas da organização da classe trabalhadora, as desigualdades entre homens e mulheres persistem. E por essa razão a grande importância da organização sindical construir espaços para a formação e discussão da realidade enfrentada pelas mulheres, dirigidos pelas próprias mulheres.

Segundo Ana Laura Lobato a autonomia das mulheres é central para enfrentar essas desigualdades. A autora retoma um estudo da OIT/DIEESE de 2006 para mostrar que: “no Brasil, as discriminações de gênero e raça têm atuado como eixos estruturantes dos padrões de desigualdade e exclusão social. No âmbito do trabalho, por exemplo, o acesso pelas mulheres se dá de maneira diferenciada em relação ao homem não apenas sobre os tipos de ocupação como também na remuneração recebida. Embora tenha aumentado consideravelmente o nível de ocupação pelas mulheres no mercado de trabalho essa ainda se caracteriza pela concentração das trabalhadoras em “guetos ocupacionais” (BRUSCHINI,1994) como bem ilustra Botelho (2006) “a medida que o nível de participação feminina aumenta, tornam-se mais visáveis as diferenças entre os sexos em termos de desemprego, rendimento, presença em cargos de direção e precariedade na inserção ocupacional.” (p.3). Afinal a noção tradicional da divisão sexual do trabalho, atribui aos homens o trabalho remunerado realizado no espaço público, e às mulheres o trabalho não remunerado realizado no espaço privado (GOUVÊA e CAMURÇA, 1997)”. (LOBATO, 2007)

Em seu estudo “Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação” a OIT (2012) demonstra que entre 2003 e 2010 foram gerados no Brasil 15,38 milhões de postos formais de trabalho, o que representou um aumento acumulado de mais de 53,6% em um período de oito anos. A expansão do emprego formal se deu de forma generalizada em todas as cinco Grandes Regiões, sendo mais expressiva nas regiões mais pobres como nas regiões Norte (+85,7%) e Nordeste (+64,9%)<sup>8</sup>.

Ainda assim a Taxa de Formalidade, que mede o emprego formal, aponta que a quantidade de mulheres com emprego formal (50,7%) era inferior à observada entre os homens (57,0%). E mesmo diante da expressiva evolução de 39,6%

para 46,8% entre 2004 e 2009 – que contribuiu para a redução da desigualdade por cor ou raça – a taxa entre as mulheres negras era de apenas 42,5%, 20 pontos percentuais inferior à dos homens brancos (61,9%). Assim as mulheres ainda trabalham em ocupações mais precarizadas que os homens. Um exemplo claro é o emprego doméstico em 2009 apenas 28,6%. E como ressaltou o estudo da OIT em nenhum dos estados brasileiros o percentual de trabalhadoras domésticas com carteira assinada alcançava 40,0%. A precarização traz outra consequência entre as mães trabalhadoras que tiveram filhos, segundo PNAD (2008) apenas a metade (50,5%) contribuía para a Previdência Social. Isso significa que metade das mães trabalhadoras não contribuía e, por conseguinte, não podia desfrutar da licença-maternidade.



**Entre 2004 e 2009  
houve um aumento  
do rendimento  
médio das mulheres  
(21,6%) superior a dos  
homens (19,4%). A  
principal razão deve-  
se a valorização real  
do salário mínimo.  
Ainda assim, persistem  
graves desigualdades  
de rendimento entre  
homens e mulheres**

Ainda de acordo com a OIT, entre 2004 e 2009 houve um aumento do rendimento médio das mulheres (21,6%) superior a dos homens (19,4%). A principal razão dessa redução das desigualdades sociais deve-se a valorização real do salário mínimo. Outro dado importante é que entre 2004 e 2009, houve redução dos trabalhadores pobres no Brasil de 7,6% para 6,6% do total de trabalhadores, isto é, pessoas ocupadas que viviam em domicílios com rendimento domiciliar per capita mensal de até 1/4 do salário mínimo. A redução foi de 0,9 ponto percentual tanto entre os homens (de 7,9% para 7,0%) quanto entre as mulheres (de 7,1% para 6,2%). Ainda assim persistem desigualdades de rendimento entre homens e mulheres, mais acentuada quando observamos a realidade dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

Mas se por um lado observamos um processo crescente de formalização, por outro, como aponta o estudo da OIT, em 2009 a taxa de desemprego entre os jovens (15 a 24 anos de idade) era de 17,8%, sendo mais do que duas vezes maior que a taxa total de desemprego no Brasil (8,4%). E ainda, as mulheres jovens (23,1%) enfrentavam mais o desemprego que os homens jovens (13,9%). Mas a desigualdade mais evidente é entre as jovens negras 25,3% de taxa de desocupação contra 13,3% de desemprego entre jovens brancos do sexo masculino.

Contudo, a formação das mulheres segue mais elevada que a dos homens: homens (22,0%) e mulheres (22,7%) frequentavam ou haviam frequentado anteriormente cursos de educação profissional. Mesmo assim as mulheres negras seguem enfrentando barreiras, 20,7% frequentavam essa modalidade formação e 24,4% das mulheres brancas. E ainda o estudo aponta que persistem estereótipos de gênero nos cursos de qualificação profissional. Entre as pessoas que frequentavam ou haviam frequentado curso na área da construção civil, 93,8% eram do sexo masculino e apenas 6,2% do sexo fe-



minino. Na área da indústria e manutenção também se observava uma presença esmagadora dos homens (83,2%) em relação às mulheres (16,8%). Já as mulheres eram maioria nos cursos em estética (91,0%) e 76,6% na área da saúde e bem estar social. (OIT,2012)

O estudo demonstra que esses estereótipos persistem também no Sistema Nacional de Emprego (SINE). Em 2010, 44,7% das vagas oferecidas tinha como requisito o sexo masculino e 11,1% o sexo feminino; para menos da metade das vagas oferecidas não se fazia distinção de sexo. Considerando-se que os trabalhadores de cada sexo podem concorrer aos postos de trabalho cujo requisito é o seu próprio sexo ou àqueles nos quais esse requisito é indiferente (ou seja, que não exigem requisitos relacionados a esse atributo), dessa forma os homens poderiam concorrer a 89,0% das vagas ofertadas, as mulheres poderiam disputar apenas 55,4% delas. No entanto, nos anos 2007 e 2010, as mulheres representaram quase a metade dos inscritos (46,7%). E a participação percentual feminina entre o total de pessoas colocadas era bastante inferior – 36,2% em 2007 e 39,6% em 2010. Ou seja homens e mulheres procuravam de forma equivalente o SINE e apenas cerca de 1/3 era de fato colocado no mercado.

Como afirmamos a dupla jornada é uma realidade para a maioria das mulheres brasileiras. O estudo da OIT reforça essa constatação: “Ao conjugarem-se as informações relativas às horas de trabalho dedicadas às tarefas domésticas e de cuidado com aquelas referentes à jornada exercida no mercado de trabalho, constata-se que, apesar da jornada semanal média das mulheres no mercado de trabalho ser inferior a dos homens (36,0 contra 43,4 horas), ao computar-se o tempo de trabalho dedicado aos afazeres domésticos (22,0 horas para elas e 9,5 para eles), a jornada média semanal total feminina alcançava 58,0 horas e ultrapassava em 5,0 horas a masculina (52,9 horas)”. (OIT,2012).

## As mulheres e em especial as mulheres rurais tiveram forte participação nos processos de sindicalização recente

Foto: Arquivo Fetraece



As consequências dessas múltiplas formas de desigualdade enfrentadas pelas mulheres são, dentre outras: mais exigência de formação profissional, mais dificuldade para acesso ao emprego formal, jornada de trabalho maior e com acúmulo de tarefas, renda e salário inferiores, taxa maior de desemprego pode ser observada entre as jovens. Em pesquisa recente realizada pela Secretaria Nacional de Juventude (2013) dos 40% sem emprego 2/3 são mulheres. Dos que declaram não estudar, nem procurar emprego e nem estar empregado (11%), 82% são mulheres. Ou seja, a imagem de uma geração de “nem nem” tem sexo e forte justificativa para não estar nem na escola, nem no trabalho.

## A autonomia e a sindicalização

Essa difícil realidade ainda enfrentada pelas mulheres também se reflete na sindicalização. O Brasil hoje tem uma taxa estável de sindicalização: 19,5% (PNAD, 2011) do total da categoria de empregados, acima da média de sindicalização nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 17,3%, no mesmo ano (Pichler, A. 2014). Contudo, o mesmo estudo demonstra que a diferença entre homens e mulheres persiste. Em 2009 os homens representavam 60% dos sindicalizados enquanto as mulheres 40%.

Mas temos um dado de extrema importância para os desafios apresentados no início dessa contribuição: as mulheres vêm em um crescimento de sindicalização bem superior aos homens. Em 1992 12,4% das mulheres trabalhadoras eram sindicalizadas e em 2009 eram 16,6%. Já os homens eram 16,7% passaram a 18,6%. Isso significa que 62% dos novos filiados nesse período são mulheres. Chama ainda mais atenção que as trabalhadoras rurais passaram de 7,3% para 26,5%, ao passo que os trabalhadores rurais homens eram 17,9% e passaram a 21,5% do total de trabalhadores rurais. Ou seja, as mulheres e em especial as mulheres rurais tiveram forte participação nos processos de sindicalização recente.

Para Lobato é o *empoderamento* e, em mais ainda a *autonomia* que permite que as mulheres enfrentem as desigualdades sociais e econômicas, “...a autonomia definida como: ...o nível de acesso aos, e o nível de controle da mulher sobre, recursos materiais (incluindo comida, renda, terra e outras formas de riqueza) e recursos sociais (incluindo conhecimento, poder e prestígio) dentro da família e da sociedade em geral. (Dixon, 1978 apud Jejeebhoy, 2000: 205). Essa definição reflete basicamente a extensão do controle da mulher sobre as tomadas de decisões especialmente aquelas realizadas no âm-

bito familiar. Desse modo a autonomia tem efeito diferenciado na sua capacidade de impor sua vontade em relação ao seu desejo em ter ou não relações sexuais com seu parceiro, por exemplo. Jejebhoy (2000) ressalta a importância de diferenciar empoderamento e autonomia na medida em que o primeiro diz respeito ao aumento do controle sobre recursos materiais e ideológicos transformando a consciência de ultrapassar barreiras para acessar tais recursos, enquanto o outro refere-se a habilidade de impor seus desejos e opiniões em si. Ou seja, mais do que aumentar o acesso aos recursos materiais (incluindo alimento, renda, terra e outras formas de riqueza) e sociais (incluindo co-

nhecimento, poder e prestígio) a mulher tem de ter também capacidade de decidir sobre eles". (LOBATO, 2007)

Dessa forma, é a definição de redução de *desigualdades* deve levar em conta os espaços reais de decisão e, portanto, os reais avanços na condição de autonomia das mulheres na sociedade brasileira e em especial nos seus espaços de representação política e de classe. A sinalização de clara de redução de desigualdades econômicas e mesmo sociais, no sentido de maior acesso a direitos são conquistas das mulheres trabalhadoras e sem dúvida de todo o movimento sindical. O avanço da sindicalização das mulheres nos últimos anos pode ser um reconhecimento des-

se importante espaço de luta. Mas, para que esses avanços de fato se confirmem é fundamental observarmos qual o espaço real das mulheres, hoje, nas direções dos sindicatos e da própria Central Única dos Trabalhadores, e ainda, qual o esforço de renovação que o movimento sindical vem fazendo. Em que medida essa luta que é e sempre foi das mulheres é cada vez mais de todo o movimento sindical.

■ ELISA GUARANÁ CASTRO é antropóloga e professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Esse artigo contou com a importante contribuição de Ana Laura Lobato

## BIBLIOGRAFIA

BORDALO, Caroline A. A organização de mulheres rurais no sertão e o sindicalismo rural em Pernambuco. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, 2007a. (não disponível)

BORDALO, Caroline A. Sindicalistas e militantes: representação e participação política das trabalhadoras rurais. Paper apresentado no Seminário CPDA 30 Anos. Rio de Janeiro, 2007b.

CAPPELLIN, Paola. e CASTRO, Elisa. Guaraná de FAZER, PENSAR E DECIDIR: os papéis das mulheres nos assentamentos rurais — algumas reflexões a partir de três estudos de casos., in *Raízes*. Ano XVI, no.15, dezembro. Campina Grande: UFPB, 1997.

LOBATO, Ana Laura. *Perfis de Autonomia e Vulnerabilidade de Mulheres Jovens residentes do Taquaril, Belo Horizonte*. Monografia (Conclusão de Curso) Puc Minas. Curso de Ciências Sociais. Belo Horizonte, 2007.

OIT "Avanços nos indicadores de Trabalho Decente no Brasil é tema de relatório inédito da OIT". Publicado no site: OIT - Organização Internacional do Trabalho - Escritório no Brasil (<http://www.oit.org.br>), em 19/07/2012, acesso em 30/06/2014.

PICHLER, Walter A. *Tendências recentes do associativismo sindical no Brasil: uma perspectiva setorial*. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 38, n. 3, p. 37-46, 2011. At <http://www.dtemdebate.com.br>, acessado em 30/06/2014.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. *Agenda Juventude Brasil – pesquisa sobre o perfil e a opinião dos jovens brasileiros 2013 (relatório preliminar)*. At [Participatorio.juventude.gov.br](http://Participatorio.juventude.gov.br)

## NOTAS

- 1 O livro foi reeditado pela Perseu Abramo em 2011 como uma homenagem após 20 anos de sua morte.
- 2 Fundo de Assistência a Previdência Rural (FUNRURAL) é parte da legislação do Estatuto do Trabalhador Rural regulamentado em 1963. Vale lembrar a diferença entre o acesso à direitos trabalhistas no Brasil. Enquanto para os trabalhadores urbanos o reconhecimento de seus direitos trabalhista ocorreu em 1943, somente 20 anos depois esses direitos foram estendidos aos trabalhadores rurais através do Estatuto do Trabalhador Rural. Se o FUNRURAL foi considerado um avanço por reconhecer o direito à aposentadoria dos trabalhadores rurais, essa política ainda era discriminatória por garantir apenas 50% do salário mínimo ao trabalhador rural ao passo que o sistema previdenciário criado na década de 40 garante o salário mínimo aos trabalhadores urbanos. O FUNRURAL foi extinto na década de 70 e atualmente os trabalhadores rurais têm acesso ao sistema público de previdência, que passou a atender todos os trabalhadores rurais e urbanos, e recentemente a donas de casa.
- 3 Cappelin, Paola. "Atrás das práticas. O perfil das sindicalistas". Paper apresentado no XVIII encontro da Associação Nacional de Ciências Sociais, 1994 *apud* Bordalo, 2007b.
- 4 A Marcha das Margaridas é um ato político que acontece anualmente e do qual participam mulheres de diferentes organizações rurais, mas principalmente do movimento sindical. O ato ocorre em Brasília na Capital do Brasil e consiste de uma longa passeata que arregimenta milhares de mulheres trabalhadoras rurais que apresentam as suas reivindicações ao governo federal. Recentemente tem sido comum a presença de homens que participam do ato em solidariedade a luta das mulheres.
- 5 "A Marcha Mundial das Mulheres é uma ação do movimento feminista internacional de luta contra a pobreza e a violência sexista. Sua primeira etapa foi uma campanha entre 8 de março e 17 de outubro de 2000. Aderiram à Marcha 6000 grupos de 159 países e territórios. As manifestações de encerramento desta primeira fase da Marcha no dia 17 de outubro de 2000 mobilizaram milhares de mulheres em todo o mundo, nesta ocasião foi entregue a ONU um abaixo assinado com cerca de 5 milhões de assinaturas em apoio às reivindicações da Marcha. No Brasil, o movimento está organizado e presente em muitas manifestações". In, <http://www.sof.org.br/marcha/>
- 6 O Movimento de Mulheres Camponesas tem sua trajetória iniciada na década de 1990. Em 1995, cria a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres de diversos movimentos sociais. Em 2003 o movimento assumiu o nome de: Movimento de Mulheres Camponesas, hoje presente em vários estados do Brasil. Ver <http://www.mmcbrasil.com.br>
- 7 A Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas, Anamuri, surgiu nos anos 2000 no Chile e atua na articulação de ações de luta por direitos de mulheres trabalhadoras rurais, camponesas e indígenas. Ver, <http://www.anamuri.cl>
- 8 Para uma versão completa desse estudo, ver GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação. / José Ribeiro Soares Guimarães. Brasília: OIT, 2012.

# JUVENTUDE no centro da “engrenagem”

Em torno de um 1/4 da população brasileira, cerca de 50 milhões de pessoas, são jovens. Boa parte são trabalhadores e estão cada vez menos interessados em participar das entidades e lutas sindicais

■ *Eleandra Koch*

**A** juventude, de acordo com o Estatuto Nacional de Juventude, e com as definições de organismos internacionais, é delimitada da faixa dos 16 aos 29 anos.

Demograficamente, a juventude no Brasil representa em torno de um 1/4 da população brasileira: cerca de 50 milhões de jovens, numa população de 200 milhões de habitantes, representando 26% da população brasileira – mesmo índice da mediana em nível mundial, que gira em torno de 26% da população.

Em 70% dos países, a juventude representa de 20% a 30% da população total. Durante os próximos vinte anos haverá, no Brasil, uma estabilização da população juvenil, em torno de 50 milhões; após isso haverá, até 2050, a diminuição de 15 milhões de pessoas jovens. Nesse sentido, podemos considerar que vivemos atualmente na era do chamado “bônus demográfico” da juventude.

Temos no Brasil uma juventude trabalhadora, pois 57% dos jovens entre 14 a 29 anos trabalha, cerca de 30,6 milhões, e dentre eles 8,4 milhões concilia trabalho com os estudos. Na faixa dos 25 aos 29 anos encontramos o maior índice de jovens que apenas trabalham e não estu-



dam: 65,4%. Se somados os/as jovens que procuram emprego aos que trabalham, temos um percentual de 74% de juventude trabalhadora.

No Brasil, na América Latina e no mundo, as mais altas taxas de desemprego, rotatividade e precarização do trabalho são registradas na juventude.

De acordo com dados da OIT, no mundo há 75 milhões de jovens desempregados, sendo a taxa de desemprego dos jovens é o triplo da dos adultos (o mesmo ocorre na América Latina).

A pesquisa *Deixe seu Currículo com a gente e nós retornamos. Três décadas de evidência sobre o problema do desemprego dos*









**Faz-se necessário tornar a formulação e o comprometimento com a organização da juventude uma questão central da política da Central Única dos Trabalhadores, e não apenas uma questão dos jovens da CUT, ou da direção setorial**

Tal situação de precariedade, vulnerabilidade e informalidade da juventude em relação ao “mundo do trabalho”, no contexto neoliberal de desemprego estrutural, reflete-se também no que diz respeito à organização da juventude no âmbito do trabalho, e por decorrência nos sindicatos. Observa-se uma baixa adesão e identificação sindical em meio à juventude.

A pesquisa da Fundação Perseu Abramo: *Densidade sindical e recomposição da classe trabalhadora no Brasil* identifica que no período de 2005 e 2011 foram criados 13,4 milhões de novas ocupações no Brasil, o que ocasionou a filiação de 2,8 milhões de trabalhadores em algum tipo de sindicato.

Dessa forma, temos em termos de taxa de sindicalização, o seguinte quadro: em 2011 havia 17% dos ocupados sindi-

calizados, enquanto em 2002 a densidade sindical atingia a 16,8% dos trabalhadores, isto é: registra-se uma leve elevação de 1,8% na taxa de sindicalização. No que se refere à juventude, é interessante observar que, embora os dados do Censo de 2010 apontem uma taxa de sindicalização menor do que entre as outras faixas etárias (17%/11,5%), foi somente na faixa de 16 a 29 anos que houve crescimento nas taxas de sindicalização que passaram de 10,1% em 2002 para 11,5% em 2011.

Observa-se um nítido “envelhecimento sindical” no Brasil, pois, as maiores taxas de sindicalização continuam incidindo entre os ocupados com mais de 60 anos de idade. Na CUT, aliás, o trabalhador é considerado jovem até os 35 anos.

A menor densidade sindical continua sendo verificada entre os jovens com

menos de 29 anos de idade. No caso do serviço público federal, por exemplo, verifica-se que mais de 50% dos sindicalizados são aposentados e também há uma baixa adesão sindical de jovens dos concursos públicos da última década.

Na última década, têm-se observado algumas iniciativas importantes no sentido de reversão desse quadro de afastamento sindical da juventude.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), por exemplo, criou a Secretaria Nacional da Juventude, no 10º CONCUT, em 2009. Isso veio a ocorrer há mais de duas décadas da criação da Central, mas: “antes tarde do que mais tarde”.

Entretanto, faz-se necessário tornar a formulação e o comprometimento com a organização da juventude como uma questão do centro da política da Central, e não apenas como uma questão dos jovens da CUT, ou das esferas de direção setorial. Também o movimento sindical precisa se aproximar e dialogar atentamente com as “novas” formas de engajamento e organização da juventude, pois as “pautas” sindicais, em geral, tem tido pouca capacidade de atrair os/as jovens.

As mobilizações de junho de 2013<sup>(1)</sup>, que para muitos marcaram a retomada dos movimentos de massas no Brasil, impactaram a sociedade brasileira. Milhares de jovens foram às ruas para exigir, na prática, “mais estado”, através de reivindicações tais como: regulação e qualidade do transporte público, acesso à moradia, à transparência na política, pelo controle dos meios e comunicação, por mais educação e saúde.

Para André Singer, houve dois pontos de vista predominantes na caracterização da composição social das mobilizações de junho de 2013: o primeiro que identificou a predominância da classe média, e o segundo que tendeu a enxergar uma forte presença da “massa” trabalhadora. Ele propôs um terceiro - o qual, inclusive, pode ser relacionado diretamente com a situação de falta de qualidade e a precariedade do trabalho da juventude: “a

de que elas possam ter sido simultaneamente as duas coisas, a saber, tanto expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional quanto um reflexo daquilo que prefiro denominar de novo proletariado (...) trata-se dos trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho”.

Nesse sentido, por mais que haja uma escassez de dados (sistemizados) sobre aspectos específicos e importantes em relação à situação “socioeconômica” da juventude no Brasil, - vide a falta de dados em relação à situação de moradia, ao acesso ao transporte público e às demais questões de mobilidade urbana que envolvem a juventude - é notório que aquelas reivindicações das ruas (de 2013) se relacionaram diretamente com as dificuldades enfrentadas pelos jovens trabalhadores, em relação ao acesso à habitação, à saúde, ao transporte público, etc.

A ausência de pesquisa e debate sobre os temas acima mencionados é importante indicador do que está sendo negligenciado, pouco estudado e desconhecido pela esquerda brasileira.

Não obstante, na perspectiva de construção de um projeto de esquerda que possa sinalizar para mudanças contra-hegemônicas no Brasil, o qual que seja capaz de contemplar a juventude trabalhadora, precisamos também retomar os debates sobre a dimensão “psicossocial” do fenômeno histórico da juventude, a qual refere-se à sua situação em relação ao trabalho, mas que abarca inúmeras outras dimensões, pois, como destaca Márcio Pochmann, o jovem não quer só emprego e renda.

**ELEANDRA KOCH** tem 38 anos, é cientista social e da direção nacional da Confederação Nacional dos Servidores Federais (CONDSEF).

Email: [eleandrars@yahoo.com.br](mailto:eleandrars@yahoo.com.br)

### NOTA

1 As mobilizações de junho, enquanto ápice de novas formas de mobilização da juventude, as quais vêm das “batalhas de Seattle (1999), das lutas contra o Fórum de Davos, contra o” G8 “(Genova em 2001), do Fórum Social Mundial, dos” Indignados de Madri”, do Occupy Wall Street e das demais mobilizações com características de redes de juventudes, e nas redes.

### REFERÊNCIAS:

ANTUNES, R; ALVES, J. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Educ. Soc, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros. 2013. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/documentos/juventude-brasil>. Acesso em 04.05.2014.

Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, MTE, SNJ, Brasília, 2011. Disponível em: [http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/decent\\_work/doc/antdj\\_mte\\_535.pdf](http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/antdj_mte_535.pdf). Acesso em 04.mai.2014.

NERI, M, PAES, R, GROSNER, D, MASCARENHAS, A, ROSALÉM, A, FRANCO, S. Juventude levada em Conta. Demografia. Ipea Brasília, 2013.

CORROCHANO, M.C.; FERREIRA, M. I.; FREITAS, M. V.; SOUZA, R. Jovens e trabalho no Brasil – desigualdades e desafios para as políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa, Instituto Ibi, 2008.

CAMPOS, A. Juventude e ação sindical: crítica ao trabalho indecente. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2010.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Brasília. 2014.

CRUCES, G. *Deixe seu Currículo com a gente e nós retornamos. Três décadas de evidência sobre o problema do desemprego dos jovens na América Latina*. Ipea, 2013. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/presi/3\\_cruces\\_a\\_pt.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/presi/3_cruces_a_pt.pdf). Acesso em 02 de mai. 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS. BRASÍLIA. 2014.

ESTEVES, L.C.G, ABRAMOVAY, M. Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: juventudes: outros olhares sobre a diversidade. Org. ABRAOVAY, M, RIBEIRO, Andrade, ESTEVES, L.C.G. Unesco/MEC-Brasil. Brasília, 2007. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154580por.pdf>. Acesso em 04.mai.2014.

FRAGA, P, D. O PT e a Juventude: Política e Concepção. Revista Espaço Acadêmico. Ano III. Nº 13. Junho de 2002. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/013/13cdenisar.htm>. Acesso em: 04.mai. 2014.

FRIGOTTO, G. “Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas”, em R. Novaes e VANUCHI, P (ORG), *Juventude e*

*Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. DENSIDADE SINDICAL E RECOMPOSIÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL. SÃO PAULO, 2014. Disponível em: [HTTP://NOVO.FPABRAMO.ORG.BR/SITES/DEFAULT/FILES/FPA\\_COMUNICA\\_3.PDF](http://NOVO.FPABRAMO.ORG.BR/SITES/DEFAULT/FILES/FPA_COMUNICA_3.PDF). ACESSO EM 04.MAI. 2014.

LATOUR, B. Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-rede. Bauru: EDUFBA-EDUSC. Salvador, 2012.

OUTRAS PLAVRAS. Tradução da entrevista de David Harvey à Revista Prospect Magazine. Disponível em: <http://outraspalavras.net/destaques/david-harvey-quer-alem-dos-protestos-um-projeto/>. Acesso: em 12.06.2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar 2006. Brasília. 2014.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), Brasília, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasília, 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/indicadorestdnovo\\_880.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/indicadorestdnovo_880.pdf). Acesso em 04 de mai. 2014.

PICCIN, Maurício Botton (Org.). A hora e a vez da Juventude: educação, trabalho, cultura e outros direitos da juventude para desenvolver o Brasil e o Rio Grande do Sul. São Paulo: Página 13, 2010.

POCHMANN, M. É HORA DE REPARTIR A RIQUEZA (Entrevista). Perseu Abramo. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/entrevista-com-pochmann-e-hora-de-repartir-riqueza>. Acesso em 02.ju.2014.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. Brasília. 2014.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos estud. - CEBRAP* [online]. 2013, n.97 [cited 2014-06-15], pp. 23-40. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002013000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003&lng=en&nrm=iso). ISSN 0101-3300. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>. <http://outraspalavras.net/destaques/david-harvey-quer-alem-dos-protestos-um-projeto/>



# A cor da classe

■ *Fausto Antonio*

O dogma de que a classe é a principal contradição na história das sociedades deve ser revisto, não como desconsideração ao método, mas sim como necessidade de renovação do marxismo, relevando e dando **ênfase ao racismo como uma das opressões mais significativas na estruturação das desigualdades** na África, na Diáspora e especialmente no Brasil

O objetivo desse artigo é enfatizar que o sistema racista, erigido a partir da cor e/ou raça, é uma das expressões do sistema social hegemônico no Brasil, logo o seu entendimento e a sua superação devem participar da renovação das disciplinas históricas, o que inclui as teorias marxistas. O método continua intacto, inteiro, mas a geografia, a história, a sociologia, a antropologia e as teorias, especialmente as marxistas, necessitam da enunciada renovação levando em conta o racismo no Brasil.

A propósito de ilustração e na busca da base material da sociedade brasileira, é bem emblemático e ilustrativo o episódio recente das vaías dirigidas à Presidenta Dilma. Muitos indagaram se as vaías eram classistas ou machistas. Tendo em conta a realidade brasileira, afirmamos que as vaías eram também racistas. Pensando na cor da classe, vamos então ao raciocínio, que não é uma digressão, mas um recurso para revelar a necessidade permanente de renovação do marxismo e das disciplinas históricas.

No caso das vaías brancas e elitistas, a generalização *vaia classista* impede a leitura da composição branca, exclusivamente branca dessa classe. Impede também a compreensão do machismo. A questão, a propósito do machismo, é precisar quem é beneficiado pelas posições assumidas pelas mulheres brancas que vaiaram a Presidenta Dilma. Os homens brancos, que são os sujeitos privilegiados pelo sistema racista e machista, serão majoritariamente os destinatários dos “lucros” em todos os sentidos. A partir daí tem-se a apreensão da dinâmica das relações de classe-raça-e-gênero de modo indissociável. A inseparabilidade não é um dado e/ou recurso teórico, ela é um dado introduzido pelo mundo social, isto é, pela realidade brasileira e notadamente das relações étnico-raciais e de gênero.



**ELITE BRANCA:** Qual a cor da torcida na abertura da Copa?





**CATEGORIAS:** Greve de garis no Rio de Janeiro e protesto de médicos em São Paulo



Feito o preâmbulo delimitador, negritamos que raça e classe, de modo irreduzível, são chaves interpretativas indispensáveis no entendimento do Brasil e das relações raciais. A rigor, são instrumentos indispensáveis para a compreensão da África e da Diáspora, perspectiva que inclui decisivamente o Brasil. Afinal, somos parte nuclear da Diáspora, a Sexta Região da África.

Por sua vez, quando falamos que classe e raça formam uma parêntese irreduzível, estamos qualificando e delimitando a dimensão racial estruturada na classe e a dimensão de classe estruturada na raça, permitindo-lhe, não apenas

**A cor da classe, tendo em vista que a fenotipização não é um fenômeno recente na história da humanidade, deve ser um motor central na condução da história (...) É necessário um diálogo entre marxismo e antirracismo**

o enfoque, mas um registro empírico, de modo a revelar, precisamente, o racismo no país e, ao mesmo tempo, o desmonte de interpretações abstratas e universalizantes, que naturalizam as desigualdades estruturais e culturais fundadas na branquitude e no eurocentrismo, ou seja: na supremacia branca.

A análise do racismo permitiu que, na África e na Diáspora, na prática, isto é, na história, raça e classe se fundissem, confundindo-se. Temos na parêntese África e Diáspora a dinâmica da exploração, do processo colonial, do trabalho escravizado e, sobretudo, de uma história comum alicerçada no racismo e nas lutas para superá-lo pós-trabalho escravizado e pós colonialismo.

No que concerne aos conceitos de classe e raça e relevando a história comum da África e da Diáspora, não há meios, do ponto de vista estrutural e empírico, para tratá-los separadamente. Mas há meios, a história do racismo é testemunha, para tratá-los separadamente nas formulações e nas construções teóricas, políticas, ideológicas e científicas, que lograram alimentar teórica e estruturalmente o racismo antinegro.

O casamento das desigualdades estruturais e das concepções civilizatórias e filosóficas avessas às epistemologias e às cosmogonias negro-africanas, na conjunção de classe e raça, explicam por que a desconexão entre raça e classe é eficaz para fabricar e sustentar o mito de democracia racial em lugar de produzir a explicitação do racismo e a sua superação.

Para corroborar com a reflexão acima, podemos dizer que toda sociedade tem os seus mitos e tabus. Mitos e tabus alusivos às discussões em torno do racismo são fortes na sociedade brasileira e nas ciências sociais. Mas os mitos se multiplicam. Sendo assim, debater o marxismo, a teoria, o método, e deslocá-lo de dogma é um tabu no âmbito das ciências sociais e dos movimentos políticos e sociais.



O tabu atua para fossilizar o sistema racista à brasileira. Igualmente, o tabu, que impede a compreensão do marxismo como teoria e não dogma, permite a cristalização, no âmbito das ciências sociais, no conjunto das disciplinas históricas e nos movimentos sociais e partidários, de posições dogmáticas que não consideram como central a renovação do marxismo em face e/ou para ir ao encontro das especificidades estruturadas pelo sistema racista.

A cor da classe, tendo em vista que a fenotipização não é um fenômeno recente na história da humanidade, deve ser um motor central na condução da história.

O caso de Cuba é bem representativo dessa realidade, pois lá os negros (as) foram marginalizados, entre outros lugares, nos cargos de comando e as manifestações culturais e religiosas negro-cubanas foram ainda perseguidas e desvalorizadas. Os negros e as negras cubanos não foram agentes considerados pela perspectiva classista para fazer progredir a história? Os dados relativos ao lugar ocupado pelos negros (as) e pelas concepções de afogamento das

manifestações culturais e religiosas de matriz negro-africana em Cuba dizem que não. E há uma adequação forçada pelo dogma, que potencializa privilégios escudados no fenótipo, ou seja, na corporeidade e/ou na brancura.

É necessário um diálogo entre marxismo e antirracismo. Mas o diálogo tem de superar as indagações e as simples tarjas contra o racismo. São assimetrias de classe ou racismo? É de classe ou de raça a dimensão principal de explorado a que estão submetidos os milhões de negros (as) na África e na Diáspora? Há os explorados, mas qual a cor dos milhões que são beneficiados? Classe e raça não podem ser reduzidas, elas formam um conjunto indissociável, elas são irreduzíveis. Há ainda toda uma dimensão cosmogônica, filosófica, epistemológica eurocêntrica e branca autorizando a manutenção e a multiplicação desses privilégios raciais, que se materializam, no caso brasileiro, nos dados corpóreos. Os brancos, que encarnam o homem universal, e não são apresentados e identificados como sujeitos étnico-raciais, são os beneficiários do sistema racista à brasileira.

O branco brasileiro não tem identidade racial? Ele tem, mas a branquitude e o branqueamento são perspectivas totalitárias no Brasil, assim ele é apresentado e se apresenta como sujeito universal. Na superação da sociedade de classes e raça, a branquitude, leia-se: o racismo, deve ser objeto de problematização e superação, na medida em que o branco é o sujeito que recebe simbólica e materialmente as vantagens estabelecidas pelo sistema racista.

As formulações tradicionais do marxismo, universalistas, não consideram a raça como determinante principal da exploração do negro. Eis aí o principal entrave. O dogma de que a classe é a principal contradição na história das sociedades deve ser revisto, não é uma desconsideração ao método. Mas sim a necessidade de renovação do marxismo relevando e dando ênfase ao racismo como uma das opressões mais significativas na estruturação das desigualdades na África, na Diáspora e especialmente no Brasil.

■ FAUSTO ANTONIO é professor da UNILAB – BA, escritor e militante negro

## Dados de 2009

Outro dado relevante, que consolida a tendência identificada nos últimos anos, é o aumento proporcional da população negra (preta e parda) no país. **Em 1995, 44,9% dos brasileiros declaravam-se negros e, em 2009, este percentual subiu para 51,1%; enquanto a população de brancos caiu de 54,5% para 48,2% no mesmo período. Em 2009, entre os homens, o percentual de brancos é de 47%, e o de negros, 52%; por sua vez, o percentual entre mulheres brancas e negras é de 49,3% e 49,9%, respectivamente.** Entretanto, evidências mostram que este aumento populacional não ocorre em razão do aumento da taxa de fecundidade da população negra, mas pela mudança na forma como as pessoas se veem, as quais passam a se autodeclarar como pertencentes a tais grupos de cor/raça.

A população feminina representava 51,3% da população brasileira no ano de 2009. Entretanto, esta proporção varia conforme as diferentes faixas de idade. Entre crianças de até seis anos de idade, 48% são do sexo feminino. Já entre

os idosos, as mulheres correspondem a 56% da população, e, em números absolutos, a quantidade de mulheres é 26% maior que a população masculina da mesma faixa etária.

Entre as mulheres, a evolução da proporção do número de idosos na população branca e preta ocorre de forma desigual. Em 1995, mulheres brancas com 60 anos ou mais correspondiam a 10,1% da população feminina branca e, em 2009, esse percentual passou para 14,2%. Já as mulheres pretas com mais de 60 anos representavam 12,0% da população feminina preta em 1995 e, em 2009, passaram a representar 12,9%. Entretanto, é essencial ter em vista que, no período analisado, a população feminina preta teve aumento significativo em todas as faixas etárias de modo que o percentual de mulheres de 60 anos ou mais permanecesse baixo, pois, em termos absolutos, a população feminina preta de 60 anos ou mais aumentou em mais de 90% entre 1995 e 2009.

Fonte: Retrato das desigualdades de gênero e raça, 4ª edição - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Brasília, 2011.p. 17



# Desafios da CUT

■ Jandyra Uehara

Uma análise da situação de **refluxo do movimento sindical** se mostra mais complexa e não pode ser compreendida sem levar em conta as condições objetivas e subjetivas sob as quais se dá a luta do movimento sindical no país

O movimento sindical no Brasil está em crise? Qual é o caráter desta crise? Quais as condições necessárias para a sua superação?

Levantamos aqui algumas questões sobre o movimento sindical, para uma reflexão sobre a crise política e organizativa discutida pelos estudiosos do tema, alardeada de tempos em tempos pela mídia e que ganhou ainda mais repercussão pós-jornadas de junho de 2013, quando pela primeira vez em décadas o movimento sindical não protagonizou ou foi elemento destacado numa grande mobilização social.

Os problemas vivenciados pelo movimento sindical brasileiro no atual período mostram que a relação entre crise/crescimento econômico e fortalecimento/refluxo do movimento sindical não se conformam em esquematismos, são complexas e precisam ser analisadas sob vários aspectos, à luz da luta de classes e da dinâmica de desenvolvimento do capitalismo.

O descenso e o enfraquecimento do movimento sindical nos anos 1990 eram mais facilmente interpretados e claramente relacionados aos ataques aos trabalhadores e a destruição de empregos e direitos engendradas pelo neoliberalismo.

Uma análise da situação de refluxo do movimento sindical se mostra mais complexa e não pode ser compreendida sem levar em conta as condições objetivas e subjetivas sob as quais se dá a luta do movimento sindical no país.

Em 2003, no elucidador artigo “Da promessa integradora à insegurança sócio econômica”, que tratava dos impactos do neoliberalismo na organização sindical, Adalberto Cardoso disse: *“O problema relevante é saber se, passada a tormenta neoliberal (ou seja, retomado o crescimento econômico, reposta a economia nos trilhos da formalidade e da industrialização, renascidos os empregos de que necessitamos para dar comida aos nossos filhos, enfim, se tivermos mesmo uma política de crescimento sustentado não subserviente às finanças internacionais, como*

*continua prometendo o governo Lula), as lideranças sindicais também retomarão seu ânimo reformador pré-1994 ...”*

Pois bem, passados mais de dez anos desta indagação, o cenário econômico em que se move o movimento sindical apresenta uma realidade muito diferente dos anos neoliberais e muito mais favorável à classe trabalhadora. O que poderia levar à apressada conclusão de que a passada a “tormenta” associada ao “ânimo” dirigente, traduzido pela retomada de greves e negociações positivas traria por consequência direta a recuperação da capacidade de intervenção política mais abrangente do movimento sindical, que em consequência estaria expressa no aumento da adesão dos trabalhadores e das trabalhadoras aos sindicatos.

Como podemos verificar nas informações abaixo há uma série de indicadores que corroboram com a constatação de que nos últimos dez anos se construiu uma realidade econômica mais favorável para o conjunto da classe trabalhadora e para a ação do movimento sindical



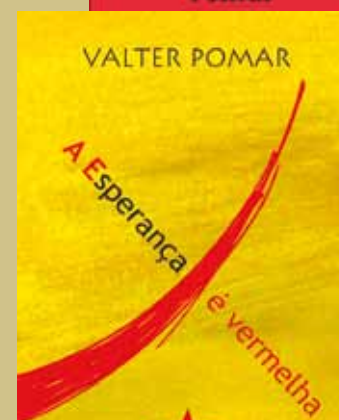
Vejamos:

### 1) Negociações coletivas com índices acima do INPC (setor privado e estatais)

Dados preliminares do Dieese apontam a continuidade da tendência e resultados positivos nas 106 convenções coletivas estudadas de janeiro a maio de 2014. Até o momento, 97,3% das negociações garantiram ganho real de salários e apenas 0,9% não recuperaram a inflação acumulada. No caso das entidades cutistas analisadas neste universo o índice é de 100% de ganho real.

| Ano  | Números absolutos | percentual |
|------|-------------------|------------|
| 2003 | 103               | 18,8%      |
| 2004 | 361               | 54,9%      |
| 2005 | 459               | 71,7%      |
| 2006 | 562               | 85,7%      |
| 2007 | 627               | 87,7%      |
| 2008 | 671               | 78,7%      |
| 2009 | 671               | 79,9%      |
| 2010 | 671               | 88,8%      |
| 2011 | 671               | 87,5%      |
| 2012 | 671               | 95,1%      |
| 2013 | 671               | 86,9%      |

Fonte: Dieese



A compra destes livros pode ser feita na [www.pagina13.org.br](http://www.pagina13.org.br)

Intensificação das greves

2) Criação de 20 milhões de empregos e redução do desemprego de 12,3% em 2003 para 5,5% em 2012.

3) Reflexos da política de valorização do salário mínimo.

Nos últimos anos os pisos salariais tiveram maior elevação em relação aos demais salários, resultante tanto da intensa mobilização das diferentes categorias em torno da sua valorização quanto da política de valorização do salário mínimo, cujo reajuste real foi de 70,5% na última década.

**4) Intensificação das greves**

Em 2012, o Brasil teve o maior número de greves dos últimos dezesseis anos, coincidindo com o maior número de negociações coletivas com índices acima do INPC dos últimos anos, sendo que a maioria delas aconteceu no setor privado. Metalúrgicos e professores das redes municipais destacaram-se em número de greves, os primeiros notadamente por aumentos na Participação nos Lucros e Resultados (PLR), e os segundos pela aplicação da Lei do Piso.

Vistas de conjunto, a maioria das greves do período são ofensivas, reivindicando ganho real de salários, maior participação na PLR e ampliação de benefícios. Nos anos 1990, além de drástica redução no número de greves, estas tinham caráter defensivo, por pagamento de salários atrasados e direitos atacados. No entanto, convém destacar que o caráter ofensivo das greves não é o mesmo em todos os setores, sendo mais frequente na indústria.

Neste cenário aparentemente favorável para adesão de trabalhadores e trabalhadoras aos sindicatos, em que a “tormenta neoliberal” dos anos 90 passou, os níveis de sindicalização permaneceram estáveis.

De acordo com estudos da Fundação Perseu Abramo, a cada grupo de 10

| Ano  | Greves | Setor Público | Setor Privado | Setor Público e Privado <sup>(1)</sup> | Horas Paradas |
|------|--------|---------------|---------------|--|---------------|
| 2003 | 340    |               |               |  | 15.805        |
| 2004 | 302    | 61,3%         | 37,7%         | 1%                                     | 23.851        |
| 2005 | 299    | 54,2%         | 45,2%         | 0,7%                                   | 19.738        |
| 2006 | 320    | 51,6%         | 47,2%         | 1,3%                                   | 24.703        |
| 2007 | 316    | 50,9%         | 47,2%         | 1,9%                                   | 30.632        |
| 2008 | 411    | 44,8%         | 54,5%         | 0,7%                                   | 24.681        |
| 2009 | 518    | 48,5%         | 51,4%         | 0,2%                                   | 34.730        |
| 2010 | 446    | 60,3%         | 39,5%         | 0,2%                                   | 44.910        |
| 2011 | 554    | 58,7%         | 41%           | 0,4%                                   | 63.332        |
| 2012 | 873    | 31,2%         | 68,6%         | 0,2%                                   | 86.858        |

Fonte Dieese

(1) - Greves de bancários em nível nacional que envolveram bancos públicos e privados

(2) Por conta de arredondamentos os percentuais podem não somar 100

novos trabalhadores ocupados no país entre 2005 e 2011, somente dois se sindicalizaram, fazendo com que a taxa de sindicalização crescesse apenas de 16,4% para 17% neste período.

Por outro lado o pequeno crescimento verificado na taxa de sindicalização foi acompanhado de uma movimentação importante na composição e características dos/as trabalhadores/as sindicalizados, espelhando mudanças no interior da classe trabalhadora, com o crescimento de postos de trabalho precarizados e de baixa remuneração nos setores de comércio e serviços.

Houve aumento na sindicalização rural e crescimento entre as mulheres perfazendo um aumento de 9,5%. Entre os jovens até 29 anos permanecem baixos níveis de sindicalização, em torno de 11,5% do total de trabalhadores nesta faixa etária, que via de regra ocupam postos de trabalho precários.

Em relação à indústria, a taxa de sindicalização diminuiu de 30,2% para 28,6% entre 2001 e 2011, sendo que o número de empregados no setor passou no mesmo período de 6,12 milhões para

8,25 milhões, em termos percentuais 34,8% de crescimento.

No setor público a taxa de sindicalização dos/as trabalhadores/as, também sofreu uma queda nos últimos anos, sendo que os dados de 2011 apontam um índice de 27,8% contra 30,6% em 2004.

Ou seja, os aspectos mais visíveis e positivos da ordem econômica – emprego, crescimento, aumentos reais de salários, maior distribuição de renda, política de valorização do salário mínimo, aumento da classe trabalhadora ou a emergência de uma nova classe trabalhadora – não refletiram significativamente para o fortalecimento e crescimento do movimento sindical.

A tormenta neoliberal deixou rastros e marcas que permanecem intocadas no modelo de crescimento e desenvolvimento econômico adotado na última década. Se por um lado aumentou sobremaneira o trabalho formal, o aumento dos rendimentos dos assalariados, a quantidade de postos de trabalho, por outro se manteve intacta a morfologia das relações de trabalho e da reestruturação produtiva que sustentaram a implantação do neoliberalismo no Brasil.



Em recente publicação do IPEA, André Gambier Campos indaga sobre “o que poderia estar por trás desse descompasso entre a dinâmica laboral e a sindical dos anos 2000?” Para Campos, a economia brasileira avançou com base no mesmo modelo de terceirização dos processos produtivos, de realocização territorial, de implantação de novos processos de organização do trabalho e ampliação do controle patronal sobre as atividades produtivas das empresas.

Nesta perspectiva, que nos parece certa, os problemas de fundo que determinaram o refluxo do movimento sindical nos anos 90, permanecem afetando o fortalecimento do movimento sindical, mesmo num cenário macroeconômico bastante diverso.

Neste sentido, a luta do movimento sindical e em especial da CUT, contra o PL 4330 e a proposta patronal de regulamentação da terceirização constituíram uma importante trincheira de resistência ao aprofundamento da estrutura de organização do trabalho calcado no modelo neoliberal.

Outro aspecto que impacta diretamente as organizações dos/as trabalhadores/as é o enorme índice de rotatividade, pois mesmo com o baixo nível de desemprego os patamares cresceram nos últimos anos.

De acordo com o Dieese “Em relação à rotatividade, observou-se que é significa-

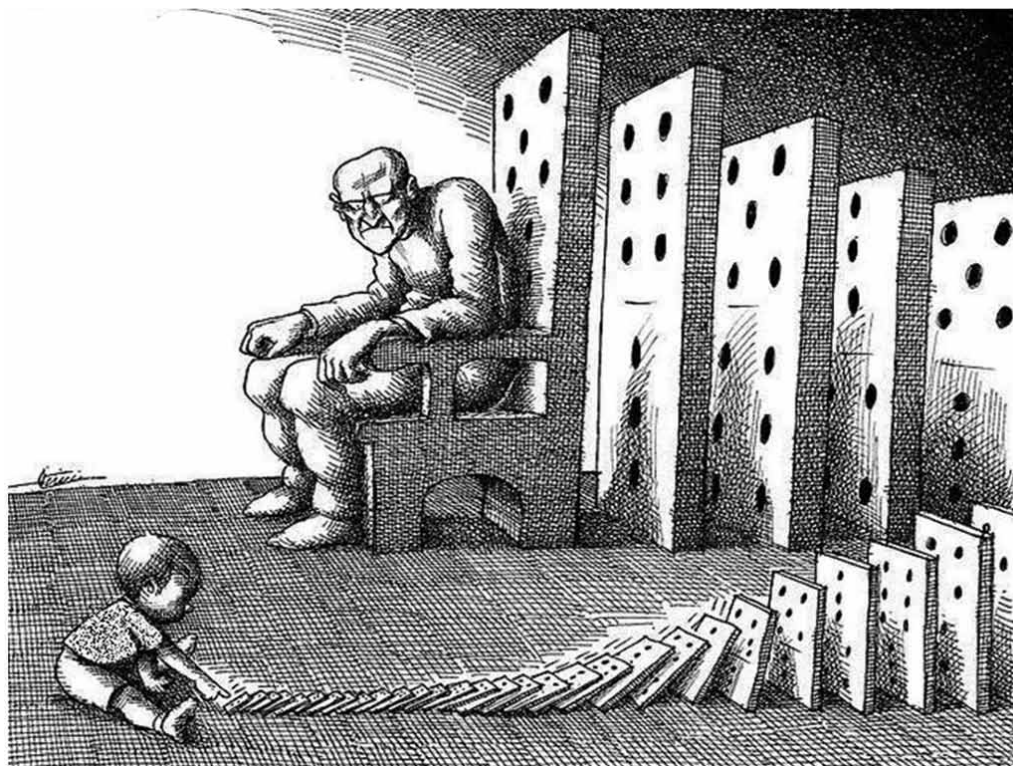
tivamente crescente no que tange ao total dos desligamentos celetistas, aumentando de 52% em 2003, para 64% em 2012. Cabe ressaltar entretanto que a rotatividade não é homogênea quando se consideram os setores de agricultura (65,9%), comércio (41,4%), administração pública (40,7%), serviços (38,9%), indústria de transformação (35,5%), indústria extrativa mineral (19,5%) e o setor de serviços de utilidade pública (19,4%)”.

A alta rotatividade é outra marca perversa do modelo de desenvolvimento conservador historicamente implementado no país e agravado pelas políticas neoliberais. Um modelo de desenvolvimento de caráter democrático e popular deve ancorar-se na ratificação da Convenção 158 da OIT, um dos mais importantes instrumentos jurídicos para iniciar o combate à rotatividade e consequentemente à insegurança dos trabalhadores no mercado de trabalho. A Convenção 158 não prevê estabilidade no emprego, mas a obrigatoriedade de motivar a dispensa.

A história da não aplicação da Convenção 158 no Brasil é exemplar da força dos interesses do empresariado na manutenção do modelo de exploração máxima da classe trabalhadora. A Convenção 158 foi ratificada pelo Brasil, após aprovação pelo Congresso Nacional em 1996; em abril do mesmo ano foi publicado o decreto ratificador; em dezembro, o então presidente Fernando Henrique Cardoso denunciou a Convenção, cessando a sua vigência.

Em 1997 a CUT ingressou com uma ação direta de Inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal, já que o entendimento da maioria da jurisprudência do STF é de que estes tratados internacionais são normas supralegais e não podem ser revogadas por deliberação exclusiva do Presidente da República, sem autorização parlamentar. Passados 17 anos, até hoje o STF não concluiu o seu julgamento, bem como os governos democráticos do último período não chamaram para si esta questão. ➔

**Além das hipóteses relacionadas à permanência de uma herança neoliberal estrutural que precisa ser desmontada, é preciso olhar para a recomposição da classe trabalhadora, bem como para a fortíssima influência da ideologia neoliberal**



⇒ Além das hipóteses relacionadas à permanência de uma herança neoliberal estrutural que precisa ser desmontada, é preciso olhar para a recomposição da classe trabalhadora, bem como para a fortíssima influência da ideologia neoliberal, do individualismo em contraposição ao arrefecimento do ideário socialista no movimento sindical, social e partidário. É preciso levar em conta o funcionamento e organização do movimento sindical e seus sinais crescentes de burocratização, despoltização, seguidos de partidarização e fragmentação.

Uma outra hipótese apontada por muitos como provável causa da falta de avanços significativos no movimento sindical classista diz respeito ao processo de conformismo/cooptação/adaptação à estrutura sindical corporativa, em especial da CUT, central sindical de maior influência na classe trabalhadora e que nasceu contestando a regulação sindical existente no Brasil.

Muito embora algumas análises nesta perspectiva sirvam mais a disputas políticas de variados tipos, que buscam justificar rupturas no movimento sindical, privilegiando o acelerado processo de fragmentação da classe trabalhadora, em geral muita ênfase se dá à relação da CUT com os governos petistas que dirigiram o país nos últimos dez anos e um suposto processo irreversível de atrelamento institucional, em especial na relação com o governo Lula, quando da chegada ao governo federal de um grupo político que historicamente esteve ligado à CUT.

No entanto, a CUT não é correia de transmissão dos interesses do Planalto, até porque, mesmo que fosse esta a opção da maioria dos seus dirigentes, isto não seria possível diante das contradições e conflitos de interesses entre as reivindicações da base social que representa e a dificuldade do Governo em atendê-las sem reformas estruturais que rompam com as matrizes do neoliberalismo e do desenvolvimentismo conservador.

Por esta razão, apesar da situação paradoxal do movimento sindical no Brasil, a CUT segue como referência política e organizativa para milhões de trabalhadores na base, sendo a principal protagonista das maiores movimentações, lutas e greves acontecidas na última década.

Nos anos 1980 o movimento sindical classista e combativo cresceu e avançou mesmo sob o corporativismo, em condições políticas muito particulares em que o chamado novo sindicalismo protagonizou o processo de retomada das lutas sociais e redemocratização do país. Podemos admitir que naquele período, por força da imensa legitimidade política conquistada pelo movimento, o aparato sindical corporativo não foi o principal entrave para o crescimento e o fortalecimento do movimento sindical naquela década.

Nos anos da devastação neoliberal, os entraves da estrutura corporativa não seriam prioridade num contexto de avassalador refluxo e enfraquecimento do movimento. Nos últimos dez anos, nas discussões em torno da estrutura sindical, foram propostas mudanças que não alteravam os eixos do sistema corporativo – vide a Reforma Sindical debatida no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), instância criada em 2003 e cuja função era “coordenar a negociação entre os representantes dos trabalhadores, empregadores e governo federal sobre a reforma sindical e trabalhista no Brasil”.

Em 2008, malgrado a polêmica proposta de reforma sindical, as Centrais foram reconhecidas a partir de determinados critérios de representatividade e passaram a receber parcela do imposto sindical. Ou seja, o reconhecimento das Centrais veio acompanhado do atrelamento ao Estado via o recebimento de parcela da contribuição sindical compulsória.

Passados seis anos, é preciso avaliar o resultado concreto deste reconhecimento do ponto de vista político e organizativo da classe trabalhadora. Qual o balanço dos processos de negociação

modulados pela legislação que reconheceu as centrais? Qual o reflexo do financiamento das centrais para o aprofundamento do processo de fragmentação da classe trabalhadora?

Na atual conjuntura é possível para a CUT continuar a crescer e se fortalecer, cumprir o seu papel na defesa dos interesses históricos e imediatos da classe trabalhadora sem se libertar da estrutura sindical corporativa?

O gargalo do atual sistema político só será superado pela Reforma Política através da Constituinte exclusiva, fundamental na atual conjuntura para a democratização do país e a alteração da correlação de forças a favor da classe trabalhadora. Ao que parece estamos bem perto do esgotamento das possibilidades de avanços sob a estrutura corporativa, que frente às mudanças no mundo do trabalho e na classe trabalhadora constitui entrave incontornável para o movimento sindical socialista classista, democrático, de luta, de massas, profundamente engajado no processo de transformação da sociedade brasileira.

Deste modo, é nossa tarefa aprofundar e acirrar a luta pela Pauta da Classe Trabalhadora, que inclui reivindicações fundamentais como a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e o fim do famigerado fator previdenciário, associada à luta pela Reforma Política e reformas estruturais que podem acabar com as marcas aparentemente indelévels da tormenta neoliberal. E tão importante quanto, e não somente na retórica, é o resgate dos princípios fundadores da CUT em relação à liberdade e autonomia sindical, com vistas à construção de uma estratégia para a superação do sistema corporativo.

**JANDYRA UEHARA** é da executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores e integra o Diretório Nacional do PT



# Cartografia das centrais sindicais brasileiras

■ *Leandro Eliel*

**E**ste texto, assim como aquele sobre a Cartografia da Esquerda no Brasil - publicado na primeira edição desta revista-, busca apresentar de maneira sintética as principais Centrais Sindicais existentes hoje, no Brasil. Esperamos que erros de informação e divergências nos sejam comunicados, para que possamos fazer as devidas correções e/ou registros na próxima edição desta revista.

## Antecedentes

Em 1906, sob hegemonia dos sindicalistas revolucionários (uma das tendências, a dos anarquistas), é fundada a Confederação Operária Brasileira (COB). Em 1912, houve uma tentativa de organização sindical “oficial”, “pelega”, com a convocação do denominado Congresso Amarelo, que elegeu o deputado Hermes da Fonseca como presidente da fundada Confederação Brasileira dos Trabalhadores (CBT).

Em 1913, os setores combativos reorganizam a COB. Até a década de 1920, os sindicalistas revolucionários foram a principal organização dirigente do movimento operário, conduzindo a greve geral de 1917, a tentativa de insurreição de 1919 e nova reorganização da COB em 1920.

Em 1922, é fundado o Partido Comunista do Brasil (PCB), que atua na reorganização do movimento operário e cria, em 1929, a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).



A dinâmica de industrialização e urbanização, desencadeada a partir da década de 1930, cria uma classe trabalhadora assalariada mais numerosa, disputada principalmente pelos comunistas e pelo Estado Novo, combinando repressão, legislação social e cooptação. É o caso da Lei de Sindicalização de 1934, que atrelou a organização sindical brasileira ao Estado.

No período entre o fim do Estado Novo e o golpe militar de 1964, destacam-se as experiências do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), do Pacto de Unidade e Intersindical (PUI), do Pacto de Unidade e Ação (PUA) constituído na greve de 1953, e a Confederação Geral dos Trabalhadores fundada em 1962.

O golpe militar de 1964 reprime brutalmente o movimento operário e impõe direções sindicais pelegas e oficiais. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento capitalista provoca mudanças no tamanho e na composição da classe trabalhadora assalariada brasileira.

No final dos anos 1970, esta classe trabalhadora assume a vanguarda da luta contra a ditadura, com destaque para as grandes greves ocorridas entre 1977 e o início dos anos 1980.

Neste contexto é convocada, em 1981, a 1ª Conferência da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Nela formam-se dois blocos: de um lado estavam os chamados combativos, o “novo sindicalismo” crítico da estrutura sindical, majoritariamente petista. De outro lado estavam os moderados, incluindo os pelegos, o “velho sindicalismo”, o MR8, o PCB e o PCdoB, que defendiam a estrutura sindical oficial e se submetiam à hegemonia da oposição liberal na luta contra a ditadura.

Em 1983, os setores combativos fundam a CUT. Em 1986, os setores moderados fundam a Confederação Geral dos Trabalhadores.



1ª Conferência da Classe Trabalhadora, agosto de 1981

**Número e percentual de sindicatos de trabalhadores e de trabalhadores filiados a estes sindicatos, por Central Sindical Brasil, 2014**

| Centrais Sindicais  | Sindicatos    |               | Trabalhadores Filiados |               |
|---|---------------|---------------|------------------------|---------------|
|   | nº            | %             | nº                     | %             |
| CBDT - Central Brasileira Democrática dos Trabalhadores           | 100           | 0,97%         | 27.922                 | 0,35%         |
| CENASP - Central Nacional Sindical dos Profissionais em Geral     | 1             | 0,01%         | 0                      | 0,00%         |
| Central Unificada dos Profissionais Servidores Públicos do Brasil | 3             | 0,03%         | 884                    | 0,01%         |
| CGTB - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil                  | 279           | 2,72%         | 238.130                | 2,97%         |
| CONLUTAS  | 88            | 0,86%         | 174.374                | 2,17%         |
| CSB - Central dos Sindicatos Brasileiros                          | 411           | 4,00%         | 377.187                | 4,70%         |
| <b>CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil</b>  | <b>644</b>    | <b>6,27%</b>  | <b>738.397</b>         | <b>9,20%</b>  |
| <b>CUT - Central Única dos Trabalhadores</b>                      | <b>2.206</b>  | <b>21,49%</b> | <b>2.761.159</b>       | <b>34,39%</b> |
| <b>FS - Força Sindical</b>  | <b>1.648</b>  | <b>16,05%</b> | <b>1.030.051</b>       | <b>12,83%</b> |
| <b>NCST - Nova Central Sindical de Trabalhadores</b>              | <b>1.060</b>  | <b>10,32%</b> | <b>650.264</b>         | <b>8,10%</b>  |
| <b>UGT - União Geral dos Trabalhadores</b>                        | <b>1.093</b>  | <b>10,65%</b> | <b>958.332</b>         | <b>11,94%</b> |
| UST - União Sindical dos Trabalhadores                            | 6             | 0,06%         | 770                    | 0,01%         |
| Sem declaração de filiação/Centrais não cadastradas               | 2.728         | 26,57%        | 1.071.825              | 13,35%        |
| <b>TOTAL</b>  | <b>10.267</b> | <b>100%</b>   | <b>8.029.295</b>       | <b>100%</b>   |

Fonte: MTE





A CUT teve muita importância na luta contra a ditadura. Nos anos 1980, teve grande importância a greve geral como forma de luta. Em relação a organização sindical, a CUT nasce defendendo a convenção 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), a combinação entre luta econômica e política, um sindicalismo de base e democrático.

Os congressos da CUT (Concut's) foram palco de grandes debates e enfrentamentos entre os mais variados setores da esquerda brasileira (ver Cartografia da esquerda no Brasil, na revista *Esquerda Petista* 1).

Parte da disputa existente na CUT dizia respeito diretamente à orientação política, outra parte dizia respeito a organização. Similar ao que ocorreu no PT, a tendência majoritária promoveu ao longo dos anos várias alterações no funcionamento da Central, entre as quais destacam-se a mudança na composição dos congressos da Central, reduzindo o número total de delegados/as, especialmente de quem era eleito diretamente na base, nas assembleias, por setores que estavam fora da estrutura sindical do Estado, pelos trabalhadores informais, pelos rurais e pelas oposições sindicais.

Como efeito disto, no 4º CONCUR os delegados/as de base representavam 17% do total de delegados, número consideravelmente inferior aos cerca de 70% presentes aos 1º e 2º CONCUR's.

Resumidamente, houve ao longo do tempo um fortalecimento da representação das estruturais oficiais do sindicalismo, exatamente aquele que o sindicalismo combativo criticava. Mas o dano maior viria quando estas mudanças organizativas coincidiram com o refluxo das lutas sindicais, causado pela ofensiva neoliberal.

Quanto a composição política da Central, há três momentos principais.

O primeiro deles pode ser exemplificado pelo que ocorreu em 1986, no III CONCUR, quando conformaram-se três chapas: a ARTSIND, tendência interna e majoritária (chapa 1); a CUT PELA BASE, o PCO e outras tendências (chapa 2); e a Convergência Socialista (chapa 3). Notem que esta tripartição corresponde, em traços muito gerais, às divisões que vão ocorrer na CUT vinte anos depois.

O segundo momento, já nos anos 1990, é marcado pelo ingresso na CUT de sindicalistas vinculados ao PCB e ao PCdoB. Estes dois partidos tinham em comum a defesa da chamada “unidade sindical” e, durante os anos 1980, uma atitude subalterna frente à oposição liberal. Embora seu ingresso na CUT constituísse uma autocrítica prática daquelas posturas, é claro que também carregavam uma visão distinta daquela que deu origem a CUT.

Um terceiro momento ocorrerá mais recentemente, quando parte dos setores citados rompem com a CUT e decidem constituir suas próprias centrais sindicais. É o caso do PSTU, do PCdoB e de parte da CUT pela Base.

Embora houvesse divergências políticas profundas no interior da CUT, elas se acentuam principalmente nos anos 1990, de maneira similar ao que ocorreu no interior do PT. Um exemplo disto: por decisão da Articulação Sindical, a CUT inicialmente não adotou a palavra de ordem “Fora Collor”.

Frente a crise do socialismo, a ofensiva neoliberal, aos governos Collor e especialmente FHC, a maioria da CUT e grandes sindicatos dirigidos pela ARTSIND (Metalúrgicos do ABC e Bancários de SP, por exemplo), chegaram a apoiar iniciativas como a participação no “entendimento nacional” proposto pelo Governo Collor, as Câmaras Setoriais, projetos de formação profissional e de cooperativismo/empreendedorismo com recursos do Fundo de Amparo

ao Trabalhador (FAT), a defesa de um “sindicalismo cidadão”, que de conjunto respondiam a perspectiva de ação conjunta entre trabalhadores, patrões e governos para a resolução das mazelas sociais, na contramão da visão original da CUT.

Com o início do governo Lula, em 2003, a cúpula da Central adotou inicialmente uma postura passiva, por exemplo, no caso da reforma da previdência. Este foi o pretexto para que algumas tendências rompessem com a CUT, argumentando que ela havia se convertido numa central governista e pelega. Este é o caso da Convergência/PSTU, de setores da antiga CUT PELA BASE, do PCB, de setores que formariam o PSOL e as duas Intersindicais.

Simultaneamente, outros setores, como a Corrente Sindical Classista animada pelo PCdoB, rompem com a Central principalmente para ter acesso e controle direto dos recursos financeiros a que as centrais sindicais passaram a ter direito, graças a políticas propostas pelo governo Lula.

A partir de então, a CUT voltou a ser o que era no início: apesar da presença de setores de outros partidos, inclusive do PCO, uma Central onde o petismo é amplamente majoritário. Mas agora um petismo sem aqueles setores que saíram do PT, rumo à “oposição de esquerda”. Neste contexto, era de se esperar que a ARTSIND, agora mais hegemônica e majoritária que antes, aprofundasse o processo de institucionalização e burocratização da CUT, comprometendo irremediavelmente sua independência e seu caráter classista.

Mas não foi isto que ocorreu, principalmente porque a burguesia brasileira não está disposta a oferecer um “contrato” que seja “aceitável” pelos setores moderados do sindicalismo cutista. A burguesia não suporta níveis crescentes de democratização, de aumentos salariais e baixos níveis de desemprego, entre outros fatores.



### A tendência petista **Articulação de Esquerda** (AE) surgiu em 1993.

Somente em março de 1997 rompe oficialmente com a ARTSIND e constrói uma atuação própria, enquanto tendência petista que atua no movimento sindical

Também por isto, diferente do que prega a extrema esquerda, o ambiente de luta durante o Governo Lula e Dilma vem se mostrando mais favorável para as conquistas e as lutas da classe trabalhadora, ainda que extremamente limitadas, do que o ambiente vivido no período anterior de consecutivas derrotas (governos Collor, Itamar, FHC). Nesse sentido, mesmo muito mais moderada do que foi na origem, a burguesia não hesita em tratar a CUT como inimiga de classe. Motivo pelo qual se justifica estar na CUT e, mais ainda, motivo pelo qual se justifica a luta por resgatá-la como instrumento de luta.

Pelas razões citadas antes, há muitas tendências atuando na CUT. A lista a seguir prioriza aquelas com representação na executiva nacional da Central e existência consolidada.

**Articulação Sindical (ARTSIND):** oriunda do “novo sindicalismo”, constituiu-se oficialmente em 1986, tendo

como fundadores muitos dos signatários do “Manifesto dos 113”, corrente interna do PT. “No movimento sindical cutista, esses mesmos sindicalistas e outros, independentes, entendiam que era necessário unir aqueles que se identificavam com a concepção sindical de construção e fortalecimento da CUT como central sindical que mobiliza, organiza e dirige as lutas dos trabalhadores, e não apenas enquanto ‘movimento’. (...) Desde então, a ArtSind cresceu, se estruturou e vem, ao longo desses anos, consolidando uma central sindical pluralista, com concepção e prática classistas, democráticas, e a partir do 4º Concut, em 1991, vem consolidando uma CUT Cidadã.” (<http://artdo-saber.org.br/artsind.html>). A ARTSIND é a corrente majoritária da CUT. Outros setores moderados petistas também tem referência nessa corrente sindical, como Novo Rumo (NR), Partido de Luta e Massas (PTLM) e Movimento PT (MPT).

**Corrente Sindical Democrática (CSD):** “Nasce em 2002 para contribuir com o esforço coletivo de tornar o sindicalismo cutista uma ferramenta mais eficaz na nova fase da luta de classes. A tarefa é ainda mais urgente porque a disputa de rumos no país está, novamente, na ordem do dia. As forças democrático-

-populares têm chances reais de conquistar o governo central do Brasil e abrir caminhos para a disputa pelo poder.” ([www.csd.org.br](http://www.csd.org.br)). No PT, a CSD tem como referência a chamada Mensagem ao Partido, mais precisamente a tendência Democracia Socialista. Hoje aliada da ARTSIND, historicamente a CSD tem raízes na antiga CUT PELA BASE, que disputou com ARTSIND entre 1986 e 1992. Naquele ano, com o fim da CUT PELA BASE, surge a partir dela uma nova corrente sindical, a Alternativa Sindical Socialista (ASS). A ASS reunia sindicalistas vinculados a várias tendências da esquerda petista, como a Democracia Socialista, a Força Socialista e o Fórum Socialista. Entre 2003 e 2005, algumas destas tendências e de seus militantes saem do PT e a ASS majoritariamente rompe com a CUT.

**Articulação de Esquerda (AE):** A tendência petista Articulação de Esquerda (AE) surgiu em 1993. Somente em março de 1997 rompe oficialmente com a ARTSIND e constrói uma atuação própria, enquanto tendência petista que atua no movimento sindical. Defende a disputa dos rumos da Central Única dos Trabalhadores, tendo como perspectiva conquistar uma hegemonia em seu in-





terior para posições socialistas, defendendo uma CUT classista, democrática, de luta, de massas, pela base e engajada no processo de transformação da sociedade brasileira em direção ao socialismo. (<http://www.pagina13.org.br/frentes/sindical/>)

**CUT Independente e de Luta:** expressão sindical da tendência petista O Trabalho (OT), por sua vez oriunda da Organização Socialista Internacionalista (OSI), que editava o jornal O Trabalho, em 1978. Trotskista, atua “pela reconstrução da 4ª Internacional (reproclamada em 1993)”, “na luta por partidos operários independentes” e “ajuda à centralização da luta internacional” contra o imperialismo. Deu origem ao Acordo Internacional dos Trabalhadores (1991). “Nosso combate no PT, nos sindicatos, na CUT e nos movimentos populares é a defesa da unidade dos trabalhadores”, no terreno da “independência de classe”, “contra o imperialismo.” ([www.otrabalho.org.br](http://www.otrabalho.org.br)).

**Esquerda Popular e Socialista (EPS):** Surgiu em 2011, agregando militantes da Tendência Marxista com militantes que romperam com a AE. (<http://esquerdapopularsocialista.com.br>).

Também tem importante representação na CUT e na direção nacional, embora sem assento na executiva, a **CUT pode mais** (originada de uma cisão na CSD). Este é o caso, também, da **Corrente Sindical Esquerda Marxista (EM)**, surgida em 2006, após rompimento com a corrente OT. Define-se como trotskista, organizadora da Corrente Marxista Internacional (CMI). Para a EM, “a CUT tem inscrita em seus estatutos a luta por uma sociedade socialista. Para tal, é necessário que lutemos por um governo dos trabalhadores, sem patrões. Por isso, a primeira e principal medida que a CUT deve aprovar [...] é a exigência de que o PT rompa com a “base aliada” [...] e constitua um governo do PT, baseado nas organizações populares. [...] A CUT necessita rever a sua política de “acordos” com patronais, de mesas tripartites e outras”. ([www.marxismo.org.br](http://www.marxismo.org.br)).

Neste momento não tem representação na direção da central organizações como o Movimento Luta de Classes (MLC), ligado ao Partido Comunista Revolucionário, que recentemente deliberou atuar na CUT.

**É o caso, ainda, do Partido da Causa Operária (PCO)**, partido trotskista que participou da fundação da CUT e tem presença reduzida no movimento sindical. Para eles “a CUT é, entre as quase 18 siglas que querem representar uma central sindical, a única organização sindical real. É um resultado da mais poderosa mobilização operária jamais ocorrida no Brasil e que conseguiu transformar-se em organização das massas operárias em escala nacional.” E suas críticas não poupam nem mesmo os setores da extrema esquerda: “após 1988, as diferentes facções da burocracia no interior da CUT (da ala majoritária do PT ao PSTU, PSol e outras correntes pequeno-burguesas) criaram um condomínio sobre a base da exclusão e destruição das oposições sindicais e da oposição classista e revolucionária.” ([www.pco.org.br](http://www.pco.org.br)).



**FORÇA SINDICAL (FS)**

Fundada em 1991 com forte apoio governamental (Collor), foi construída para combater a CUT e defende um “sindicalismo de resultados”. Atua na defesa de interesses parciais e corporativos dos trabalhadores, sem nenhuma perspectiva de enfrentamento à ordem e aos patrões que ameace o sistema capitalista. Defende a atual estrutura sindical.



**UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES (UGT)**

A UGT, fundada em 2007, possui posições semelhantes à Força Sindical, de onde originou-se. A UGT “combina organicamente a grandeza dos

objetivos com o realismo das possibilidades; articula o presente com vista ao futuro melhor e deposita sua confiança na ação de mulheres e homens, de jovens e idosos, das forças da democracia e do progresso, para descortinar as amplas possibilidades da Nação”, defendendo “sindicalismo ético, cidadão e inovador”. ([www.ugt.org.br](http://www.ugt.org.br)).



**CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL (CTB)**

A CTB foi fundada em 2007, fruto do rompimento com a CUT. Defende uma perspectiva classista, de solidariedade internacional, a unicidade sindical (contra o pluralismo sindical) e uma perspectiva socialista. “Nasceu para resistir a esta ofensiva reacionária, disfarçada de ‘pós-moderna’ e ‘pós-industrial’; para defender os direitos sociais e a democracia, em aliança com todas as forças progressistas da nossa sociedade; para levantar a bandeira da valorização do trabalho e do socialismo do século XXI. Nasceu como uma central sindical classista, unitária, democrática, plural, de luta e de massas”. O PCdoB e o PSB são as principais organizações que atuam na CTB. ([www.portalctb.org.br](http://www.portalctb.org.br)).



**NOVA CENTRAL SINDICAL DE TRABALHADORES (NCST)**

A NCST, fundada em 2005, também com perfil conservador, defende “a luta pela construção de uma sociedade livre, justa e solidária, neste País, em demanda do pleno emprego, de uma economia social baseada na cooperação, para que todo trabalhador possa exercer a sua efetiva cidadania, por meio de uma ocupação honesta e decente”. Defende a atual estrutura sindical. ([www.ncst.org.br](http://www.ncst.org.br)).

Além dessas, as centrais registradas no MTE (ver tabela) são: Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), CONLUTAS, CBDT (Central Brasileira Democrática dos Trabalhadores), UST (União Sindical dos Trabalhadores), CUPSPB (Central Unificada dos Profissionais Servidores Públicos do Brasil) e Cenasp (Central Nacional Sindical dos Profissionais em Geral). A seguir damos detalhes de algumas delas, bem como de centrais que não tem registro junto ao Ministério, mas por razões políticas ou históricas consideramos necessário mencionar.



### CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES DO BRASIL (CGTB)

Fundada em 1986, originalmente como CGT, aglutinou os setores pelegos do “velho sindicalismo”, o MR8 (atual PPL), PCB e PCdoB. Em 1991, os comunistas rompem com a CGTB e aderem à CUT. Atualmente é dirigida por setores conservadores e pelo PPL, mantendo a defesa da estrutura sindical getulista.



### CENTRAL SINDICAL E POPULAR (CSP/CONLUTAS)

A CSP/Conlutas, fundada em 2010, propõe-se a construir uma central não apenas sindical, mas também popular, aglutinando a classe operária e movimentos populares da cidade e do campo. “A CSP-Conlutas pauta a sua atuação pela defesa das reivindicações imediatas e interesses históricos da classe trabalhadora, tendo como meta o fim de toda forma de exploração e opressão. Nossa luta tem a perspectiva de alcançar as condições e construir uma sociedade socialista, governada pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras.” Após uma tentativa frustrada de fusão com a Inter-

sindical, a CSP/Conlutas é impulsionada majoritariamente pelo PSTU, pelo MTST e por algumas correntes do PSOL. ([www.cspconlutas.org.br](http://www.cspconlutas.org.br)).



### INTERSINDICAL – CENTRAL DA CLASSE TRABALHADORA

Em 2010, após o racha interno sobre a construção de nova central sindical, os setores ligados ao PSOL, iniciaram um processo de debate com a Conlutas sobre a construção de uma nova central sindical. Foram até o congresso de fundação e, diante da maioria de delegados/as da Conlutas e das divergências sobre a composição, recuaram e abandonaram o Congresso. Em 2014, a INTERSINDICAL Central da Classe Trabalhadora é fundada, “questionando a estrutura sindical e defendendo a liberdade e autonomia”. ([www.intersindical.inf.br](http://www.intersindical.inf.br)). Esta intersindical é impulsionada majoritariamente pelos setores moderados do PSOL.



### INTERSINDICAL – INSTRUMENTO DE LUTA E ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Fundada em 2006. Após o 9º CON-CUT, a ASS, entre outras organizações, rompe com a CUT, propondo-se a organizar um processo de resistência com sindicatos cutistas e não-cutistas em que “a construção da Intersindical tem como objetivo organizar e mobilizar os (as) trabalhadores (as) do campo e da cidade para o enfrentamento de classe. E que, para isso, retome junto com as ações conjuntas, a preocupação militante com a formação e a organização no local de trabalho; que dialogue e atue com os movimentos sociais; que possa na diversidade construir a unidade daqueles que não se renderam à

conciliação de classes e que reafirmam a necessidade de construir um sindicalismo autônomo e independente dos patrões, dos governos e dos partidos e que faça de suas ações cotidianas a busca por uma sociedade socialista.” ([www.intersindical.org.br](http://www.intersindical.org.br)). Em 2010, as correntes do PSOL que atuavam nesta organização defenderam a fusão com a Conlutas, provocando um racha interno e a disputa pela sigla Intersindical. Atualmente, a principal corrente que impulsiona esta Intersindical é a ASS. O PCB/Unidade Classista, que participava, não atua mais, mantendo relações com as duas Intersindicais.



### CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA – COB/AIT

A COB-AIT reivindica as tradições do movimento operário anarquista e da fundação da COB de 1906, sendo reorganizada no final dos anos 80 e início dos 90. Defende a ação direta, que “é baseada no mais amplo federalismo libertário, que se articula de baixo para cima, da base para o ápice, da unidade para o todo, do indivíduo para a coletividade, do simples para o composto. Partindo dos comitês radicados nos locais de trabalho (fábricas, oficinas, obras, usinas, estaleiros, minas, fazendas, sítios, armazéns, escritórios, etc.), vai-se ampliando através dos organismos de bairros, subúrbios, cidades, Estados, regiões, nação, culminando na Internacional.” Atualmente, possui presença reduzida no movimento operário.

LEANDRO ELIEL é historiador, professor da Faculdade Fleming – Uniesp

### REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

CUT. *Caderno de Texto Base para o 11º CON-CUT*. 2012.

GIANNOTTI, V. e NETO, S. L. *CUT ontem e hoje*. São Paulo, SP: Vozes, 1991.

MARQUES, G. *O novo sindicalismo: a estrutura sindical e a voz dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Adia, 2005.



# Contra a globalização neoliberal

■ *João Antonio Felício*

Com o avanço da internacionalização da economia há um processo de conformação de grandes monopólios e oligopólios. Diante disso, precisamos, mais do que nunca, de um movimento sindical unido, organizado e mobilizado



**E**stamos vivendo no cenário internacional um dos piores momentos da nossa história, em que os trabalhadores na maioria dos países são afetados por graves ataques à soberania e ao desenvolvimento nacional por meio de reformas neoliberais que representam precarização, arrocho salarial e desemprego.

São medidas privatizantes e desregulamentadoras que desestruturaram o Estado, aplicadas a partir de uma forte aliança entre o grande capital – seja financeiro ou das multinacionais - e os governos.

Derrubadas as fronteiras, se amplia a concentração de renda, assim como a drenagem de recursos da periferia para as matrizes, em um brutal retrocesso econômico, político e social, com sérias con-

seqüências para o mundo do trabalho. O que está em curso é a mais cabal demonstração da luta de classes e, como disse recentemente o ricoço americano Warren Buffett, eles estão vencendo.

Da mesma maneira que os organismos internacionais como o G-20, estão alinhados, pressionando para que os governos cedam às suas pautas, atentando contra a democracia ao desconsiderar e desprezar o resultado das urnas, devemos nos somar a quem resiste a esta lógica, que precisa mudar.

O avanço dos cartéis e oligopólios no plano econômico se reflete no crescimento dos grupos fascistas e de extrema direita e também no aspecto ideológico, com a asfixia de respostas conjuntas ao aumento da exploração. Resultado do ataque brutal às organizações sociais, à exacerbação do individualismo e des-

prezo pela luta coletiva, países como a Alemanha e os Estados Unidos, que já chegaram a ter taxas de sindicalização de 30% há duas décadas, hoje as veem inferiores a 20% e a 10%, respectivamente.

Parte expressiva do empresariado, aliada a governos neoliberais, não fica satisfeita apenas com reformas que retiram direitos, mas busca, permanentemente, enfraquecer a organização sindical nas negociações coletivas. Isso tem ocorrido pelo mundo afora.

Entre os instrumentos de dominação, os Tratados de Livre Comércio (TLCs) têm representado a redução das nossas economias à plataforma de exportação de produtos primários e de mão de obra barata. Sob o mantra do “aumento da competitividade”, os defensores dos TLCs advogam a redução de direitos sociais e trabalhistas, alegando

que a capitulação seria o caminho. É um círculo vicioso daninho, como se estivéssemos cavando cada vez mais fundo no poço da desigualdade e da injustiça. Este é um debate que precisa ser aprofundado, pois sobram exemplos dos efeitos devastadores de tais práticas. Queremos a integração econômica, política, cultural e social, com respeito à soberania e à democracia de cada país.

Um ponto chave para avançar na construção de um mundo mais justo é a distribuição da riqueza. Nos últimos 20 anos se acentuaram as relações comerciais, as transnacionais se expandiram e houve a maior concentração de riqueza da história. É inaceitável que, em pleno século 21, tenhamos uma minúscula elite de 300 bilionários com mais recursos do que 3,5 bilhões de seres humanos, metade da população mundial. Esta flagrante e absurda disparidade tem sido motor de guerras e causa de confrontos com centenas de milhares de mortos em todo o planeta. Acredito que a taxação das grandes fortunas, das heranças e das transações financeiras seria um importante passo para corrigir tamanhas injustiças, pois isso daria condições aos Estados para garantir políticas públicas, como saúde, educação, moradia e segurança. Os recursos existem, mas estão em pouquíssimas mãos. É preciso também elevar os salários em todo o mundo, pois vêm sendo reduzidos nos quatro cantos do planeta. Nunca ouvi falar que uma única empresa tenha falido por conta da folha de pagamento dos seus funcionários.

Por outro lado é preciso enfrentar a concorrência desleal provocada pela inundação de produtos estrangeiros, elevando tarifas e criando obstáculos, sempre que necessário, exigindo das empresas beneficiadas as necessárias contrapartidas sociais em salários e direitos.

Foi dentro da complexidade deste contexto e com a responsabilidade de combater estas mazelas, bem como de criar alternativas, que a Confederação Sindical Internacional (CSI), principal

entidade mundial de representação da classe trabalhadora, realizou no final de maio seu III Congresso, em Berlim, com a participação de mais de 1.500 delegados e delegadas de 161 países.

As resoluções aprovadas apontaram a compreensão de que, se com o avanço da internacionalização da economia há um processo de conformação de grandes monopólios e oligopólios - que se expandem para impor a sua lógica excludente -, precisamos, mais do que nunca, de um movimento sindical unido, organizado e mobilizado.

Não podemos apresentar uma pauta de reivindicações somente trabalhista, imediata, sem debater o mundo que a gente vive, que sociedade a gente quer. Sem aprofundar esta reflexão, sem termos a dimensão dos nossos passos, continuaremos sendo presa fácil do capital. Mais do que resistir isoladamente, necessitamos sair da defensiva e articular um amplo leque de alianças com os movimentos sindical e social a nível internacional para garantir direitos de forma global.

O debate sobre modelos econômicos é muito pouco abordado por uma parcela expressiva do movimento sindical internacional, como se tivéssemos chegado a uma sociedade em que a classe trabalhadora foi plenamente atendida em todos os seus desejos. A crise de 2008, bem como outras crises do capitalismo, desnuda e contraria estas certezas. Há muito tempo que não se perde tanto, especialmente em países do chamado “primeiro mundo”, direitos trabalhistas, emprego e bem estar social.

Não se trata de utilizar oportunisticamente as lutas reivindicatórias para fazer proselitismo partidário de difícil aceitação e compreensão para grande parcela de trabalhadores e trabalhadoras. Mas cabe às direções sindicais politizar a discussão sobre os modelos econômicos e suas contradições, bem como sobre as dificuldades que as suas entidades enfrentam, nesta sociedade, para manter e ampliar direitos.



Dentro de todo este embate, cresce o papel da CSI, que é uma entidade progressista, com muitos matizes ideológicos diferenciados. Por isso ela necessita de muito jogo de cintura. O fato é que as histórias, concepções e práticas das centrais são diferentes, bem como suas posições políticas. Pela amplitude e representatividade que tem, a CSI precisa ouvir e ouvir muito, aproveitar a riqueza desta diversidade para convertê-la em fonte permanente de energia. Nem tudo o que eu penso é consenso, assim como nem tudo o que o outro pensa. Ninguém pode se achar dono da verdade ou adotar posturas impositivas que não espelhem a média das entidades filiadas. Esta é a melhor



Foto: CSI/Flickr



3º Congresso da  
CSI em Berlim  
Maio/2014

forma de avançar, somando, caminhando juntos. Temos de incorporar todas as contribuições, não podemos desprezar ninguém. Desta forma vamos construindo, progressivamente, o consenso.

Nossa atuação será para combinar melhor o lobby que é feito nos organismos internacionais – pressão política na Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Organização Mundial do Comércio (OMC) e no G-20 – onde atuamos com desenvoltura e competência, com a concretização das ações decididas nas instâncias da entidade.

Não basta adotar uma resolução sobre determinado assunto e orientarmos as filiadas que as ações são funda-

mentais. É preciso construí-las, sensibilizar as centrais em cada país, dentro da compreensão de que os problemas dos trabalhadores em todo o mundo são muito parecidos. Por isso é necessário que as resoluções da CSI não sejam meramente uma orientação, mas que sejam efetivamente materializadas. É preciso ampliar os investimentos em formação e comunicação, fortalecer as centrais do ponto de vista político, ideológico e sindical para os embates presentes e os que estão por vir. Porque não basta ter vontade política se não se consegue sensibilizar a base filiada. É preciso um diálogo mais eficiente, estimular que cada central saia de seu mundo, de suas ações pelo país. Não

vamos resolver os problemas com ações fragmentadas.

Poucos são os países em que estamos conseguindo manter postos de trabalho, direitos e salários com aumento real. O Brasil é um deles. No entanto, mesmo em nosso país, com os avanços obtidos no mundo do trabalho, somos permanentemente atacados no que se refere à liberdade sindical e à garantia de direitos. Há uma grande articulação dos setores conservadores, com apoio da mídia, para derrotar esse projeto. Então, reitero, é preciso ir além da pauta trabalhista: necessitamos defender um novo modelo de desenvolvimento, que seja sustentável, priorize a distribuição de renda e a justiça social. Um projeto que ouça a sociedade, que a exemplo dos Conselhos Populares amplie a participação social e potencialize a democracia para além dos estreitos marcos de uma lógica parlamentar onde o setor financeiro exerce poderes desmedidos. É preciso ter claro contra quem lutamos, que estamos fazendo uma opção política por um modelo que representa o mundo do trabalho.

Um bom exemplo de avanço obtido a partir da ação conjugada entre o sindicalismo e os governos progressistas foi a eleição de Guy Ryder para a direção geral da OIT. Nunca um sindicalista tinha chegado a ocupar o cargo máximo da instituição e a CUT teve uma participação importante. Quem elege é o Conselho de Administração daquela organização: são 28 votos de governo, 14 de trabalhadores e 14 de empresários. Ninguém consegue se eleger sem o apoio de parte dos governos. Na reta final, ficaram Gilles de Robien, um empresário francês conservador, e o Guy Ryder. Conseguimos garantir o apoio do Brasil e de todos os governos da América Latina. Foi um tremendo avanço. A OIT é o único organismo internacional em que temos direito de participação, através da fala e do voto. E acreditamos que as convenções da OIT procuram humanizar o mundo do trabalho para que tenhamos relações respeitadas. Por causa



### Pela primeira vez, um brasileiro e latino-americano assume a presidência da CSI.

O processo de diálogo e de consulta empreendido com todas as centrais do mundo acabou gerando uma enorme expectativa de que a nossa experiência na construção de consensos contribuam para mudanças que representem avanços na política e em uma gestão mais participativa da Confederação

disso, por ser o único organismo em que temos o direito de intervir, ela sofre um brutal ataque por parte do capital e dos governos conservadores. Alguns países querem diminuir o seu papel, querem que ela apenas oriente, sem acompanhar, sem fiscalizar. E aí é a lei da selva. Essa pressão política ultra reacionária já existia antes da eleição do Guy Ryder. Com a eleição dele, se acentuou. Querem tirar o poder normativo da OIT, transformá-la numa ONG de baixíssima eficiência, num zero à esquerda.

Há uma disputa pelos corações e mentes do conjunto da sociedade em que dispomos de poucos instrumentos para a batalha de ideias. A imprensa no mundo todo é profundamente antidemocrática, com as agências de notícias se convertendo em um monopólio, um latifúndio, que não trabalha para consolidar a democracia, mas para defender interesses de classe muito bem definidos. O movimento sindical sabe disso, pois sofre diuturnamente ataques por defender direitos, empregos e salários dignos, uma pauta que se contrapõe ao retrocesso proposto pelos grandes anunciantes dos jornais e revistas, das emissoras de rádio e televisão.

Acredito que para avançarmos, a CSI precisará aperfeiçoar e criar novos instrumentos de comunicação, trocando experiências e capacitando as entidades filiadas para a disputa política e ideológica, a fim de que as suas ações tenham ressonância e pressionem empresas e governos. A CSI é uma organização nova e muita coisa precisa ser melhorada, principalmente para dialogar com a juventude, incorporando estas dezenas de milhões de jovens que chegam anualmente



Foto: Leonardo Severo

João Felício,  
presidente da  
Confederação  
Sindical  
Internacional  
(CSI)

ao mercado de trabalho para que se integrem à luta. Infelizmente a grande mídia atua como um partido político, como um braço do capital para alienar e desinformar, para que não se veja a enorme potencialidade da força coletiva, exacerbando o individualismo. Por isso ao lado da luta pela democratização da comunicação em cada país, precisamos construir e potencializar os nossos próprios meios para colocar a disputa de hegemonia em novo patamar. A hora é de avançar!

É com esta compreensão, trajetória e compromisso com o momento político que estamos vivendo, que assumi a presidência da CSI. Pela primeira vez, um brasileiro e latino-americano assume este cargo na organização. O processo de diálogo e de consulta empreendido com to-

das as centrais do mundo acabou gerando uma enorme expectativa de que a nossa experiência na construção de consensos contribuam para mudanças que representem avanços na política e em uma gestão mais participativa da Confederação.

Acredito que, com esta linha de atuação, mudando práticas, cultura e pensamento, vamos ajudar a construir uma entidade efetivamente mundial, mais próxima às necessidades da base, mais presente nas lutas dos trabalhadores e trabalhadoras. Para fortalecer nosso poder de fato. E vencer!

**JOÃO ANTONIO FELÍCIO é presidente da Confederação Sindical Internacional (CSI)**

# Discutindo a RELAÇÃO



■ *Iole Ilíada*

Na atual quadra histórica, um tema clássico para o pensamento e a ação da esquerda emerge com força: o das **relações entre partido e movimentos sociais, e entre esses e os governos integrados por representantes dos trabalhadores**

**N**este artigo, nossa intenção é tão somente levantar alguns elementos para esta discussão, cuja relevância cresce na medida em que o questionamento aos modelos tradicionais de organização política e o surgimento de modalidades aparentemente novas de participação social jogam ainda mais água neste agitado moinho da organização e luta dos trabalhadores, e de sua relação com a disputa de poder nas sociedades contemporâneas.

Quando falamos em movimento social, referimo-nos a um agrupamento de pessoas que se organiza para reivindicar e lutar por certas demandas sociais, geralmente associadas à superação de carências econômicas e/ou à conquista de direitos. Essa organização pode dar-se em torno de temas tão diversos quanto a obtenção de melhores salários, a igualdade de gênero, o acesso à terra, ou até questões mais abstratas como “uma outra globalização”.

A consolidação de um agrupamento desta natureza enquanto movimento social organizado, assim como seu caráter “de massa”, não se dá senão como resultado do processo histórico no

qual suas ações de luta e contestação se desenvolvem. Por isso mesmo, é necessário estabelecer uma distinção entre a base social dessas lutas – que muitas vezes surgem de forma relativamente espontânea – e as entidades organizadas que, nesse processo, acabam por se constituir para representá-la, como é o caso da CUT, da UNE ou do MST, para ficar em alguns exemplos.

Embora em geral hegemônica por setores da sociedade que reconhecem a contradição entre as classes sociais como um pano de fundo das lutas sociais, a participação nos movimentos não implica necessariamente um corte e/ou uma consciência de classe. Em geral, eles aglutinam diversas camadas da sociedade, em função de um objetivo que aparece como “transversal” àqueles mais explicitamente relacionados à luta de classes.

Isso não significa que os movimentos sociais não ocupem um papel central nessa luta, como demonstra a história recente do Brasil. Aliás, uma das características que conferem a um movimento sua força e significado é a entrada em cena, na luta de classes, de

setores que até então estavam dela afastados. Quanto maior for a capacidade de envolvimento e de organização desses setores, maiores as chances de que o movimento em questão ganhe permanência e relevância histórica.

Tal consideração parece importante nos tempos atuais, em que muitos discutem – alimentados no Brasil pelas chamadas “manifestações de junho” – as novas formas de mobilização social, cujas características principais seriam a horizontalidade, a ausência de lideranças ou de uma coordenação central, os processos flexíveis de organização e o uso das novas ferramentas de comunicação – e que, nesse sentido, poderiam ser lidas como uma negação das formas organizativas tradicionais, em especial dos partidos políticos<sup>2</sup>. Mas vistas as coisas em seu grau, para que esses movimentos superem a efemeridade e convertam-se em instrumento de efetiva disputa de poder, eles terão que enfrentar, mais cedo ou mais tarde, os problemas e desafios organizativos<sup>3</sup>.

É da essência dos movimentos sociais a luta pelo atendimento de seus objetivos mais imediatos e específicos.



Aliás, grande parte de seu poder de mobilização advém daí. É o caso das lutas sindicais, às quais muitos trabalhadores se agregam, em um primeiro momento, visando ganhos econômicos e ampliação de benefícios. Ou dos estudantes, que se motivam a lutar por melhores condições estruturais em sua escola. Ou das mulheres e negros, que sentem a opressão em sua vida cotidiana e buscam organizar-se para superá-la.

Entretanto, o que confere capacidade de mobilização aos movimentos sociais representa, ao mesmo tempo e dialeticamente, seu próprio limite. Isso porque, ainda que as lideranças dos diversos segmentos tenham consciência de que a superação desses problemas e opressões só poderá dar-se com uma transformação social mais profunda, os movimentos não podem deixar de ter seu foco nas lutas imediatas e particulares, sob pena de perder sua própria essência e, com ela, sua legitimidade e sua fonte de poder social.

Os movimentos, em certas condições históricas, são capazes mesmo de derrotar o poder vigente. Mas dada sua fragmentação e seus interesses díspares, não são capazes de, no momento seguinte, assumir esse poder de forma centralizada, em condições de representar o conjunto das demandas sociais que levaram à derrubada daquele governo. Aliás, considerando sua condição de movimento social, dificilmente fará parte de seus objetivos tomar o poder do Estado. A menos, é claro, que já esteja se metamorfoseando, deixando de ser movimento e convertendo-se em outro ente político: o partido.

**O papel do partido político:** se os movimentos possuem, pois, um limite na luta pelo poder, dado por suas próprias características constituintes, a classe trabalhadora, em seu objetivo histórico de transformar profundamente a sociedade e superar o capitalismo, não pode prescindir da constituição de partidos políticos que a representem. Só um par-



tido é capaz de formular um programa e uma estratégia global para a tomada do poder. Daí porque ele segue sendo imprescindível, ao contrário do que muitos preconizam.

De outra parte, um partido que busque representar os trabalhadores precisa cumprir o papel fundamental de estimular e participar das diversas lutas sociais, de modo a articulá-las com a disputa mais direta pelo poder – inclusive pelo poder do Estado –, buscando ampliar a consciência política das massas para que elas possam, de forma crescente, associar suas demandas específicas àquelas mais gerais, que dizem respeito a sua identidade de classe. Poderíamos dizer, portanto, que é através do partido que se torna possível converter a luta mais diretamente social em luta política.

Aliás, um partido da classe trabalhadora só mantém sua energia vital graças a esse vínculo “orgânico” com os movimentos sociais, que faz com que ele permaneça sintonizado com as demandas e interesses populares, ao mesmo tempo em que lhe oferece uma base de sustentação política nas lutas mais gerais.

Na outra face da moeda, sem participar da vida partidária o militante social poderá acabar por subordinar seu nível

Uma variável que embaralha ainda mais as cartas dá-se **quando um partido que representa a classe trabalhadora conquista um posto central no aparelho de Estado**. É o caso do governo brasileiro no presente momento histórico

de consciência e sua capacidade de ação ao universo dos movimentos, restringindo assim seu campo de análise e de luta. É preciso evitar que se tome o horizonte tático por horizonte estratégico, para que as lutas específicas possam funcionar como instrumento a serviço de uma transformação mais ampla, radical e global da sociedade.

**Os movimentos sociais e os governos:** Uma variável que embaralha ainda mais as cartas acima descritas dá-se quando um partido que representa a classe trabalhadora conquista um posto central no aparelho de Estado. É o caso do governo brasileiro no presente momento histórico.

Nesse quadro, há dois erros que a nosso ver devem ser evitados. O primeiro é confundir o apoio – legítimo e necessário – dado a um governo dos trabalhadores, com uma renúncia à condição autônoma dos movimentos sociais, na qual qualquer posição crítica ao governo seja evitada ou rechaçada. Pelo contrário: ao permanecer reivindicando suas demandas, os movimentos fornecem o necessário contraponto às movimentações do grande capital e de seus diversos representantes, que certamente buscam incidir de todas as formas nos rumos do governo.

Só uma posição autônoma torna os movimentos capazes tanto de apoiar e dar respaldo social às ações governamen-

tais com caráter democrático e popular, quanto de continuar lutando por suas reivindicações históricas, cujo horizonte certamente transcende aquele da ação e da duração do exercício dos mandatos institucionais. Ademais, a autonomia das entidades dos movimentos sociais frente aos governos é condição vital para a manutenção de sua legitimidade junto à base que representam.

O segundo erro, de igual gravidade, é confundir a autonomia dos movimentos sociais com uma independência política total e irrestrita. Se os movimentos sociais são parte integrante da luta mais geral pela emancipação da classe trabalhadora, eles devem ser capazes de, a cada momento histórico, levar em conta não só as demandas imediatas, mas também os aspectos mais gerais da conjuntura e as consequências estratégicas de suas ações. Foi essa compreensão, aliás, que fez com que, em sucessivas eleições, grande parte das entidades tivesse decidido pelo apoio a candidaturas do PT.

Os limites e os erros cometidos pelos governos também acabam, muitas vezes, reforçando a posição dos que acreditam que todos os males advêm da disputa e da conquista do poder institucional, cultivando, em contrapartida, uma visão quase idílica dos movimentos sociais. Os governos e parlamentos seriam o reino do vício, em contraste com os movimentos, nos quais repousaria a virtude. O poder institucional seria corruptor; a luta dos movimentos sociais seria redentora.

Expressamos aqui nossa discordância com relação a essa visão. Movimentos sociais, partidos e governos cometem erros e acertos. Podem fazer a luta avançar ou retroceder. Em todas essas formas de organização política, encontramos profundas contradições. E a luta da classe trabalhadora só pode obter sucesso se conseguir articular essas diversas dimensões.

Levada às últimas consequências, essa postura “movimentista” significa uma renúncia à possibilidade de assumir

o poder político efetivo em uma sociedade. Significa, também, abrir mão de posicionar-se nos momentos em que a face mais aparente da luta de classes é a que se revela nas disputas eleitorais-institucionais, como tem ocorrido nas eleições presidenciais brasileiras – como agora, na disputa de 2014.

A conclusão geral parece ser a de que o poder não se ganha apenas com eleições, mas também se constrói – nas lutas por reivindicações econômicas, que resultam na ampliação da força social das classes trabalhadoras; na luta institucional, que reduz os espaços de poder da burguesia; e na organização, conscientização e mobilização das classes trabalhadoras, que ampliam assim sua força política independente.

Por essa razão, as lutas sociais e as lutas eleitorais devem ser compreendidas como faces distintas e articuladas de um mesmo fenômeno. São manifestações diferentes, em cada momento histórico e em cada situação particular, da luta de classes, luta para a qual é fundamental ter uma estratégia política de conjunto.

### Movimentos sociais, partidos e governos cometem erros e acertos. Podem fazer a luta avançar ou retroceder



Foto: Tiago Morandi

■ IOLE ILÍADA é vice-presidenta da Fundação Perseu Abramo

#### NOTAS

- 1 Por exemplo, as grandes greves realizadas pelo movimento sindical nos anos 1970, cujo caráter originalmente “economicista” acabou por assumir significado político. Ou movimentos como o das Diretas Já ou o Fora Collor, que acabaram por jogar um peso fundamental nos rumos da história do país.
- 2 A nosso ver a negação dos partidos políticos possui causas mais complexas, que vão muito além das questões de forma, como buscamos apontar em outra ocasião (Cf. LOPES, Iole I. Desafios para um novo período histórico: a crise, o pós-neoliberalismo e os partidos progressistas. Um olhar a partir da realidade brasileira. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/chile/07100.pdf>).
- 3 Contra os que argumentam não ser isso necessário, lembramos que um dos problemas vivenciados em grande medida por esses “novos” movimentos é acabar por se esgotar antes de terem conquistado suas demandas e sem terem assumido qualquer forma orgânica – como no caso dos Indignados da Espanha e dos diversos Occupy. Ou, na melhor das hipóteses, obterem uma vitória parcial importante, mas pouco duradoura – como no caso das manifestações na Tunísia e Egito, que derrubaram os governos ditatoriais, mas não foram capazes de instaurar uma nova ordem política.



# EDITANDO IDEIAS

■ *Flamarion Maués*



Trataremos aqui de um pequeno pedaço dessa grande teia de ideias, a saber, das **editoras políticas de esquerda** no Brasil neste século, no eixo São Paulo-Rio de Janeiro

**A** edição de livros sempre foi uma das mais importantes formas de divulgação e de debate de ideias, seja na época anterior à invenção de Gutenberg – quando os livros eram ainda manuscritos –, seja depois do surgimento da impressão com tipos móveis.

Logo, a imprensa e os livros sempre foram um veículo fundamental para a disseminação das ideias políticas, contribuindo decisivamente para a circulação das diversas opiniões e, por meio do debate e das trocas que essa circulação proporciona, permitiram o aprofundamento das ideologias e das propostas políticas delas decorrentes.

Trataremos aqui de um pequeno pedaço dessa grande teia de ideias, a saber, das editoras políticas de esquerda no Brasil neste século, no eixo São Paulo-Rio de Janeiro (prometendo para o próximo número de *Esquerda Petista* tratar das editoras políticas brasileiras de períodos mais antigos). Tentarei apresentar um panorama amplo das editoras vinculadas a ideias de esquerda que mais se destacaram na difusão de obras políticas no país nesse período. Certamente haverá lacunas, mas creio que será possível termos uma visão geral do campo editorial no Brasil no que diz respeito às editoras com vinculações políticas.

Destaquemos, todavia, que esse panorama estará longe de esgotar o tema, uma vez que a edição de obras políticas não se restringe às editoras ligadas a grupos políticos, mas também é feita por editoras de caráter comercial, ou seja, editoras que publicam títulos variados, inclusive algumas obras políticas – como é o caso, atualmente, de editoras como Geração, Vozes, Cortez, Jorge Zahar e Unesp.





**O engajamento se dá pela defesa de certos princípios, ideias e causas, e se materializa nos livros editados, como resultado da íntima ligação entre edição e engajamento**

## Edição política

Para definir as editoras políticas, parto do conceito de *edição política*, ou seja, do trabalho editorial que vincula de modo direto engajamento político e ação editorial<sup>1</sup>. São editoras que atuam ou atuaram com clara intenção política de intervenção social, com um projeto editorial e/ou empresarial de fundo político, cujo objetivo é promover a divulgação e o debate de determinadas ideias políticas publicamente na sociedade, posicionando-se em defesa dessas ideias. Assim, a *editora política* caracteriza-se pelo engajamento político, que estrutura o seu catálogo.

A casa editorial que realiza a edição política mantém, em certos casos, vínculos orgânicos com instituições políticas, como por exemplo partidos e associações civis. Mas pode também ser iniciativa de um indivíduo, ou grupo de indivíduos, que a título pessoal (ou do grupo) empenha-se no ramo editorial e busca que esta atividade reflita, em alguma medida, a sua forma de ver e interpretar o mundo. Em ambos os casos o engajamento se dá pela defesa de certos princípios, ideias e causas, e se materializa nos livros editados, como resultado da íntima ligação entre edição e engajamento.

## Um pouco de história

Antes de entrarmos no nosso tema principal, vale a pena uma menção, ainda que muito rápida, a algumas editoras polí-

ticas que existiram no Brasil desde os anos 1930. Naquela década, editoras como Unidas (do militante da Oposição de Esquerda – trotskista – Salvador Cosi Pintaúde), Editorial Calvino (do militante pecebista Calvino Filho), Marenglen (junção dos nomes de Marx, Engels e Lenin), Alba, Soviet, Pax, Lux, Minha Livraria, Cultura Brasileira, Nosso Livro, Caramuru, Selma e Trabalho foram das primeiras a editar obras marxistas no país.

Com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, em 1942, a situação política interna sofre mudanças, o que abre espaço para a reorganização dos comunistas brasileiros, inclusive no campo editorial. Essa nova conjuntura permite que algumas editoras voltem a publicar livros simpáticos à URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e também obras ligadas ao pensamento socialista e marxista.

Nesse quadro, e já com perspectivas de legalização, o PCB apoia, entre 1944 e 1945, a criação de três editoras para realizar a publicação de livros de seu interesse – as editoras Leitura, Horizonte e Vitória. Pouco depois, em 1948, a Horizonte foi incorporada à Vitória, e a Leitura manteve um nível de publicações pequeno, tornando-se a Vitória, marcadamente a partir de 1947, a principal editora comunista do país.

Além dessas, editoras como a Mirante e a Asunção, ambas de São Paulo, publicavam obras ligadas ao pensamento socialista e marxista.



Nos anos 1950 e 1960 ganham destaque as editoras Brasiliense (São Paulo) e Civilização Brasileira (Rio de Janeiro), ambas de propriedade de militantes do PCB: a primeira de Caio Prado Jr. e a segunda de Ênio Silveira. Outras que se destacam são Fundo de Cultura, José Álvaro Editor, Saga e Zahar, do Rio de Janeiro, e Escriba e Senzala, de São Paulo.

Nos anos 1970 e 1980 destacam-se as editoras de oposição, que direcionam a sua atuação para a oposição à ditadura, principalmente a partir de 1977. Entre elas estão a Alfa-Ômega, Global, Duas Cidades, Hucitec, Cortez, Paz e Terra, Codeci, Ciências Humanas, Graal, Revan, Edições Populares, Brasil Debates, Kairós, Marco Zero, além das já citadas Brasiliense e Civilização Brasileira.

Nos anos 1990 se destacou a editora paulista Scritta, de Max e Breno Altman.

## Século XXI

Nos últimos 15 anos, algumas editoras políticas de esquerda vêm se destacando no panorama brasileiro. Talvez a mais importante entre elas seja a Boitempo Editorial, de São Paulo, fundada em 1995 e dirigida por Ivana Jinkings. Ligada a intelectuais de esquerda, publica com apurado cuidado editorial autores como Boaventura de Sousa Santos, David Harvey, Edward Said, Emir Sader, Francisco de Oliveira, François Chesnais, Giorgio Agamben, György Lukács, Immanuel Wallerstein, István Mészáros,

Maria Rita Kehl, Michael Löwy, Mike Davis, Paulo Arantes, Perry Anderson, Ricardo Antunes, Tariq Ali e Slavoj Žižek. Possui um amplo catálogo com temas ligados aos debates ideológicos e políticos mais atuais. Vêm editando a obra de Marx e Engels em novas traduções feitas diretamente do alemão e edições comentadas. Hoje seu catálogo chega a cerca de 300 títulos. Além disso, edita a revista semestral *Margem Esquerda*, de estudos marxistas.

A Boitempo tem ainda promovido cursos sobre a obra de Marx e Engels, além de patrocinar a vinda ao Brasil de alguns de seus autores estrangeiros mais destacados para palestras e eventos.

Outra editora que se destaca é a Expressão Popular, de São Paulo, criada por iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), inicialmente visando produzir material para a formação política de militantes e simpatizantes, mas que sempre se caracterizou por ter um alcance mais amplo. Fundada em 1999, é coordenada por Carlos Belé e dirigida por um conselho editorial.

Tem reeditado obras que estavam esgotadas, como *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender (em coedição com a Fundação Perseu Abramo), *A crise do movimento comunista*, de Fernando Claudín, *História militar do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, *O estruturalismo e a miséria da razão*, de Carlos Nelson Coutinho, e *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, de José Carlos Mariátegui. Entre seus autores estão Enrique Dussel, Florestan Fernandes, Leandro Konder, Celso Frederico, Ademar Bogo, Atílio Boron, João Pedro Stédile, Marx, Engels, Lenin, Mao Tsé-Tung, Rosa Luxemburgo e Plekhanov.

A Expressão Popular se caracteriza também por cobrar preços abaixo do mercado por seus livros. Isso é possível pelo fato de a editora não visar o lucro e contar com o trabalho voluntário militante. Tem hoje mais de 300 títulos publicados.

Entre os partidos de esquerda, três possuem editoras ativas: PT, PCdoB



e PSTU. As três se caracterizam por publicar não só obras voltadas para os seus militantes, mas também para o público em geral.

O PT mantém a Editora Fundação Perseu Abramo, criada em 1997 e coordenada por Rogério Chaves. Entre os autores publicados estão Antonio Candido, Marilena Chaui, Celso Furtado, Lélia Abramo, Maria da Conceição Tavares, Milton Santos, Walnice Nogueira Galvão, Aloysio Biondi, Paul Singer, Sérgio Buarque de Holanda, Venício de Lima. Recentemente promoveu a reedição de obras como *Pau de arara: a violência militar no Brasil*, de Bernardo Kucinski e Ítalo Tronca, *O escravismo colonial*, de Jacob Gorender, e *Poemas do povo da noite*, de Pedro Tierra. A Editora Fundação Perseu Abramo disponibilizou mais de 40 obras de seu catálogo para download gratuito (<http://novo.fpabramo.org.br/>). Tem cerca de 200 obras em seu catálogo.

O PCdoB tem desde 1979 a Editora Anita Garibaldi, atualmente coordenada por Zandra Baptista. Publicou obras de Astrojildo Pereira, Clovis Moura, Domenico Losurdo, João Amazonas, Altamiro Borges, Haroldo Lima, Octavio Brandão,

José Carlos Ruy, Dario Canale e Che Guevara, além de obras de Marx e Engels, entre outros autores. Recentemente editou *O livro negro da ditadura militar*, obra lançada originalmente de modo clandestino em 1972 pela Ação Popular denunciando as violências e as torturas praticadas no Brasil naqueles anos. Desde 1981 edita a revista bimestral *Princípios*.

A Editora Sundermann foi fundada em 2003 pelo PSTU. Seu nome é uma homenagem ao casal de militantes José Luís e Rosa Sundermann, assassinado em 1994. Enfatiza a republicação de obras de autores marxistas como Engels, Lenin, Trotsky e do dirigente trotskista argentino Nahuel Moreno. Outros autores da editora são Pierre Broué, Ernest Mandel, José Maria de Almeida, Edmundo Fernandes Dias, Valério Arcary, Carlos Bauer, George Novack, Alicia Sagra e José Welmowicki. Publica a revista *Marxismo Vivo*, da Liga Internacional do Trabalhadores Quarta Internacional (LIT-QI).

O Instituto Caio Prado Jr., próximo ao PCB, mantém também uma editora, dirigida por Milton Pinheiro, que tem publicado livros e a revista *Novos Temas*.



## Outras editoras

Há ainda algumas outras editoras que se destacam pelas publicações de caráter político. A Revan, do Rio de Janeiro, já tem mais de 30 anos de atividade, período em que publicou mais de mil títulos sob a direção de Renato Guimarães. Entre seus autores destaca-se Oscar Niemeyer. Também do Rio, a editora Achiamé foi criada em 1978 por Robson Achiamé e se dedica primordialmente à edição de obras relacionadas ao pensamento anarquista.

A paulista Xamã, de Expedito Correia, completou 20 anos, período em que publicou mais de 200 títulos, a grande maioria vinculada ao pensamento de esquerda. A carioca Contraponto, de César Benjamin, com quase duas décadas de vida, publica, além de obras políticas, obras de caráter acadêmico e científico. A Plena Editorial, de São Paulo, dirigida por Ary Normanha e Ivan Seixas, vem se destacando por obras sobre a memória e a história dos últimos 50 anos do Brasil, em particular da resistência à ditadura. A paulista Publisher, de Renato Rovai, editou durante mais de dez anos a revista *Fórum* (atualmente em edição eletrônica: <http://www.revistaforum.com.br/>) e publica livros ligados ao pensamento progressista.

Há ainda algumas pequenas editoras, com atuação nem sempre constante, que se caracterizam pela publicação de obras políticas de esquerda: Centauro, Centelha Cultural, Dobra Editorial, Edições Iskra, Olho D'Água, Radical Livros, Selo Negro e Tinta Negra.

Certamente há algumas lacunas neste levantamento, mas acredito que temos aqui um breve registro das mais importantes editoras políticas de esquerda em atuação no Brasil atualmente no eixo São Paulo–Rio de Janeiro.

Todas essas editoras, que se caracterizam pela *edição política*, ou seja, a edição diretamente vinculada ao engajamento político, desempenham um papel importante na disseminação e no debate de ideias que podem ajudar a entender melhor o Brasil e o mundo de hoje, apresentando perspectivas diferenciadas em relação à mídia empresarial e tocando em temas muitas vezes desprezados ou escondidos por ela. Contribuem, dessa forma, para ampliar o debate e trazer novos olhares e possibilidades para a luta política e ideológica.

■ **FLAMARION MAUÉS é historiador, autor de Livros contra a ditadura: Editoras de oposição no Brasil, 1974-1984 (Publisher, 2013). Bolsista de pós-doutorado da Fapesp**

### NOTA

1 A ideia de edição política foi desenvolvida particularmente por alguns autores europeus, como Anne Simoni, Julien Hage e François Valloton. Em alguns de seus trabalhos, analisando editoras políticas seminais no velho continente (Éditions de Minuit e Maspero, na França; Feltrinelli, na Itália; La Cité Éditeur, na Suíça; e Wagenbach, na Alemanha), estes autores esboçaram conceitos básicos para definir o que é a edição política.

## Algumas obras sobre história editorial no Brasil e edição política:

■ BRAGANÇA, Aníbal. *Francisco Alves na história editorial brasileira*. Paper apresentado no XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Manaus - AM/2000. Publicado na página eletrônica da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação ([www.intercom.org.br](http://www.intercom.org.br)).

■ CARONE, Edgard. *O marxismo no Brasil (das origens a 1964)*. Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1986.

■ DARNTON, Robert. " 'O que é a história do livro' revisitado". Tradução de Lília Gonçalves Magalhães Tavoraro. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, nº 16, p. 153-167, jan.-jun. 2008.

■ GALÚCIO, Andréa Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Niterói, tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, 2009.

■ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (Sua história)*. São Paulo, Edusp, 2012.

■ KAREPOVS, Dainis. "A Gráfico-Editora Unitas e seu projeto editorial de difusão do marxismo no Brasil nos anos 1930". In: DE-AECTO, Marisa M.; MOLLIER, J-Y. *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil e na França*. São Paulo/Belo Horizonte, Ateliê/Ed. UFMG, 2013, p. 65-119.

■ MOLLIER, Jean-Yves. "Quando o impresso se torna uma arma no combate político: a França do século XV ao século XX". In: DUTRA, Eliana Freitas; MOLLIER, J. Y. (orgs.). *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, v. 1, 2006, p. 259-274.

■ PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. *A tinta negra dos livros vermelhos: uma análise etnográfica dos livros apreendidos pela polícia política no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro, tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2010.

■ REIMÃO, Sandra. *Mercado editorial brasileiro*. São Paulo, Com-Arte/Fapesp, 1996.



Entre os partidos de esquerda brasileiros, PSTU, PT e PCdoB mantém editoras ativas



# GETÚLIO 2014

■ *Rodrigo Cesar*

A história, em si mesma, nada nos ensina sobre o futuro.  
Mas sem ela o futuro fica sempre fora do nosso alcance.

**N**a cronologia da história brasileira, o ano de 1954 é lembrado principalmente como aquele em que Getúlio Vargas se suicidou. O fato tão marcante da trajetória política e social do país parecia confirmar que, ao menos para as massas que saíram às ruas para protestar contra as forças políticas de oposição que queriam derrubar o governo, o mês de agosto, quando a tragédia se consumou, era realmente o mês do desgosto, como diz o ditado popular.

Esse momento crítico da história foi abordado de diversas maneiras. Entre as mais difundidas, temos o livro *Agosto*, publicado em 1990. Trata-se de romance de Rubem Fonseca que mescla ficção e realidade em uma trama que narra a crise que levou Vargas ao suicídio. O sucesso da obra lhe rendeu em poucos anos uma adaptação para a televisão. Emblematicamente, no dia 24 de agosto de 1993 foi ao ar o primeiro capítulo da minissérie homônima da Rede Globo, que levou ao grande público uma visão policialesca e romanceada da conjuntura política brasileira no fatídico mês.

Em 2004, no cinquentenário da morte de Vargas, ocorreu uma variedade de seminários, exposições, debates, construção de monumentos e memoriais, artigos em revistas especializadas, cadernos especiais de jornais, programas de rádio e televisão etc. Por uma infinidade de maneiras, a efeméride serviu como um campo de disputa sobre a memória e o legado de Vargas, na busca por exercer um controle sobre o passado e, assim, conduzir o presente. Mas a trajetória de comemorações (no sentido de construir memórias) não é recente.



## Cada decênio teve sua simbologia

O ano de 1964, quando se completou a primeira década do acontecimento, foi marcado pela noção de “queda do império getuliano” e a “segunda morte de Vargas”. Os vencidos de 1954 tornaram-se os vencedores. A deposição de João Goulart, então seu principal herdeiro político, proporcionou uma conjuntura adversa para o cultivo de uma memória positiva a respeito de Getúlio.

Por sua vez, em 1974 ocorreu uma divisão entre basicamente três modos de apropriação da memória de Vargas: a da ditadura militar, que convenientemente filtrava conteúdos e os usava a seu favor na tentativa de angariar apoio; a dos populares, aglutinada em torno da memória deixada pela carta-testamento; e a da oposição organizada, que utilizava a imagem ditatorial de Vargas, produzida durante o Estado Novo (1937-1945) para espelhar a realidade política do país.

A década seguinte foi antecedida pelo centenário de seu nascimento, em 1983. Uma exposição foi organizada pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV); Paulo Brandi lançou o livro *Vargas: da vida para a história*; em abril o *Jornal do Brasil* lançou um caderno especial; em outubro estreou no Rio de Janeiro a peça *Vargas*, de Dias Gomes e Ferreira Gullar; vários artigos, matérias e biografias foram publicados nos jornais e revistas.

Em agosto de 1984, em meio à efervescência da Campanha das Diretas Já que meses antes havia feito um comício no Rio de Janeiro, Tancredo Neves e Leonel Brizola, junto com outros líderes, organizaram uma caravana à São Borja para prestar homenagem à Vargas.

Em 1994, a frase corrente de que “a Era Vargas acabou” e o processo de aber-



Poster e cena do longa-metragem Getúlio



tura da economia, privatizações, redução da ação do Estado e ajuste fiscal levaram alguns analistas a considerar o momento como “a terceira morte de Vargas”. Como presidente eleito, antes de tomar posse, Fernando Henrique Cardoso vocalizou o desejo da burguesia que havia se alinhado com o projeto neoliberal: enterrar a Era Vargas, acabar com seu legado, o “seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista”. Se no Congresso Nacional, em seu discurso de posse, no dia 1º de janeiro de 1995, mencionou a campanha “O petróleo é nosso” e afirmou que à época considerava que “petróleo e industrialização eram o bilhete de passagem para o mundo moderno do pós-guerra”, logo em seguida conduziu aprofundou o processo de desindustrialização da economia brasileira e conduziu o desmonte da Petrobrás com o intuito de alienar este patrimônio brasileiro, como logrou fazer com a companhia Vale do Rio Doce.

No corrente ano, com o 60º aniversário da morte de Vargas, a conjuntura é bem outra e a memória de Getúlio Vargas volta a ser debatida. Simbolicamente, no 1º de maio que marca o anúncio de 100% de aumento do salário mínimo pelo então ministro do trabalho João Goulart – que ademais é personagem importante nas atuais comemorações dos 50 anos do golpe de 1964 –, estreou o filme *Getúlio*, de João Jardim.

Assim como o livro e a minissérie *Agosto*, mas não de modo romancado, o longa-metragem narra o atentado de 5 de agosto na Rua Toneleros e a crise que em seguida se intensificou até o suicídio do presidente.

Em agosto de 1954, Jango já não era mais ministro, havia caído. Não figura entre os personagens da trama. Em destaque estão Tancredo Neves, então Ministro da Justiça; Alzira Vargas, Chefe de Gabinete e filha de Getúlio; Zenóbio da Costa, Ministro da Guerra; Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal da Presidência; e Carlos Lacerda, jornalista e principal liderança da oposição udenista.

## Comunistas, trabalhistas, udenistas e militares

A partir da ditadura do Estado Novo, depois da repressão dos comunistas, dos integralistas e das oligarquias regionais, os militares passaram a ser os fiadores, mais do que da defesa nacional, também da ordem interna e da política de desenvolvimento econômico industrial.

A partir de 1947, o advento da guerra fria inaugurou um período em que os setores conservadores das Forças Armadas visavam uma intervenção mais orgânica dos militares na política, em termos institucionais e não apenas individuais.



Com a criação da Escola Superior de Guerra (ESG) entre 1948 e 1949, que surgiu mais como uma escola de altos estudos sociais, políticos e econômicos do que apenas uma escola de guerra, estreitaram-se os laços entre elites militares e civis no combate ao comunismo.

Assim, desde o final dos anos 1940 as Forças Armadas redefiniram suas doutrinas e modelaram uma corporação que tratava de expandir seu papel ativa e dinamicamente, inclusive na atividade política. Nesse contexto, o Clube Militar ganhava gradativa importância ao longo dos anos 1950, e os problemas nacionais encontravam eco nas chapas que polarizavam as disputas pela sua diretoria.

Setores progressistas e nacionalistas se confrontavam com anticomunistas e favoráveis ao alinhamento do Brasil com os EUA nos quadros da guerra fria. Estes últimos, derrotados nas eleições de 1950 do Clube Militar e atuando como corrente de oposição à diretoria eleita, fundaram em fins do ano seguinte uma organização para coordenar sua ação política: a Cruzada Democrática. Em seu manifesto de criação, defendia-se a proscrição do Clube de “atividades que afetem a Ordem e a Segurança interna e os compromissos internacionais da Nação Brasileira; as atividades que possam ser exploradas num sentido político-partidário, visando gerar dissensões de qualquer natureza entre os sócios; as iniciativas que possam ser interpretadas como pressões indébitas, quer sobre a opinião pública, quer sobre os poderes constituídos”.

Nas eleições de 1952 a chapa organizada pela Cruzada Democrática foi vitoriosa. Já em 1954, o agravamento da crise política que resultaria no suicídio de Vargas e a eficácia das pressões exercidas nos quartéis garantiram uma vitória ainda mais esmagadora na reeleição.

Esta crise havia sido aberta depois da divulgação, em fevereiro de 1954, do “Memorial dos Coronéis” – documento assinados por quase uma centena de coronéis e tenentes-coronéis que refletia as

posições do alto comando do Exército e da corrente que se organizava em torno da Cruzada Democrática no Clube Militar.

Seu impacto político imediato resultou na queda dos ministros do Trabalho e da Guerra do governo Vargas. Mas Zenóbio da Costa, o novo Ministro da Guerra, parecia não agradar os setores anticomunistas do Clube Militar. Em função de uma declaração desta autoridade de que não havia perigo comunista no Brasil, pois tal movimento não teria proporções suficientes para provocar consequências ameaçadoras ao país, a Cruzada Democrática enviou em maio uma carta ao Centro Acadêmico XI de Agosto apresentando argumentos e documentos que contrariavam a avaliação do Ministro. Alegaram que estavam perplexos com tal declaração e sentiam-se “na obrigação de fazer chegar aos moços estudantes de São Paulo o que de verdade existe”. Por ser um “baluarte democrático”, a academia poderia “aquilatar por seu espírito moço o perigo que realmente ameaça nossa pátria”.

Apesar da Escola Superior de Guerra não se confundir com a corrente anticomunista do Clube Militar organizada em torno da Cruzada Democrática, os oficiais da ESG procuravam preservar com este grupo boas relações, cientes de que constituiriam a base de apoio indispensável para seu propósito de definir uma doutrina e uma linha de ação de segurança nacional para as Forças Armadas no contexto de bipolarização da guerra fria.

Getúlio Vargas governou sob constante pressão dos quartéis e para evitar um golpe suicidou-se; Carlos Luz – presidente da Câmara dos Deputados que, na linha sucessória, assumiu a presidência da República depois que Café Filho renunciou por problemas de saúde – foi derrubado por um golpe preventivo comandado pelo General Henrique Teixeira Lott em novembro de 1955; e Juscelino Kubitschek enfrentou permanente rebeldia e revolta militares.

Havia uma profunda divisão no país em torno de dois projetos distintos: de um lado, o trabalhismo e o getulismo propon-

do o desenvolvimento nacional com base na industrialização com o fortalecimento do Estado e das empresas estatais; de outro, o udenismo, o antigetulismo e o anti-comunismo propondo o equilíbrio fiscal e a abertura econômica em moldes profundamente liberais e conservadores.

Pelo menos três fatores fundamentais contribuíram para que a participação orgânica dos militares na política nos anos 1950 contrastasse com as décadas anteriores: o fortalecimento e as transformações pelas quais passaram as Forças Armadas depois de 1935 e principalmente durante o Estado Novo; a ativa participação política militar na deposição de Vargas em outubro de 1945; e a criação da Escola Superior de Guerra no final dos anos 1940. Mas apesar da correlação de forças na Marinha, no Exército e na Aeronáutica nos momentos de crise institucional do período ter sido um fator importante nos seus desfechos, os diferentes projetos em disputa mobilizavam, dirigiam e organizavam forças políticas e sociais nos mais diversos espaços.

Naquela situação de polarização política, havia um ponto em comum entre a direita conservadora e a postura predominante no PCB: fazer oposição a Vargas. No caso dos comunistas esta orientação remontava aos documentos que ficaram conhecidos como o Manifesto de Janeiro (1948) e o Manifesto de Agosto (1950).

Depois de cassado o registro do PCB em 1947 e malogrados os esforços para reverter a situação perante o Tribunal Superior Eleitoral, constatou-se a inadequação da política de “União Nacional”. Basicamente, no plano internacional tal orientação era consubstanciada na política de coexistência pacífica da URSS com os EUA no imediato pós-guerra visando “desmascarar os provocadores de guerra e garantir as condições para a marcha pacífica dos povos no caminho do progresso e da democracia”. Internamente, se refletia na posição “em face ao governo de apoio franco e decidido aos seus atos democráti-

Getúlio Vargas em 1954, ano de sua morte



cos e de luta intransigente, se bem que pacífica, ordeira e dentro dos recursos legais, contra qualquer retrocesso”.

Em 1948 o Manifesto de Janeiro fez uma autocrítica da política que vinha sendo empregada e, em 1950, estas posições seriam aprofundadas e consolidadas no Manifesto de Agosto, que caracterizava o governo Dutra como de “traição nacional” e “serviçal do imperialismo” que deveria ser derrubado por uma Frente Democrática de Libertação Nacional para instituir um “governo democrático e popular”.

Em consequência o PCB defendeu o voto em branco para as eleições presidenciais de 3 de outubro de 1950, da qual saiu vitorioso Getúlio Vargas (PTB) com 48,7% dos votos, contra 29,7% de Eduardo Gomes (UDN) e 21,5% de Cristiano Machado (PSD).

O posicionamento em relação ao governo Dutra foi o mesmo adotado para seu sucessor, Vargas. O Projeto de Programa aprovado pelo Comitê Central do PCB em dezembro de 1953 considerava que o governo Vargas era “um instrumento servil dos imperialistas norte-americanos”, implementava uma “política de traição nacional”. Em suma, era “inimigo do povo”, devendo ser “destruído e substituído por um novo regime, o regime democrático popular” a partir de um “governo democrático de libertação nacional”.

Ao longo de todo o ano de 1954, nas páginas do jornal *Voz Operária*, órgão do PCB, foram veiculadas matérias e editoriais com o tom e o sentido do Manifesto de Agosto (1950) e do Projeto de Programa (1953) – que deveria ser debatido e submetido ao IV Congresso do partido, convocado para novembro de 1954.

Nos preparativos para as eleições estaduais de outubro, dizia-se que um dos objetivos era derrotar os candidatos de Vargas. Em relação à política externa, dizia-se que o presidente amestrava diplomatas para servir aos americanos. Na campanha contra o aumento dos preços, Getúlio era considerado o “pai da carestia” e seu governo o “fabricante da carestia”.

Na campanha pela legalidade do PCB, faziam-se contundentes denúncias da perseguição aos comunistas e repressão contra os direitos sindicais e as liberdades democráticas. Nos preparativos para o 1º de maio, avaliava-se que o governo concederia um aumento de apenas 40% a 50% no salário mínimo, sendo que a reivindicação era “Nem um centavo a menos que os 100% de aumento no atual salário mínimo!”.

Mesmo depois de feito o anúncio de 100% de aumento pelo Ministro do Trabalho, João Goulart, no primeiro de maio, a avaliação do governo não sofreu nenhuma mudança.

Em meio à tensão entre as tentativas de estabilização e os mecanismos que garantissem o crescimento econômico e o desenvolvimento, tamanho aumento dos salários não foi um gesto menor. A situação econômica do Brasil durante o Governo Vargas emitia sinais de dificuldades, herdadas de seu antecessor, Eurico Gaspar Dutra. O saldo do balanço de pagamentos vinha sofrendo queda desde 1949, que só passou a ser revertida em 1951 e saiu do negativo apenas em 1954. A deterioração do salário mínimo vinha desde o final do Estado Novo sem um reajuste substancial, o que veio a ocorrer somente em dezembro de 1951, repondo-o aos níveis pouco superiores aos de 1943, e em maio de 1954. Em 1953, a inflação deu um salto do patamar anterior, avaliado em torno de 12%, para 20,8%. No mesmo ano, o PIB cresceu apenas 2,5%, contrastando com os 4,9% de 1951 e os 7,3% de 1952. Ademais, a campanha desencadeada nos Estados Unidos contra o café brasileiro resultou na queda dos preços internacionais e na redução das exportações do principal produto brasileiro, complicando a balança comercial.

A crise econômica atingia o governo, mas a relação com a crise política era indireta: os liberais conservadores, liderados pela UDN simplesmente não aceitavam a presença do ditador do Estado Novo na presidência da República. Tentaram inviabilizar a posse de Vargas em 1950 com o argumento de que o candidato não havia obtido maioria absoluta dos votos, mas isso não era um requisito previsto pela legislação.

A partir de 1953, a opção pelo golpe, que vinha sendo amadurecida pelos conservadores, tornou-se irreversível, sendo a desestabilização do governo a principal arma da oposição de direita.

A situação de Getúlio já vinha se agravando ao longo de 1954, mas foi o atentado contra Carlos Lacerda na Rua Toneleros, em Copacabana, que resultou na morte do major da Aeronáutica Rubens Florentino Vaz, na primeira hora do dia 5

de agosto, que abriu caminho à ofensiva final dos udenistas.

Embora desconhecesse que a iniciativa tinha partido de seu fiel chefe de segurança, Gregório Fortunato, o presidente não teria como escapar das responsabilidades. Na primeira página de seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, Lacerda declarou: “[...] acuso um só homem como responsável por esse crime. É o protetor dos ladrões. Esse homem é Getúlio Vargas”. Diante das circunstâncias, ciente de que o acontecido era de grande impacto político, o presidente teria comentado: “Esta bala não era dirigida a Lacerda, mas a mim”.

Em 21 de agosto foi publicada entrevista de Luis Carlos Prestes, secretário geral do PCB, sobre o atentado na capa da *Imprensa Popular*, jornal de grande circulação editado pelos comunistas.

Lembrando de operários torturados e assassinados durante o segundo governo Vargas e afirmando que nunca esqueceriam do Estado Novo, Prestes afirmou que os “trabalhadores brasileiros há muito tempo conhecem os instintos sanguinários do sr. Vargas e de seus policiais”.

Quando perguntado sobre a possibilidade de um golpe de Estado ou militar, primeiro considerou que os comunistas precisam “unir e organizar nossas forças para por abaixo o governo Vargas e substituí-lo por um governo democrático de libertação nacional”. Em seguida, disse que “Vargas já confessou repetidamente que não se sente bem nas suas roupagens de presidente constitucional, mas falta-lhe ainda a força indispensável para realizar o golpe de Estado, liquidar os últimos vestígios constitucionais e implantar a ditadura terrorista que almeja”. Entretanto, avaliava que “a ameaça maior vem agora do outro bando, o dos politiqueros da UDN, que cinicamente ainda pretendem passar por ‘oposicionistas’ e que tem à frente um grupelho de generais fascistas”. Fica evidente que a orientação política do Manifesto de Agos-

to (1950) e do Projeto e Programa (1953) ofuscavam a capacidade da direção do partido de compreender as condições concretas da disputa política em curso.

No dia 22, Vargas recebeu um documento assinado por trinta brigadeiros da Força Aérea Brasileira (FAB) exigindo sua renúncia, que recebeu apoio de oficiais da Marinha no dia seguinte. À noite, um grupo de generais do Exército se somou e entregou um manifesto assinado por dezenove generais. Vargas presidiu sua última reunião ministerial nas primeiras horas do dia 24, em que decidiu aceitar a proposta de se licenciar até que fosse esclarecido o crime na rua Toneleiros. Redigiu-se uma nota e pouco antes das cinco da manhã a notícia foi divulgada. Entretanto, duas horas depois um grupo de generais chegou ao Palácio do Catete exigindo que a licença se transformasse em renúncia. Diante daquilo que era, na verdade, sua deposição, Vargas se recolheu a seus aposentos.

Enquanto parte da historiografia diz que foi então que ele redigiu sua carta testamento, o longa-metragem de João Jardim mostra Vargas recebendo auxílio para redigir a carta com dias de antecedência. De todo modo, entregou-a em um envelope a João Goulart para que fosse mostrado seu conteúdo à imprensa em Porto Alegre ou em Buenos Aires em caso de necessidade. Minutos depois, Vargas se suicidou. Por volta das nove da manhã a rádio Nacional divulgava o conteúdo da carta ao país.

Naquela manhã e durante todo o dia, o povo revoltado com a morte de Vargas manifestou não apenas seu lamento, mas sobretudo sua raiva violentamente. No Rio, os símbolos da oposição foram alvo da revolta popular: material de propaganda da UDN, a Embaixada dos Estados Unidos, a sede da empresa Standard Oil, as sedes dos jornais *O Globo*, *Tribuna da Imprensa*, *A Notícia* e *O Mundo* – não por acaso, o único a escapar foi o *Última Hora*, solitário defensor do governo Vargas. Em diversas capitais a cena se repetiu: Porto

Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Aracajú, Teresina. O suicídio de Vargas paralisou os golpistas e a reação popular os fizeram recuar.

As forças políticas se movimentavam diante do ocorrido. O Comitê Central do PCB lançou manifesto no dia 1º de setembro, no qual condenavam o golpe: “Pela força das armas, os piores inimigos do povo chegaram ao poder”. Ademais, saudavam “com orgulho patriótico as grandes e corajosas manifestações populares contra os generais fascistas e seus patrões norte-americanos” e se dirigiam “particularmente aos trabalhadores getulistas, nossos irmãos” para dizer que o momento “exige que trabalhistas e comunistas se deem fraternalmente as mãos” para lutarem juntos “em defesa das leis sociais conquistadas”.

Por fim, repetiam para Café Filho, a mesma orientação em relação a Dutra e Vargas: “lutamos pela derrubada do atual governo e por um governo democrático de libertação nacional”, com a ressalva de que estariam dispostos a entrar em acordo com forças políticas, líderes e correntes patrióticas “que queiram unir-se em torno de uma plataforma democrática a fim de derrotar eleitoralmente as forças da reação e do entreguismo”.

Nesta resolução já se encontrava esboçada a linha política que fundamentaria o artigo de Prestes de 2 de outubro defendendo uma aliança com o PTB e o apoio à chapa Juscelino-Jango nas eleições presidenciais de 1955, representando uma nova guinada na política do PCB que se solidificaria com a Declaração de Março (1958) e se estenderia até o golpe de 1964. Aparentemente, portanto, as mobilizações antigolpistas de agosto despertaram os comunistas para a realidade viva da conjuntura.

## Getulismo hoje

Não se pode dizer que *Getúlio* tenha sido um sucesso de bilheteria. As salas



não ficaram cheias. O filme não durou muito tempo em cartaz. Parte expressiva da crítica cinematográfica simplesmente ignora o simbolismo da escolha da data de estreia: o 1º de maio no ano em que se completam 60 anos do evento narrado na trama. Mas até o momento, *Getúlio* tem sido a única manifestação de vulto que faz referência à memória do ex-presidente. Já a memória do getulismo... esta parece ter mais apelo no debate atual. Não de modo explícito como ocorria em 1994, mas nas questões de fundo que envolvem o desenvolvimento histórico e os rumos estratégicos do país. A história não se repete, mas os fantasmas do passado assombram e são muitas vezes evocados.

No caso, parece que é mais o espectro getulista de 1951-1954 do que o de 1930 ou o de 1937-1945 que se faz presente no imaginário e nos dilemas concretos hoje em questão. Mas agora, por óbvio, os termos da discussão são bem diferentes, porque o Brasil e o mundo são outros. Uma coisa é falar em desenvolvimento, democracia e socialismo durante a ascensão do capitalismo nos anos 1950, em clima de guerra fria, com a União Soviética pujante e o comunismo com uma enorme força moral; outra, bem diferente, é falar daquilo em meio a uma profunda crise capitalista no início do século XXI, depois que a classe trabalhadora foi material e ideologicamente bombardeada pelo neoliberalismo e com o movimento socialista ainda em defensiva estratégica.

Mas tanto valeu para lá quanto vale para cá a ideia de que o terreno mais propício para acumular forças, avançar a consciência de classe e lutar pelo socialismo é aquele em que melhoram as condições concretas para a classe trabalhadora e para a esquerda. A história, em si mesma, nada nos ensina sobre o futuro. Mas sem ela o futuro fica sempre fora do nosso alcance.

**RODRIGO CESAR** integra o conselho da Escola de Formação Política do Partido dos Trabalhadores

Charge brinca com as múltiplas facetas de Getúlio



1937: Führer Getúlio von Vargas



1941: Cidadão Getúlio Delano Vargas



1945: Camarada Getúlio Vargasvitch

## BIBLIOGRAFIA E FONTES

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues. "Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64". In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOVA, Maria Izabel (orgs.). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso de posse no Congresso Nacional. Brasília, *biblioteca da Presidência da República*, 1º jan. 1995. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-de-posse>>. Acessado em: 28 jun. 2014.

CARONE, Edgar. *O PCB*. São Paulo: Difel, 1982, (v. 2, 1943 a 1964).

FERREIRA, Jorge. "Crises da República: 1954, 1955 e 1961". In: Jorge FERREIRA; Lucília de A. Neves DELGADO (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil republicano, v. 3).

FERREIRA, Marieta de Moraes. Getúlio Vargas: uma memória em disputa. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 5-6. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1592.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1592.pdf)>. Acessado em: 28 jun. 2014.

FILHO, João Roberto Martins. "Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil republicano, v. 3).

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. "Nem ortodoxia nem populismo: o segundo governo Vargas e a economia brasileira". In: Marcos Costa LIMA (org.). *Os boêmicos civicos: a assessoria econômico-política de Vargas (1951-54)*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2013.

MAZZEO, Antônio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999.

SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1988.

SEGATTO, Jose Antônio. "PCB: a questão nacional e a democracia". In: Jorge FERREIRA; Lucília de A. Neves DELGADO (orgs.). *O tempo da experiência democrática*.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

VIANNA, Sérgio Bresserman. "Duas tentativas de estabilização: 1951-1954". In: Marcelo de Paiva ABREU (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

*Voz Operária*, 1954

*Imprensa Popular*, 1954

Arquivo Público do Estado de São Paulo, fundo DEOPS, Dossiê 20-C-011.

# Acervo JOÃO ZINCLAR

■ *Sônia Fardin* ■ *Fotos: Acervo João Zinclar*

A maneira como o fotógrafo-militante João Zinclar realizou e administrou seu acervo diz muito sobre sua opção ideológica, que orientou e deu sentido ao seu trabalho e à sua vida, mas, com especial ênfase, registra sua percepção da importância do arquivo como parte inerente a luta política



**G**rande parte dos militantes de esquerda no Brasil, especialmente aqueles que atuam na imprensa militante e alternativa, conheceram a pessoa e a atuação de João Zinclar (1956- 2013).

João foi um operário comunista, que se formou nos movimentos de contracultura dos anos setenta e nas lutas sindicais dos anos oitenta e noventa. Neste percurso, fez da fotografia sua arma de luta social e seu instrumento de sobrevivência pessoal, atuando de forma militante para movimentos sociais, como produtor de imagens e como gestor de um acervo que subsidiava a luta contra a desinformação e a invisibilidade com que a grande mídia trata as organizações da classe trabalhadora brasileira.

Era natural da cidade de Rio Grande (RS), onde iniciou sua vida profissional como operário da construção civil. Aos dezoito anos foi trabalhar no Rio de Janeiro e depois em Salvador. Em meados da década de

1970, em Salvador, ganhava salário de trabalhador qualificado, quando decidiu deixar o trabalho formal e viver fora das marcas do sistema, tornando-se artesão. Percorreu o Brasil com o movimento hippie de 1976 a 1980. Foi conhecer a Floresta Amazônica, os sertões e os cerrados, vivendo em acampamentos em beira de estradas e bordas das grandes cidades.

No final dos anos 1970, contemporâneo a luta pela anistia, as greves dos canaveiros em Pernambuco e Alagoas e os movimentos operários em São Paulo, decidiu se incorporar a luta pelo fim do regime militar. Em 1981, de novo em Rio Grande, retornou à vida operária. Passou a ler muito, em especial os jornais e revistas dos movimentos políticos de esquerda, com os quais também começou a interagir. Neste mesmo período, adquiriu uma câmera fotográfica e frequentou cursos do Foto-Cine Clube Gaúcho. Como membro ativo do PCdoB, recebeu a missão de ir construir a luta dos trabalhadores em Campinas, interior







Zabé da Loca - Monteiro/PB

de São Paulo, onde trabalhou como metalúrgico e dirigente sindical entre 1985 e 1990. De 1990 a 1996, foi diretor de imprensa do sindicato dos metalúrgicos de Campinas, foi um dos mais atuantes dirigentes no setor de comunicação do sindical.

Em 1996, decidiu sair dos quadros partidários e sindicais, mas não da luta política. Passou a dedicar-se integralmente à fotografia, atuou como repórter fotográfico, realizou trabalhos para vários sindicatos de trabalhadores, como os Químicos, Metalúrgicos, Construção Civil, Professores, Unicamp e Correios. Entre 2001 a 2004, durante o governo petista, trabalhou para a SANASA (Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A, Campinas) e para o Diário Oficial da Prefeitura de Campinas. Mas sua atuação principal foi a documentação das lutas de diversas entidades e movimentos sociais de esquerda. Por esta opção e pelo valor de seu trabalho, obteve prêmios e reconhecimento como fotógrafo de lutas sociais.

Em 2005, iniciou por conta própria a documentação do Rio São Francisco, trabalho que o levou a percorrer várias vezes a região da nascente à foz, e que resultou no livro que organizou e publicou em 2010, com o título: O Rio São Francisco e as Águas do Sertão, sua obra autoral mais conhecida, hoje uma publicação referência sobre as populações ribeirinhas e as contradições que envolveram o projeto inacabado de transposição do rio.

Sua produção fotográfica é imensa e vem sendo publicada no Brasil, na Inglaterra, na Alemanha e no México, em livros como A História da luta pela terra e o MST (2001), Cutting the Fire. The story of the landless movement in Brazil (2002), Campinas 230 anos. Governo Democrático Popular (2004), O Banco Mundial e a Terra, ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia (2004), Encruzilhadas do Sindicalismo (2005), Água e Cidadania em Campinas e Região O Desafio do Século 21 (2004), Campinas, imagens da história (2007),



Da miséria ideológica à crise do capital (2009), Guardiões do Velho Chico (2011), Nos trilhos do trem (2012), Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II (2013).

João atuou também em jornais e revistas, como o jornal Brasil de Fato, o jornal e a revista do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Conflitos no Campo Brasil da Comissão Pastoral da Terra, Biodiversidad Sustentado Y Culturas (México) e Regenwald Report (Alemanha), além de inúmeros boletins sindicais, blogs, calendários, sites e outros veículos da imprensa alternativa e popular, no Brasil e no exterior.

Além disso, participou de diversas mostras e exposições: Fome e Luta em Terra Seca (1998); Exposição fotográfica sobre as edições do Fórum Social Mundial, nos anos de 2001 e 2002 (2002); Exposição coletiva sobre migrantes na região de Campinas, retratando as movimentações dos Sem Terra e Sem Teto, com o fotógrafo Sebastião Salgado com sua exposição Êxodos (2002); Exposição coletiva Águas que movem a história (2004); Exposição coletiva Olhares sobre a Cidade, sobre os 230 anos da cidade de Campinas (2004); Ensaio fotográfico sobre a região do sub-médio Rio São Francisco, juntamente com o jornalista Flaldemir Sant´Anna (2005); Exposição Fotográfica O Outro Lado do Rio, sobre o Rio São Francisco em toda sua extensão, da nascente à foz (2007); e “25 anos do MST” (2009).

O trabalho fotográfico de João Zinclar tinha como propósito fazer denúncia e documentar as lutas sociais. Por sua opção militante e pelo valor de seu trabalho, foi reconhecido pelos movimentos como fotógrafo das lutas sociais. Em 2005 recebeu a Medalha Hércules Florence - Mérito Fotográfico concedido pela Câmara Municipal de Campinas, SP; em 2009, o prêmio Luta pela terra - categoria fotografia MST 25 anos 1984-2009, em Sarandi, RS; em 2010, o prêmio Amigos das Águas - I Encontro dos Atingidos(as) pela transposição do rio São Francisco, Campina







Grande, PB; e, em 2012, o prêmio Pequi de Ouro, pela defesa do cerrado na Bacia do Rio Grande, em Barreiras, BA.

Seu trabalho como fotógrafo era pautado por uma grande sensibilidade humana, capacidade técnica e artística, mas principalmente, por sua opção política de esquerda. Esta opção produziu mais de 50 mil negativos flexíveis e 150 mil imagens digitais, realizadas entre 1990 e 2012.

A abrangência territorial deste acervo abarca toda a região nordeste, sudeste, partes da região norte e sul, além de Bolívia e Venezuela. Mas é principalmente sua abrangência temática que o qualifica como um dos maiores e mais importantes acervos de imagens da história contemporânea das lutas sociais no Brasil, pois registra toda a gama de movimentos sociais, rurais e urbanos, partidos de esquerda, lutas sociais, questões ambientais e manifestações culturais, com uma dedicação exclusiva aos setores comprometidos com a justiça social e a luta anticapitalista das duas últimas décadas.

Este acervo tem também um diferencial de ter sido produzido por um militante que se fez fotógrafo por entender que o embate que se colocava para a esquerda brasileira, nos anos oitenta, pós-ditadura militar, estava centrado na organização da classe trabalhadora e no domínio de técnicas de autodocumentação e comunicação dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais.

No processo de enfrentamento da dominação de classe, a comunicação tem papel determinante, pois a mídia oficial vem sendo nos últimos dois séculos a grande produtora de narrativas do que a sociedade consome como verdade. E, cada vez mais, a notícia de hoje torna-se a verdade histórica de amanhã. A consciência que tinha de sua responsabilidade pela produção e preservação de documentação visual e narrativas políticas de temas que não têm espaço nos mecanismos convencionais de produção e preservação de imagens, está presente em cada



foto e em cada anotação por ele feita para dar organicidade e acesso ao conjunto documental que produzia.

Que João era um militante disciplinado e um fotógrafo dedicado às lutas sociais, já era consenso, mas a análise dos registros de sua dinâmica de trabalho e da maneira como tratava os arquivos de sua produção nos mostram também o quanto era presente em sua ação a atenção e o cuidado com a organização arquivista de sua produção. O trabalho militante de João também como agente produtor de memória é uma ação que vem se somar as muitas colaborações que deixou como legado às lutas dos movimentos sociais brasileiros.

A maneira como realizou e administrou seu acervo diz muito sobre sua opção ideológica, que orientou e deu sentido ao seu trabalho e à sua vida, mas, com especial ênfase, registra sua percepção da importância do arquivo como parte inerente a luta política.

Em entrevista gravada em 2009, afirma: registro o instantâneo, amplo e coloco à disposição. Percebia que, além de fotografar, era necessário também ser um arquivista zeloso. Sobre este aspecto, não poupava críticas às organizações de esquerda. Este era um embate que travava com os movimentos e organizações para as quais atuava e colaborava: para ele não bastava à classe trabalhadora produzir e divulgar a narrativa de suas ações, projetos e formas de resistência política, mas era necessário também organizar e preservar a memória destas ações e suas narrativas, também como uma ação política.

A trajetória e o trabalho de João foram expressões da tomada de consciência de um militante não apenas da necessidade das organizações populares produzirem seus registros e suas narrativas, mas sobretudo de organizarem a memória desta produção para uso como instrumento de luta cotidiana. Não sob

uma perspectiva individualista, mas como uma das ações organizativas da luta da classe trabalhadora, tanto como tática de intervenção nos embates do momento presente, quanto ação estratégica também como projeto político.

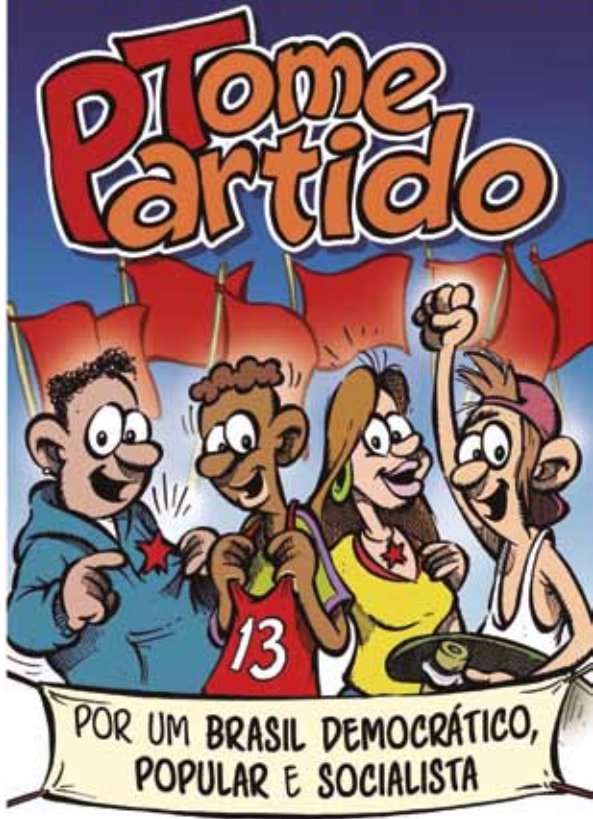
Atualmente este acervo é foco de atenção de sua filha, Victória Ferraro Lima e Silva e de um grupo de historiadores do Museu da Imagem e do Som de Campinas, que estão empenhados em implementar ações para preservar e dar acesso as imagens.

Esta é uma tarefa que vem sendo desenvolvida seguindo as propostas políticas de João, ou seja, atuar de forma independente dos vínculos com empresas privadas, portanto, distante e enfrentando aos interesses do Capital, para seguir sendo um dos instrumentos de fortalecimento das lutas da classe trabalhadora brasileira.

**SÔNIA FARDIN é historiadora**







A editora Página13 preparou um **instrumento de agitação e propaganda** para ampliar a mobilização, a organização e a conscientização da juventude!



**APENAS R\$ 5,00**  
Peça o seu através do site  
[www.pagina13.org.br](http://www.pagina13.org.br)





Para o fotógrafo João Zinclar não basta à classe trabalhadora produzir e divulgar a narrativa de suas ações, projetos e formas de resistência política, mas é necessário também organizar e preservar a memória destas ações e suas narrativas, também como uma ação política.

